

**As questões de gênero na economia
solidária e os desafios da economia
feminista**

FICHA TÉCNICA

Edição

ACEESA (PER REVIEW)

N.º de registo na ERC

Nota - Isenta de registo na ERC ao abrigo do Decreto
Regulamentar 8/99 de 9/06 Artigo 12º n.º 1 - a

Propriedade e Editora

ACEESA

Design gráfico

Teresa Pereira da Silva
Cresaçor/Criações Periféricas

Fotografia

Ricardo Resendes

Impressão

Nova Gráfica

ISSN

1647-5968

Depósito Legal

293560/09

Tiragem

300 exemplares

Semestral

Dezembro 2014

Papel 100% reciclado fabricado em Portugal

Director

Rogério Roque Amaro

Sede de Redacção

ACEESA

Rua Maria José Borges, 137 1.º esq
Fajã de Baixo
9500 - 466 Ponta Delgada
ceesageral@gmail.com

Director Adjunto

Artur Filipe Veiga Martins

Conselho de Redacção

Artur Filipe Veiga Martins
Catarina T. Ferreira Pacheco Borges

Secretária de Redacção

Marisa Silveira

Conselho Editorial

Cláudio Alves Furtado
Universidade de Cabo Verde

Gualter Manuel Medeiros do Couto
Universidade dos Açores

Jean-Louis Lavelle

Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique

Jordi Estivill Pascual

Universidade de Barcelona

José Fialho Feliciano

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

José Manuel Henriques

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

Leão Lopes

Atelier Mar – Cabo Verde

Paul Israel Singer

Universidade de São Paulo

Pedro Hespanha

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Rogério Roque Amaro

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

Victor Pestoff

Mid Sweden University

Comissão de Arbitragem Científica

António David Cattani

Artur Filipe Veiga Martins

Eusebia Nuez Garcia

Emanuel Leão

Jean-Louis Lavelle

Jordi Estivill Pascual

Luiz Inacio Germany Gaiger

Maria Rosário Alegria Baptista

Rogério Roque Amaro

Com apoio de

ÍNDICE

09	Nota Editorial Rogério Roque Amaro
	Bloco Temático
15	Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire Isabelle Hillenkamp, Isabelle Guérin, Christine Verschuur
55	Une approche internationale des initiatives de femmes dans l'ESS Madeleine Hersent, Isabelle Guérin
73	El autoempleo y la asociatividad en Bolivia. Vías asociativas para la inserción laboral de mujeres en el área urbana Fernanda Wanderley
111	Women's collective action, solidarity and gender in Burkina Faso Magalie SAUSSEY
127	La Economía Solidaria en Ecuador: entre la Colonialidad del Poder y el Buen Vivir <i>Desde una mirada feminista crítica</i> Margarita AGUINAGA Barragán
261	Economia informal e experiências de crédito solidário popular na África lusófona Joana Guedes, Rogério Roque Amaro
190	Normas Editoriais

Rogério Roque Amaro

Professor Associado do Departamento
de Economia Política da Escola de
Ciências Sociais e Humanas do ISCTE - IUL

NOTA EDITORIAL

Rogério Roque Amaro

As tomadas de posição e as iniciativas para identificar e combater as discriminações, as subordinações e a invisibilização das mulheres nas sociedades e na economia em geral, começaram a ganhar expressão pública no século XIX, focalizadas, nessa altura, essencialmente na luta pelo sufrágio das mulheres e, portanto, pela conquista do direito ao voto. Mais tarde também pelo direito ao trabalho e de iguais direitos no trabalho¹.

Segundo algumas interpretações, Charles Fourier, um dos autores de referência da Economia Social do século XIX, francês, conhecido pelas suas ideias e propostas da corrente filosófica do Socialismo Utópico, criador da experiência utópica dos Falanstérios, foi um dos primeiros a usar a expressão «feminismo», em 1837².

As correntes feministas conheceram depois várias tendências e expressões, falando-se normalmente de três grandes vagas, com enfoques diferenciados³: a primeira, no século XIX e princípios do século XX, centrada nas lutas referidas acima, a segunda, nos anos 1960 e 1970, mais alargada às várias frentes da conquista da igualdade legal e social para as mulheres, e a terceira, desde os anos 1980 até à actualidade, dando continuidade às lutas anteriores, mas cruzando-as com as novas problemáticas da defesa da diversidade das orientações sexuais, da ecologia, da

alterglobalização ou dos processos económicos alternativos.

Há também quem fale de «pós-feminismo», referindo-se a algumas reacções, iniciadas ainda nos anos 1980, a determinadas posições e atitudes, consideradas mais extremadas da chamada segunda vaga, defendendo ser importante manter ou renovar e actualizar algumas dessas lutas, mas sem lhe dar um rótulo demasiado agressivo e excessivamente conotado com os interesses das mulheres brancas dos países do Norte⁴.

Ao longo destas evoluções, o cruzamento das correntes feministas com as várias ideologias e movimentos sociais presentes na sociedade, nem sempre foi pacífico. Por exemplo, se se pode falar inquestionavelmente de uma posição feminista socialista, a verdade é que existem também expressões de um feminismo radical, que critica precisamente aquela, por se focalizar excessivamente na crítica ao capitalismo e descurar a denúncia e a crítica ao patriarcado⁵. O mesmo se passa, por vezes, em relação aos movimentos sindicais.

Algumas das posições mais fundamentadas procuram situar a reflexão sobre o papel da mulher nas sociedades, as discriminações de que são alvo e os consequentes desafios da Igualdade de Género no cruzamento de três fontes de injustiça, de desigualdades e de explorações⁶: o Capitalismo, enquanto sistema de exploração da classe trabalhadora (onde há homens e mulheres) pela burguesia dominante; o Patriarcado, enquanto modelo de sobreposição machista dos homens sobre as mulheres; e o Racismo, sobretudo enquanto representação da superioridade cultural, económica, social e política dos brancos de raiz europeia sobre os outros povos e culturas.

Historicamente, a Economia Social e, mais recentemente, a Economia Solidária, por um lado, e o Feminismo, por outro, andaram, no essencial, afastados, sem ligações e abordagens conjuntas, o que não deixa de ser estranho, atendendo aos objectivos e aos princípios históricos da Economia Social e da Economia Solidária⁷.

Refira-se contudo que, por exemplo, nas formulações do conceito de Economia Solidária da Macaronésia, sempre se referiu o princípio da Igualdade de Género, como um dos pilares fundamentais da sua definição⁸.

E, de facto, a Economia Solidária, com as suas inovações e desafios teóricos e práticos, contém um grande potencial para a abordagem simultânea e integrada das questões das discriminações económicas, sociais, ambientais, culturais, territoriais, cognitivas, políticas e de género, permitindo perspectivar a sua resolução conjunta, sem portanto considerar a questão da Mulher como um tema à parte⁹.

Mais recentemente, sobretudo a partir da década de 1990, surgiu uma nova corrente, designada por Economia Feminista¹⁰, cujos temas centrais têm sido, entre outros: uma forte crítica aos paradigmas dominantes da ciência económica, por terem ignorado sistematicamente a análise teórica e estatística do trabalho feminino; a valorização dos vários papéis da Mulher na economia, no mercado ou fora dele; e, sobretudo, a proposta do conceito de Economia do Cuidado (normalmente a cargo das mulheres), do ponto de vista conceptual e contabilístico.

É, portanto, da maior pertinência, trazer estes temas ao debate académico e público. Nesse sentido, a Revista de Economia Solidária entendeu preparar um número especial sobre estas problemáticas, solicitando a Isabelle Hillenkamp, investigadora do IRD (Instituto de Investigação para o Desenvolvimento) de França e investigadora associada e professora no Instituto de Socioeconomia (Departamento de Sociologia) da Universidade de Genebra, especialista em estudos sobre a economia popular e solidária na América Latina, a coordenação e organização deste número.

No primeiro artigo, três autoras que têm trabalhado nestes temas, Isabelle Hillenkamp, Isabelle Guérin e Christine Verschuur, analisam as convergências, possíveis e necessárias, entre Economia Solidária e as Teorias Feministas.

No segundo, as especialistas Madeleine Hersent e Isabelle Guérin, abordam, numa perspectiva internacional, o papel das Mulheres nas iniciativas de Economia Social e Solidária, sublinhando o seu peso e a sua importância em diferentes funções.

No terceiro, Fernanda Wanderley, professora universitária na Bolívia, estuda as lógicas associativas, como solução de auto-emprego, para as mulheres bolivianas em meio urbano.

No quarto, Magalie Saussey, investigadora a preparar um pós-doutoramento na Bélgica, identifica as condições e alguns exemplos de acção colectiva e solidária, na resolução das questões de género no Burkina Faso.

No quinto, Margarita Barragán, socióloga feminista equatoriana, discute o papel da Economia Solidária no Equador, tendo em conta a sua evolução política e a emergência do conceito de Buen Vivir, a partir de uma perspectiva feminista crítica.

Finalmente, e como é hábito na Revista, publica-se um trabalho académico, neste caso da doutoranda em Estudos Africanos/Economia Solidária, no ISCTE-IUL (Lisboa), Joana Guedes, Mestre em Economia Social e Solidária, sobre a Economia Informal e os sistemas de crédito popular solidário na África Lusófona (texto essencialmente de enquadramento teórico à tese).

Com este número, pretende-se ser pioneiro na abordagem desta temática em Portugal, colocando-se a Revista na primeira linha da inovação da discussão económica alternativa.

Sublinhe-se ainda que, neste número, existem artigos publicados nas quatro línguas admitidas na Revista.

Notas

¹ Cf., por exemplo, Maggie HUMM, 1995. *The Dictionary of Feminist Theories*. Columbus, Ohio State University Press, p. 251.

² Cf. L. GOLDSTEIN, 1982. "Early Feminist Themes in French Utopian Socialism: The St.-Simonians and Fourier", *Journal of the History of Ideas*, vol. 43, n. 1, p. 92.

³ Cf., por exemplo, HUMM (1995), op. cit.

⁴ Cf., por exemplo, Tania MODLESKI, 1991. *Feminism without women: culture and criticism in a "post-feminist" age*. New York: Routledge.

⁵ Cf., por exemplo, Cristina CARRASCO (org.,1998). *Mujeres e economia: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona, Ed. Icaria - Antrazyt, pp. 9 a 12 (Introdução).

⁶ Cf., por exemplo, Graciete SANTOS, 2010. *Economia Solidária e Economia Feminista, um Encontro Possível*. pp. 1 a 5. (http://www.fb.es.org.br/biblioteca22/economia_feminista_um_encontro_poss%EDvel - acedido em 29 de Agosto de 2014). Graciete Santos é socióloga e coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste, no Brasil.

Cf. também CARRASCO (org. - 1998), op. cit., pp. 9 a 12.

⁷ Cf., por exemplo, SANTOS, 2010, pp. 9 a 12.

⁸ Cf. Rogério Roque AMARO, 2009. "A Economia Solidária da Macaronésia - um novo conceito", *Revista de Economia Solidária*, n. 1, pp. 11 a 30. ACEESA, Ponta Delgada. Cf. também Rogério Roque AMARO e Francisco MADELINO, 2004. *Economia Solidária - contributos para um conceito*. Ed. bilingue do Projecto "CORES" (MAC/ 3.1/ C24) Iniciativa Comunitária INTERREG - IIIB Funchal.

⁹ Cf. Isabelle GUÉRIN, 2003. *Femmes et économie solidaire*. Paris, La Découverte.

¹⁰ Cita-se, entre outros, os nomes de: Ester Boserup, Julie Nelson, Marilyn Waring, Nancy Folbre, Cristina Carrasco, Michèle Pujol, Miriam Nobre, Isabelle Guérin, Graciete Santos.

Economie solidaire et théories féministes : pistes pour une convergence nécessaire

Isabelle Hillenkamp

Isabelle Guérin

Christine Verschuur ¹

Notas biográficas

Isabelle Hillenkamp é doutorada em Estudos do Desenvolvimento pelo IHEID (Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento) de Genebra, investigadora do IRD (Instituto da Investigação para o Desenvolvimento) de França e investigadora associada e professora no Instituto de Socioeconomia (Departamento de Sociologia) da Universidade de Genebra. É ainda especialista em estudos sobre a economia popular e solidária na América Latina.

Isabelle Guérin é socioeconomista, directora de Investigação do IRD (Instituto da Investigação para o Desenvolvimento – Unidade «Desenvolvimento e Sociedade») de França e responsável do programa «Trabalho, Finanças e Dinâmicas Sociais» do Instituto Francês de Pondichéry. É especialista nas áreas de estudos de género e economia solidária, de microcrédito e finanças alternativas, tendo ainda co-dirigido o Relatório Anual «Exclusions et liens financiers», publicado pelo Centro Walras (Université Lumière Lyon 2).

Christine Verschuur é antropóloga e doutorada em Socioeconomia do Desenvolvimento pela Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne. É leitora sénior e responsável pelo pólo «Género e Desenvolvimento» do IHEID (Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento) de Genebra. Trabalhou em Moçambique sobre movimentos camponeses e no Mali sobre desigualdades de género e dirigiu durante dez anos sobre «Género e movimentos populares urbanos, na América Latina, na África Ocidental e na Europa de Leste», no âmbito do Programa MOST da UNESCO. Os seus domínios de investigação e ensino são Desigualdades de Género no Desenvolvimento e Teorias feministas pós-coloniais.

RESUMO

Este artigo defende que a economia solidária e as teorias feministas (sobretudo oriundas da economia, da sociologia e da antropologia), foram-se desenvolvendo em quadros conceptuais distintos, que limitaram as oportunidades de intercâmbio e de fertilização mútua. Estes quadros não estão, de maneira nenhuma, em oposição, e as abordagens que promovem sobrepõem-se, por vezes, quando se tratam dos mesmos objectos de estudo. Contudo, geralmente não conseguiram produzir reflexões baseadas em categorias comuns. Este artigo pretende contribuir para a emergência deste debate, identificando as principais categorias usadas na análise da economia solidária e na literatura feminista sobre organizações de mulheres e as suas práticas económicas, sociais e políticas. Reflete sobre a convergência necessária entre estes dois domínios: para compreender as esferas da ‘produção’ e da ‘reprodução’ e as suas conexões; a multiplicidade de trajectos para a emancipação; e a multiplicidade de formas assumidas pela acção colectiva.

ABSTRACT

This paper argues that the solidarity economy and feminist theories (mostly on economics, sociology and anthropology), have developed within distinct frameworks that have limited the opportunities for exchange and cross-fertilization. These frameworks are by no means in opposition to one another, and the approaches they espouse sometimes overlap when the same objects are under study. They have generally not, however, merged to produce reflection based on shared categories. This article aims to contribute to the emergence of such a debate by identifying the main categories and scales used in the analysis of the solidarity economy and in feminist literature on women’s organizations and their economic, social and political practices. It reflects as to the necessary convergence between these two fields: for understanding the spheres of ‘production’ and ‘reproduction’ and their mutual connections; the multiplicity of pathways to emancipation; and the multiplicity of forms taken by political action.

Palavras-chave

Economia Solidária; Teorias Feministas ; Organizações de Mulheres; Emancipação; Acção Política

Key-words

Solidarity Economy; Feminist theories; Women’s organizations; Emancipation; Political Action

The solidarity economy and feminist theories: possible paths to a necessary convergence

Dans nombre d'initiatives d'économie solidaire, au Nord comme au Sud, les femmes sont majoritaires. Qu'il s'agisse de groupes de production artisanale ou agricole, d'échange local, de finances solidaires, d'associations communautaires ou d'emploi salarié dans les coopératives, mutuelles ou associations, les femmes sont généralement surreprésentées. Ce constat met en évidence que l'économie solidaire, qui fait reposer l'organisation de la production, du financement, des échanges ou de la consommation sur le principe de réciprocité, en l'articulant à d'autres, décrits par Karl Polanyi (1983 [1944], ch. 4) comme les principes de marché, de redistribution et d'autosuffisance, est traversée par les rapports de genre. Des questions essentielles en découlent, comme celles de savoir si les femmes trouvent dans l'économie solidaire une voie d'émancipation ou si la solidarité entre femmes, souvent pauvres, ne fait que reproduire les mécanismes de leur propre exploitation.

Etonnamment, la littérature sur l'économie solidaire (ES) ne s'est jusqu'ici que peu intéressée au genre et aux théories féministes. Certes, il est difficile de parler de cette littérature en général, tant elle est ancrée dans des contextes singuliers et procède d'influences diverses. Cependant, hormis quelques exceptions (en particulier Guérin 2003 ; Nobre 2006 ; Guérin, Hersent et Fraisse 2011), force est de constater que la plupart des analyses sont centrées sur d'autres catégories que celles du genre. Au mieux, les acteurs et chercheurs dans ce champ se contentent d'affirmer que les différences entre les sexes doivent être prises en compte et que l'égalité de genre est un objectif de l'économie solidaire. Mais la manière dont cette économie est traversée par le genre n'est généralement pas analysée en profondeur. Dans les pays où la coopération au développement joue un rôle important, les approches dites « Gender and Development » ont de plus renforcé la vision simpliste de l'économie solidaire agissant nécessairement en

faveur des femmes. L'économie solidaire s'inscrit alors dans les propositions de « smart economics » dirigé vers les femmes formulées par la Banque mondiale, largement critiquées par les études féministes (voir par exemple Bergeron et Healy, 2013, Razavi 2012).

Parallèlement, l'économie féministe a depuis longtemps dénoncé le biais masculin des sciences économiques, en mettant en question ses modèles, méthodes et valeurs sous-jacentes : en revisitant des catégories d'analyse, notamment le travail, pour y inclure le travail reproductif ; en mettant en évidence la multiplicité des motivations ; et en considérant que le genre et la race, en tant que constructions sociales, et les rapports sociaux de genre, classe et race s'inscrivent dans les rapports économiques (Ferber et Nelson 1993 ; Folbre 1998, Castro-Gomez et Grosfoguel 2007). Des sociologues et anthropologues féministes ont de plus étudié localement diverses organisations de femmes et leurs pratiques économiques, sociales et politiques. La déconstruction des catégories et méthodes dominantes opérées dans les études féministes offre ainsi un cadre a priori pertinent pour l'analyse de l'économie solidaire. Certains travaux féministes ont d'ailleurs étudié des pratiques qui peuvent être qualifiées d'économie solidaire. Pourtant, les catégories d'analyse féministes ont rarement été croisées avec celles de l'économie solidaire. L'analyse du rapport production/ reproduction, par exemple, n'est généralement pas mise en relation avec celle des principes de réciprocité, de redistribution, de marché et d'autosuffisance dans l'économie solidaire. Ou encore, les initiatives collectives de femmes ont été interrogées du point de l'autonomie et des possibilités de transformation sociale, notamment à travers de nouvelles formes d'action politique, mais ce débat a rarement été lié à celui sur les modes, conflictuels, d'institutionnalisation d'une économie plurielle, central dans l'économie solidaire.

Cet article développe l'hypothèse qu'économie solidaire d'une part, économie, sociologie et anthropologie féministes de

l'autre, se sont développées dans des cadres distincts qui ont limité les possibilités de réflexion croisée. Si ces cadres sont loin d'être opposés et si les approches qui en découlent se recoupent parfois dans l'étude des mêmes pratiques, elles ne se sont généralement pas interpénétrées pour produire une réflexion articulée autour de catégories partagées. Cet article prétend contribuer à l'émergence d'une telle réflexion en identifiant les principales catégories et échelles employées dans l'analyse de l'économie solidaire et dans la littérature féministe sur les organisations de femmes et leurs pratiques économiques, sociales et politiques, puis en proposant des pistes de réflexion croisée. Notons bien l'ampleur de ces deux champs – économie solidaire et théories féministes – et le fait qu'il s'agit ici de faire ressortir des débats centraux, points de convergence et de divergence, et non de rendre compte des nuances et variations apportées par de multiples auteurs dans chacun de ces champs.

Débats et catégories d'analyse centraux dans l'ES

1. 1. La valeur du local comme posture épistémologique

Si l'économie solidaire procède d'influences aussi diverses que le christianisme social, la théologie de la libération, le socialisme utopique, ou encore la critique du système-monde capitaliste, un de ses fondements partagé réside dans l'ancrage local de l'action et de l'observation. Contestant les rapports de production capitaliste, tout en prenant leurs distances avec les thèses du socialisme centralisé, les acteurs de l'économie solidaire affirment la valeur du local comme échelle indispensable, bien que non unique, pour notamment ancrer les initiatives dans la société civile. En Europe et en Amérique au siècle dernier, les projets socialistes associationnistes de Pierre Leroux, Charles Fourier ou Robert Owen ont soutenu l'organisation des producteurs en groupes autonomes librement fédérés, tout comme, dans les années 1920 à Vienne, Karl Polanyi a défendu le socialisme de guildes. Le renouveau de l'économie solidaire en Europe et en Amérique du Nord dans les années 1970 s'est opéré grâce à des engagements citoyens reconstruisant un lien social concret par des initiatives comme par exemple les services de proximité, les systèmes d'échange, l'autoproduction ou les cantines collectives (Eme et Laville 2006). Dans les années 1990, la définition du réseau de recherche sur l'entreprise sociale EMES avancée pour théoriser ce renouveau met l'accent sur la gouvernance interne participative des entreprises sociales, dans laquelle le pouvoir de décision n'est pas basé sur la propriété du capital (Defourny et Nyssens 2013). En Amérique latine, le « facteur C » (coopération, communauté, collaboration) a été reconnu comme le fondement de l'économie de solidarité (Razeto 1997) ; et l'économie populaire, qui se fonde sur l'utilisation par les groupes populaires de leur propre force de travail et des ressources localement disponibles pour satisfaire leurs besoins matériels et immatériels (Sarria Icaza et Tiriba 2006) est considérée comme le terreau de l'économie solidaire (Nuñez 1996 ; França Filho 2002).

Il convient de préciser que si les projets d'économie solidaire sont donc ancrés au niveau local, ils ne visent généralement pas un localisme qui serait conçu comme un rempart contre les agressions extérieures, notamment celles causées par la mondialisation néolibérale. Si les acteurs de l'économie solidaire critiquent cette mondialisation, ils situent en général leurs pratiques dans le projet de formes alternatives d'interconnexions et d'interdépendances dans une modernité démocratique, et non dans une utopique déconnexion du monde. Dans le contexte actuel d'entremêlement des niveaux de régulation, l'attention au niveau local est tenue de se combiner avec les autres niveaux d'action et d'institutionnalisation. Au Brésil par exemple, le développement de l'économie solidaire depuis les années 2000 n'est pas seulement l'effet d'une « montée » du niveau local, mais aussi des interactions avec le niveau mondial lors du Forum social de Porto Alegre en 2001 et avec le niveau national à partir de l'arrivée au pouvoir du Parti des travailleurs en 2003. Dans cette perspective, la signification des pratiques locales d'économie solidaire demande à être analysée de manière systémique, en tenant compte de leur place dans l'interaction entre économies populaire, capitaliste et publique (Coraggio 2010) et de la capacité de l'économie solidaire à poser les bases de nouveaux rapports sociaux, au plan matériel comme subjectif (Quijano 2008).

Les expériences comme les perspectives théoriques sont donc diverses et se sont sans doute complexifiées depuis la mondialisation des années 1980. Il demeure que pour les acteurs comme pour les chercheurs, l'échelle locale demeure indispensable pour faire la différence entre organisation solidaire et capitaliste de l'entreprise et des rapports de production. C'est au travers de formes singulières, et souvent innovantes, d'organisation, de modes de propriété et de décision que l'économie solidaire fait cette différence. Il en résulte, plus qu'une focalisation étroite sur le local comme niveau d'action, une posture épistémologique qui reconnaît la valeur du local en privilégiant cette échelle

d'observation pour révéler la spécificité de pratiques ignorées par l'analyse à macro-échelle, dominante notamment dans les diverses branches des sciences économiques.

Parce qu'elle refuse tout déterminisme et qu'elle est attentive à la diversité de l'économie réelle (Gibson-Graham 2005) ainsi qu'aux identités, valeurs et logiques des acteurs, cette posture peut permettre de révéler les pratiques solidaires où les femmes se déploient en majorité et de saisir leurs logiques. Mais la priorité donnée dans l'économie solidaire à la contestation du capitalisme a conduit jusqu'ici à analyser ces pratiques sous l'angle de l'instauration de nouveaux rapports de production, plutôt que sous celui des rapports de genre (Hillenkamp et Bessis 2012). L'intersection entre classe, race ou ethnie et genre, mise en avant dans les études féministes (Aguinaga dans ce numéro ; Wanderley dans ce numéro), reste ici largement sous-étudiée.

1.2. Principes d'économie plurielle

Le souci de mettre en pratique des rapports de production non capitalistes a placé au centre de la réflexion sur l'économie solidaire la question de la conceptualisation et des modalités de réalisation d'une économie plurielle. À quelles conditions des pratiques solidaires peuvent-elles se développer dans un environnement institutionnel dominé par le principe de marché, la logique d'accumulation capitaliste et l'idéologie de l'*homo economicus* ? Quels sont, précisément, les principes de l'économie solidaire, comment peuvent-ils s'articuler aux principes dominants dans les institutions de régulation macroéconomique et quelle est la capacité instituante de l'économie solidaire ?

Les travaux de Marcel Mauss, notamment *l'Essai sur le don* (Mauss 1968 [1923]) qui conteste les lois soi-disant naturelles de l'utilitarisme, et ceux de Karl Polanyi, en particulier *La Grande Transformation* (Polanyi 1983 [1944]) qui affirme la singularité historique et le caractère utopique du marché autorégulateur, ont été considérés comme les bases

pour une théorie de l'économie plurielle (Laville 2013). A la suite du Mouvement Anti-utilitariste en Sciences Sociales (Caillé 1995) on a notamment retenu, en France et dans d'autres pays francophones, la logique du don et du contre-don et de sa triple obligation de donner, rendre et recevoir, comme un fondement de l'économie solidaire. L'accent mis sur l'obligation a notamment permis de sortir des apories résultant de l'assimilation de la solidarité soit à une logique d'intérêt dissimulé, soit de désintéressement. Dans certains pays, comme par exemple la Bolivie, la thèse de Mauss a été reprise par des auteurs (Temple et al. 2003) qui ont opposé économie de la réciprocité fondée sur le don et économie de marché associée à l'accumulation capitaliste. Mais la vision du don, surtout lorsqu'elle est considérée comme se déroulant dans une sphère de pratiques isolée du principe de marché, ne permet pas de rendre compte de l'entremêlement des principes d'action et des institutions dans l'économie solidaire et conduit, elle aussi, à des apories (Wanderley 2013).

Actuellement, la vision de l'économie plurielle fondée, de manière synchronique (Laville 2007), sur les quatre principes d'intégration économique identifiés par Polanyi (1983 [1944], ch. 4) que sont la réciprocité, la redistribution, l'autosuffisance¹ et le marché s'impose dans de nombreux travaux sur l'économie solidaire. Des nuances existent, selon que ces principes sont compris comme des modalités de mobilisation des ressources (Lemaitre 2013), comme des modes d'organisation économique associés à différents modèles institutionnels – respectivement la symétrie, la centralité, l'autarcie et le marché – (Vázquez 2013), ou comme des principes d'interdépendance parmi lesquels la réciprocité, qui se fonde sur différents types de complémentarité instituée, caractérise de l'économie solidaire (Servet 2013). En dépit de ces nuances, ce cadre est perçu dans de nombreux travaux comme globalement adéquat pour aborder la question centrale de l'articulation entre pratiques solidaires fondées sur

le principe de réciprocité, principe de marché associé ou non à la logique capitaliste, redistribution assurée par l'État ou par des instances publiques ou privées à différents niveaux et principe d'autosuffisance dominant notamment dans les unités domestiques de l'économie populaire (Coraggio 2006 ; Hillenkamp 2013b).

Ce cadre inspiré des concepts de Polanyi est lui aussi théoriquement compatible avec une analyse féministe. L'approche substantive de l'économie proposée par cet auteur permet en effet de révéler et de légitimer différentes formes de production et de circulation de biens et services, qu'elles soient monétaires et marchandes ou non (Degavre et Lemaître 2008). Par ailleurs, Polanyi a, parmi les premiers, montré que la rationalité dite économique, c'est-à-dire l'appât du gain, est la conséquence de la société de marché construite par une série d'interventions, parfois violentes, des pouvoirs publics, et non l'inverse comme l'avait soutenu Adam Smith. Dès lors, la rationalité de l'homo economicus est un construit et la réhabilitation des principes de réciprocité, de redistribution et d'autosuffisance permet de considérer d'autres logiques et rationalités fondées sur la relation à autrui, et non sur l'égoïsme. Cette analyse peut être croisée avec celle de la construction des féminités, qui seraient associées à la relation à autrui, et à celle des masculinités, liées à l'individualisme et la compétitivité (Benería 1998). La distinction entre principes marchand et non marchands, déclinés en réciprocité, redistribution et autosuffisance, qui traverse l'œuvre de Polanyi et l'analyse de l'économie solidaire, est associée à une série d'oppositions genrées, symboliquement et culturellement déterminées comme rationnel / émotionnel, objectif / subjectif, fait / valeur, compétitif / «nurturant», matériel / idéal (Waller et Jennings 1991) auxquelles on peut ajouter dominant / marginal, puissant / vulnérable et qui s'inscrivent globalement dans la dichotomie public / privé.

Cette proposition d'analyse genrée des principes d'intégration économique demande alors à être croisée avec la critique féministe du double mouvement de marchandisation et de protection de Polanyi. La critique de la société de marché développée par Polanyi dans *La Grande Transformation* le conduit en effet à faire de la marchandisation une catégorie essentiellement négative et à lui opposer la protection de la société, opérant à travers les principes de réciprocité, redistribution ou autosuffisance, comme catégorie essentiellement positive. Nancy Fraser (2013) met en évidence l'ambivalence de la marchandisation comme de la protection, en montrant leurs rapports variables avec la troisième catégorie essentielle qu'est l'émancipation. La proposition de Fraser de substituer l'analyse du triple mouvement de marchandisation, protection et émancipation à celle du double mouvement se prolonge donc dans une conception des principes d'intégration économique tenant compte du rapport ambigu de chacun d'entre eux à l'émancipation.

Ces voies ont rarement été explorées dans l'analyse de l'économie solidaire, qui reste axée sur la caractérisation de ses principes, les tensions entre eux et les conditions d'institutionnalisation d'une économie plurielle (Laville 2010; Hillenkamp 2013a). La distinction marchand/ non marchand est, de plus, rarement rapprochée de celle, liée mais distincte, entre production et reproduction, centrale dans les approches féministes (Guérin, Hersent et Fraisse 2011).

1.3. Changement social: une conception à la fois radicale et graduelle et plurielle

La critique de la modernité capitaliste, combinée à l'attention prêtée à l'échelle locale dans l'économie solidaire conduit à une conception du changement social en tension, qui est à la fois radicale et graduelle. D'une part en effet, la critique des conséquences, notamment sociales et environnementales, de la rationalité et des modes d'accumulation capitalistes (Van

Griethuysen 2010) débouche sur la proposition d'une modernité démocratique, contestant radicalement la modernité capitaliste et sa base matérialiste. L'horizon de l'économie solidaire peut être décrit comme celui d'un renversement des valeurs, dont témoignent notamment les chartes et déclarations, requérant de nouvelles conceptions de l'utilité sociale (Bouchard 2004) et de la richesse. Cet horizon crée une distance avec certaines positions féministes, se rattachant notamment au féminisme marxiste, qui analysent les conditions matérielles de la domination capitaliste et patriarcale, mais considèrent l'émancipation principalement à travers le salariat ou du moins l'activité rémunérée. En revanche, la position de l'économie solidaire converge avec celle d'économistes féministes qui, à la suite notamment de Marianne Ferber et Julie Nelson (1993), considèrent que l'objet de leur discipline est l'analyse de l'approvisionnement (*provisionning*) en biens et processus nécessaires à la vie humaine, que ceux-ci procèdent du système capitaliste ou non.

Si la vision du changement social dans l'économie solidaire est donc radicale par sa critique du capitalisme et par les valeurs, modèles et institutions démocratiques auxquels elle aspire, elle n'en demeure pas moins graduelle, par l'attention prêtée à l'échelle locale et à la pluralité des principes économiques. Certes, sur ce point des différences considérables existent, selon notamment que la pluralité est conçue en termes de complémentarité et d'hybridation des ressources, comme dans les théories du tiers-secteur, ou en termes de conflictualité appelant une transformation matérielle et subjective des rapports sociaux, comme par exemple dans la théorie de la Colonialité du pouvoir (Quijano 2008 ; Marañón 2012 ; Aguinaga dans ce numéro). Mais dans l'ensemble, les approches de l'économie solidaire partagent une croyance dans le potentiel de changement social et d'émancipation d'alternatives plurielles au capitalisme, par opposition à l'alternative du socialisme centralisé (Sousa Santos et Rodriguez 2013).

Cette posture est indissociable d'une attention critique portée à la viabilité de ces alternatives, combinée à un regard sur les changements possibles ne se limitant pas à ce qui existe réellement. D'une part en effet, les initiatives d'économie solidaire sont souvent émergentes et fragiles, a fortiori les initiatives de femmes qui se déroulent dans des contextes qui peuvent être hostiles, y compris de la part de mouvements qui se prétendent alternatifs mais restent sourds aux rapports sociaux de sexe (Côté 2013). Les initiatives de femmes n'ont d'ailleurs pas nécessairement ni sans doute généralement le changement social comme objectif initial (Guérin, Hersent et Fraisse 2011), mais celui-ci peut apparaître au cours de processus d'action collective qui mettent les rapports sociaux de genre en perspective (Hainard et Verschuur 2005 ; Saussey dans ce numéro ; Verschuur 2012). L'analyse de l'économie solidaire doit rendre compte de cette fragilité et des trajectoires parfois chaotiques et décourageantes des initiatives. D'autre part, l'analyse – et l'action – dans l'économie solidaire réclament une posture *utopique*, au sens d'une exploration des virtualités visant « le dépassement des limites sociales et économiques imposées dans la réalité » (Cattani 2006 : 653). L'écueil du « fondamentalisme de l'alternatif », qui conduit à « à rejeter des propositions qui, nées au sein du capitalisme, ouvrent toutefois la voie à une orientation non capitaliste et créent des enclaves de solidarité au sein du système » (Sousa Santos et Rodriguez 2013 : 133) ne peut être évité qu'en substituant une « herméneutique de l'émergence » à celle du scepticisme (*ibid.*) et en adoptant une posture possibiliste (Hirschman 1995).

Cette posture rejoint certaines positions féministes, notamment celles du féminisme populaire et du *local feminism*, qui mettent l'accent sur la capacité d'action des organisations de femmes et sur leurs territoires de vie, sans nécessairement se donner pour objectif premier de renverser le système patriarcal ou capitaliste. Les domaines délaissés par la modernisation, en particulier l'« ensemble disparate de pratiques et registres

économiques, à la fois marchands et non marchands » (Degavre 2011 : 78) dans lequel les femmes sont insérées y trouvent une place centrale. Ces positions portent les germes d'un rapprochement entre économie solidaire et mouvements populaires de femmes du Sud, déjà décelables dans des alliances existant dans certains pays comme l'Équateur (Aguinaga dans ce numéro) ou la Bolivie (Rousseau 2011). Leur capacité à se concrétiser dans des expériences et à se pérenniser pour produire une transformation des rapports de production et de genre sera essentielle à observer.

Le regard des études féministes sur les organisations de femmes et leurs pratiques économiques, sociales et politiques

La complexité et la richesse de la pensée féministe, tout comme l'hétérogénéité des femmes – diverses selon les articulations de classe, race, caste, etc. – ont longtemps été méconnues, notamment dans les études économiques. Les pratiques et les réflexions sur les organisations de femmes, souvent invisibles ou considérées comme insignifiantes, sans légitimité académique, ont nourri les réflexions des chercheur-es se réclamant du féminisme, qui ont élaboré le concept de genre. Des rencontres, études, recherches, publications, des luttes et manifestations diverses des organisations de femmes et mouvements féministes notamment dans les pays du Sud, de migrantes, des subalternes, ont permis de mieux les reconnaître, et de mieux comprendre la dimension genrée de leurs pratiques, leurs apports théoriques et leur place dans l'histoire économique.

2.1. Organisations de femmes dans l'histoire et dans la construction du féminisme

Louise Tilly et Joan Scott (1978) ont montré comment les historiennes des femmes et du genre ont changé la perception des problèmes de société et l'histoire sociale. Des études d'historiennes sur les ouvrières dans l'industrie de la chaussure en Nouvelle Angleterre au XIXe siècle, sur les cigarières, les ouvrières dans le tissage de tapis, dans les filatures de coton du Sud ou encore dans les usines de textile ont permis de révéler comment leur rôle dans les conflits de travail ou dans le processus d'industrialisation avait été négligé, d'observer les différences entre les cultures masculine ou féminine du travail, les tensions entre leur travail d'ouvrière et à la maison. Les études des historiennes féministes ont permis que l'on s'intéresse non seulement à l'élite, mais aussi aux gens ordinaires, aux femmes et aux rapports sociaux de sexe. Ces études introduisent la catégorie de genre, telle que Scott l'a définie, en se centrant sur la signification, le pouvoir et l'acteur. En considérant les

expériences des femmes comme un fait d'histoire à découvrir et à décrire, les femmes ont pu être considérées comme des sujets sociaux, dont les vies ont un intérêt, tant en tant que membres de leur famille, que comme travailleuses, membres d'organisations ou de mouvements sociaux.

On a pu observer la constitution d'organisations de femmes prenant conscience des discriminations dès la fin du XIXe siècle, dans toutes les parties du monde et parmi des groupes d'appartenances très diverses. Qu'elles aient été constituées de femmes esclaves, ouvrières ou bourgeoises, socialistes, pacifistes ou migrantes, ces organisations ont lutté pour les droits des femmes et contre les inégalités de pouvoir, revendiqué l'égalité entre femmes et hommes, tant dans l'espace privé que public, développé des réseaux et des activités multiples, non seulement dans le domaine politique ou social mais également économique.

Les activités des organisations de femmes ont précédé l'apparition du mot féminisme, adopté en 1892 à Paris (Bard 1999). Les mouvements féministes ont été associés au début au combat pour le droit de vote des femmes (les « suffragettes », que ce soit en Europe, aux États-Unis, en Chine, ou ailleurs), ainsi qu'avec les mouvements pour la paix (les « peacettes »), au moment de la première guerre mondiale (Gaspard 2000). En Iran, ou en Inde, des associations pour l'émancipation des femmes, fondées dès le début du XXe siècle, constituées surtout des femmes de l'élite, revendiquaient le droit de vote des femmes ainsi que la promotion de l'éducation des filles, qui devait contribuer aux changements revendiqués. Les luttes des ouvrières, en France (Flora Tristan 1838 [1979]), en Argentine (Voz de la Mujer 1897), et dans de nombreux autres pays, présentes dès la fin du XIXe siècle, incluaient un regard critique sur les rapports inégaux avec les hommes, non seulement les patrons mais aussi les maris. Bien sûr, les enjeux prioritaires des diverses organisations ou mouvements ont été différents selon les pays, les moments historiques, les différentes appartenances de classe ou de race.

Dans les années 1960, le mouvement des femmes a pris conscience d'une oppression spécifique, celle causée par le travail gratuit et invisible réalisé par les femmes. Les études féministes ont montré que les analyses qui se limitaient aux rapports de classe ne permettaient pas d'expliquer la persistance de la subordination des femmes (Delphy 1970, León 1980). En théorisant le «travail domestique» et le «mode de production domestique», Christine Delphy posait le problème de l'extraction du travail gratuit des femmes et du maintien de l'oppression des femmes. Le patriarcat, comme un système autonome d'exploitation et de domination, constituait selon elle l'«ennemi principal».

Dans ces mêmes années, des organisations de femmes afro-descendantes, d'origine migrante, indigènes, de castes considérées inférieures, se sont fait entendre, considérant que les mouvements féministes dits «hégémoniques» ne prenaient pas en compte leurs points de vue, leurs priorités et contraintes particulières. La représentation «coloniale» de «la» femme, muette, impuissante, qui serait reléguée aux tâches domestiques, ne serait pas capable de s'organiser ni de prendre conscience des causes des problèmes qui l'affectent a été contestée (Hill Collins 2010, Mohanty 1988, Dorlin 2008). Le mouvement black feminism, aux États-Unis, ou des organisations au Brésil réclamaient que soit mieux rendu compte des conditions et des luttes des femmes noires. Une association de travailleuses domestiques, dont l'immense majorité sont des femmes noires, avait ainsi été fondée dans les années 1930 dans l'État de São Paulo, pour défendre les droits de ces travailleuses (Carneiro 2005).

L'influence des organisations de femmes a été déterminante dans le déploiement des études féministes et dans la constitution de diverses instances internationales et nationales dans ce domaine d'étude, et pour l'avancement des législations nationales et conventions internationales pour les droits des femmes (voir par exemple la Convention 100 du BIT en 1951 «à travail égal, salaire égal», ou la Convention 189 du BIT en

2011 pour les Travailleuses et travailleurs domestiques). Les grandes Conférences Internationales des Femmes et pour la Paix organisées par les Nations unies, avec ses forums parallèles, ont réuni des milliers d'organisations de femmes, de mouvements et universitaires féministes, permettant la constitution de réseaux, comme DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era), WLUML (Women Living Under Muslim Law) ou la Marche Mondiale des Femmes. Ces réseaux mettaient l'accent sur des droits politiques, sociaux, culturels mais également économiques. Les associations et groupements économiques de base de femmes défendaient l'idée de l'*empowerment*, définie initialement par ces groupements comme des processus collectifs de remise en question des rapports de pouvoir inégaux et de construction de pratiques politiques et d'espaces économiques de défense des droits.

Dans les décennies après la deuxième guerre mondiale, où sous couvert de développement, ont été mis en place des programmes de coopération visant notamment les femmes, s'est constitué un champ de savoirs « femmes/genre et développement ». Comprendre les différentes phases qui se sont succédées contribue à comprendre aujourd'hui la relative faiblesse ou les biais dans l'étude des dimensions genrées des pratiques économiques et sociales des organisations de femmes.

2.2. Organisations de femmes dans le champ de savoirs « femmes / genre et développement »

Durant une première phase, en lien avec les revendications des mouvements féministes, il s'est agi de faire reconnaître le travail invisible des femmes, à commencer par celui des paysannes dans le Tiers Monde (Boserup, 1970, Beneria 1975, León 1980, Sen 1981). Le «biais masculin» dans le développement a été dénoncé à la 1^{ère} conférence internationale des Nations-unies sur les femmes à Mexico en 1975 (Pronk 1975, Elson 1991). Les anthropologues ont, en partant de leurs recherches de terrain, souligné l'importance du maintien de rapports

sociaux de type domestique, articulés aux rapports sociaux capitalistes, qui permettaient au système capitaliste de prospérer (Meillassoux 1975), grâce aux constructions sociales de genre et de race. Cette phase a également vu se développer les travaux des économistes et sociologues féministes sur le « *care economics* », critiquant notamment les postulats des disciplines économiques qui ne reconnaissent pas la valeur économique du travail domestique et leur « incapacité à s'intéresser aux identités et aux actions collectives fondées sur le sexe ou la nation, la race ou la classe » (Folbre, 1997, p. 11).

Dans un deuxième temps, les travaux se sont centrés sur les transformations des rapports sociaux de sexe liées à la nouvelle division internationale de travail, en lien avec la mondialisation. De nombreuses études ont porté sur l'intégration des femmes dans les industries manufacturières délocalisées, la féminisation du prolétariat, la place croissante des femmes dans l'économie informelle dans les villes, la féminisation des migrations (Beneria, 1982; Kabeer, 1995; Federici, 2002; Sassen, 2005). L'économie du « care » a été analysée en lien avec la nouvelle division internationale du travail (Razavi, 2007, Hochschild, 2002, Verschuur et Reysoo 2005).

Dans un troisième moment, l'attention a été portée aux identités et à la lutte pour les droits, au niveau domestique, local ou global, dans le contexte de la mondialisation et de la nouvelle division internationale du travail (Mohanty 1988, Federici 2002, Molyneux et Razavi 2005, Viveros 2002). Sous l'impulsion notamment des organisations de femmes et mouvements féministes populaires, du Sud, migrantes ou des minorités, a été ravivée la réflexion sur l'imbrication des rapports de classe, caste, race, genre, ainsi que les réflexions sur la construction sociale des masculinités. Les critiques sur la mise à l'écart des hommes dans des programmes de coopération et l'absence de questionnement sur les « masculinités hégémoniques », qui avaient déjà été relevés, ont resurgi (Goetz 1989, Connell 2005 Cornwall 2000, Verschuur 2000).

Les perspectives féministes décoloniales (Verschuur et Destremau 2012), inspirées par les chercheur-es en Amérique latine, s'interrogent maintenant non seulement sur les dimensions symboliques, construites et culturelles des rapports de genre, de classe et de race, mais également sur leurs dimensions économiques et sociales. Cette perspective se préoccupe de ne pas désertier le terrain des luttes concrètes, en s'intéressant aux lieux et aux pratiques spécifiques à partir desquels les groupes de femmes subalternes prennent la parole ou agissent, tant au niveau domestique, que local et global.

2.3 Organisations de femmes et reproduction sociale

Les programmes de coopération se sont intéressés de manière instrumentale aux activités économiques des femmes, considérées comme une ressource mal exploitée. L'époque des projets « générateurs de revenus », parfois individuels, parfois collectifs, conjugués aux programmes d'ajustements structurels, qui impliquaient déjà une surcharge de travail reproductif pour les femmes, a abouti à un renforcement considérable de leur charge de travail globale. L'éducation des jeunes filles et des femmes a été imaginée comme une manière de « sauver l'humanité » (voir les vidéo sur le « Girl effect », avancé par des agences de coopération au développement et des fondations pour réduire la pauvreté). Face aux critiques de la surexploitation des femmes et devant les échecs de ces programmes, des agences ont proposé des programmes économiques dits d'*empowerment* des femmes, inspirés des propositions des organisations de femmes. Mais tant leur contenu que leur méthode ne correspondaient pas à ces propositions initiales. Leurs principes et valeurs sous-jacentes, leur approche souvent individualiste, leur méthode top-down, l'absence d'analyse des rapports de pouvoir ont retiré à ces propositions leur potentiel transformateur. Elles ont représenté une nouvelle surcharge de travail pour les

femmes sollicitées et souvent un renforcement de leur subordination. Les discussions sur le potentiel d'*empowerment* ou d'émancipation des femmes du fait de leur intégration au marché du travail salarié n'ont pas fait consensus parmi les féministes (Kabeer 1994, 1995, 2001). L'accent de ces programmes était généralement mis sur des activités économiques, sans prise en compte du travail reproductif.

La crise de reproduction sociale (crises économiques, décharge par l'Etat de ses responsabilités) a considérablement accru les activités des femmes subalternes dans ce domaine. De nombreux projets d'assistance – plans sociaux gouvernementaux, projets de coopération – ont été dirigés spécifiquement vers les femmes – considérées comme responsables du bien-être de la famille – pour qu'elles prennent en charge les tâches liées à la reproduction sociale. Ainsi a-t-on vu fleurir les projets de soutien à des activités collectives dans ce domaine, nées parfois de manière spontanée ou inscrites dans des plans sociaux, que ce soit l'alimentation – *comedores populares* ou distribution de paniers de base –, la gestion des déchets, les crèches – *madres comunitarias* –, etc. Ces multiples projets étaient vus comme des activités du domaine reproductif, associé au féminin, et majoritairement pris en charge par les femmes de condition subalterne, mal ou non rémunérées. Les mouvements féministes s'y sont rarement intéressés, voire s'y sont opposés, considérant qu'ils renforçaient la subordination des femmes, leur exploitation et ne permettaient pas de transformer les rapports de genre. Certains ont cependant eu des effets transformateurs, par les espaces économiques, de négociation et de pouvoir qu'ils ont indirectement ouverts, mais souvent de manière éphémère, en raison des effets négatifs des politiques publiques ou de la concurrence d'autres acteurs économiques mieux situés dans le processus de globalisation (Verschuur 2012).

De multiples autres activités économiques des femmes se développent par ailleurs, comme les historiennes des femmes ou des anthropologues, sociologues et économistes féministes l'ont

montré. Elles n'ont souvent bénéficié d'aucun soutien ni intérêt de la part des responsables de programmes d'assistance, des politiques publiques, et subissent une compétition inégale dans le processus de globalisation. Intégrées dans le système économique dominant, elles développent des stratégies genrées, collectives ou en réseaux, qui répondent aux rapports de genre, de classe et de race dans lesquelles elles s'inscrivent. Ainsi pourrait-on évoquer des programmes de construction populaire au Brésil (Bisilliat 1995), des ateliers collectifs à Lima au Pérou (Ypeij 2002), des pratiques de tontines ou de certains GIE en Afrique (Guérin 2003, Hainard et Verschuur 2003, 2005), des initiatives de self-help groups ou de groupes affiliés à la SEWA en Inde, ou des groupes de tissage au Sri Lanka (Postel et Schrijvers 1980), les activités des groupes de commerçantes du chemin de fer Bamako-Dakar (Lambert 1993) ou les groupes de commerce équitable des femmes indigènes en Bolivie (Charlier 2011 ; Wanderley dans ce numéro). Comme l'avaient montré les historiennes et leurs travaux sur les ouvrières au XIX^e siècle, on y observe des dimensions symboliques, des pratiques et des cultures de travail différentes des formes de production capitalistes, selon le genre, la classe et la race, des inscriptions sur le territoire et en réseaux, des manières de se lier au contexte politique et social global, des remises en question des rapports de pouvoir et des capacités d'action.

2.4. Des organisations de femmes à l'économie solidaire

Ainsi, les constructions sociales et culturelles de genre, de classe et de race, les rapports de pouvoir entre hommes et femmes, ainsi qu'entre femmes, qui s'expriment dans des inégalités dans la division sexuelle du travail, l'assignation de domaines considérés masculins ou féminins, les contraintes structurelles liées à l'insertion des femmes dans l'économie globale, mais également la volonté de se constituer en sujet de sa propre histoire impriment des contraintes et ouvrent des espaces particuliers tant

symboliques qu'institutionnels, structurels et personnels (Scott 2000) aux activités et organisations de femmes. Pour répondre à ces diverses contraintes, elles mettent en place des logiques économiques, des principes et valeurs genrées. Leurs activités prennent en compte les soins aux autres, les liens sociaux, l'interdépendance, la durabilité. Ces activités se développent souvent au croisement des domaines productifs et reproductifs. Les femmes menant ces activités s'organisent souvent en groupements ou en tissant des réseaux, sur leurs territoires de vie.

Les organisations de femmes et mouvements féministes ont amplement participé à la contestation des ordres idéologiques, politiques, économiques, environnementaux et sociaux, familiaux et de genre, sur lesquels s'est appuyée la mondialisation du capitalisme. Elles ont contesté le recul des actions publiques dans les politiques sociales, les dégradations environnementales, la dévalorisation du travail des femmes, les inégalités dans la nouvelle division internationale du travail et dans l'accès aux espaces de pouvoir. Elles ont également développé des pratiques économiques qui ne sont pas dissociées du social et qui méritent d'être mieux analysées en s'inspirant des apports des économistes, anthropologues et sociologues féministes, ainsi que des économistes spécialistes de l'économie solidaire. Il s'agit donc d'approfondir et de faire converger, de rapprocher les cadres conceptuels, les catégories d'analyse, de ces différentes approches pour progresser dans l'analyse de ces questions centrales autour de l'organisation de la reproduction sociale dans le contexte de la mondialisation. S'appuyer sur l'analyse de ces expériences pourrait contribuer à des propositions de modèles différents, et à la constitution de rapports sociaux qui ne s'appuient pas sur l'exploitation du travail des personnes de genre, de classe et de race de catégories subalternes, et qui tiennent compte du territoire mais aussi du global, de l'immédiat et du long terme. En dernière instance, il s'agit de remettre les questions autour de l'organisation de la reproduction sociale et du pouvoir au cœur de l'analyse.

Quelques pistes de recherche pour une réflexion croisée

Ce rapide aperçu des grilles d'analyses de l'économie solidaire d'une part et des approches féministes d'autre part, laisse entrevoir trois pistes de recherche croisées.

3.1. Production et reproduction dans l'ES

Face à la nouvelle division internationale du travail, aux politiques d'austérité mais aussi à l'urgence écologique, la question de l'articulation entre « production » et « reproduction » reste fortement d'actualité tout en prenant des formes inédites. Comme mentionné dans la partie précédente, la recherche féministe ne cesse de dénoncer le renouvellement des formes d'exploitation. Les femmes, et notamment les femmes de catégories subalternes, se voient déléguer des responsabilités croissantes d'activités de soin, tant à autrui qu'à l'égard de la nature. Mais on assiste aussi à des initiatives novatrices qui cherchent à mutualiser, revaloriser mais aussi dé-domestiquer les activités de reproduction – au sens de les extraire de la sphère domestique. Cette « dé-domestication » peut prendre deux formes : organiser de manière originale les activités dites de reproduction, ou bien instaurer des formes inédites de production et de rapports au travail (l'économie plurielle mentionnée dans le I.2) qui facilitent par ailleurs les activités de reproduction. Celles-ci ne se résument plus alors à des rapports sociaux de type domestique, sans pour autant être des rapports sociaux de type capitaliste. Ces pratiques offrent des alternatives aux deux écueils habituels de la sphère reproductive que sont d'une part la gratuité et d'autre part la marchandisation.

Trop souvent, la question de la reproduction sociale est insuffisamment prise en compte dans les débats sur les alternatives. L'analyse reste centrée sur l'existence d'une sphère productive plurielle, alors que la reproduction sociale est au cœur des pratiques et mérite donc une place également centrale dans l'analyse (Verschuur et Catarino 2013). Cette question a été esquissée

dans un ouvrage collectif (Guérin, Hersent et Fraisse 2011), mais les apports de la recherche féministe doivent permettre d'aller beaucoup plus loin. La liste de questions suivantes, non exhaustive, offre des premières pistes de réflexion et d'analyse.

- La définition des catégories (et éventuellement l'abandon des catégories production/reproduction) est un premier enjeu majeur : ne faut-il pas aller au-delà des acceptions usuelles (reproduction de la force de travail) et adopter une vision plus large et moins matérialiste, comme par exemple la notion de reproduction étendue du vivant (Degavre 2011)? Comment définir des pratiques dont la logique ultime n'est pas l'accumulation, mais la sécurisation des moyens d'existence (Hillenkamp, Lapeyre et Lemaitre 2013) et pour lesquelles la reproduction n'est pas pensée comme une contrainte mais comme une fin en soi, et au sein desquelles l'opposition production/reproduction n'a finalement guère de sens? Le concept de *provisioning* (activités nécessaires à la préservation de la vie) proposé depuis les années 1990 par certaines économistes féministes pour définir ce que devraient être les objectifs de l'économie comme discipline, ne sont-elles pas une piste permettant de sortir les pratiques d'économie solidaire de l'invisibilité et de la confusion? Comment appréhender et définir la diversité des activités généralement classifiées de reproduction, telles que le soin à autrui, le soin à la nature et le travail sexuel? Comment transformer des rapports sociaux qui enferment les femmes de catégories subalternes dans des activités reproductives renforçant leur exploitation en de nouveaux rapports qui permettraient une libération, grâce à des activités et un travail digne et épanouissant, socialement et économiquement reconnu à sa juste valeur?

- Tantôt essentialisées pour leur contribution au lien social, tantôt dénoncées comme sources d'oppression et de domination, les activités de reproduction méritent en fait d'être pensées dans toute leur complexité : probablement plus que toutes autres pratiques, elles combinent sens de l'obligation, désintéressement mais aussi affect et émotions positives (Folbre 1995), comme résultat des constructions sociales de genre – associant la féminité au don de soi – et de l'assignation prioritaire des femmes à ces activités. Le genre permet ainsi de comprendre comment se maintient cette forme d'exploitation du travail mais également de sortir d'une analyse uniquement matérielle, en incluant la réflexion sur d'autres valeurs et en s'ouvrant à d'autres manières de voir et à d'autres représentations de la richesse. C'est en tenant compte de cette multiplicité – et ambiguïté – qu'il faut étudier les pratiques solidaires tout en étant attentif/ve à la manière dont cette multiplicité se décline en fonction du type d'initiative, mais aussi des rapports sociaux qui les animent.
- Comment, dans l'analyse des effets produits, combiner la diversité des critères d'appréciation et des échelles d'analyse, et leurs éventuelles contradictions? A micro-échelle, comment penser les effets de ces initiatives dans la vie quotidienne des femmes et des hommes, que ce soit en termes de réappropriation des moyens de production et de reproduction mais aussi d'épanouissement individuel et collectif (ou au contraire, de dépossession et d'aliénation), et plus largement, en fonction de critères qui font sens pour les femmes et pour les hommes? A macro-échelle, dans quelle mesure ces initiatives contribuent-elles à contester l'ordre dominant ou au contraire à perpétuer voire renforcer les mécanismes structurels d'exploitation et de hiérarchie, que ce soit du point de vue matériel des rapports sociaux ou du point de vue des valeurs?

3.2. Des chemins multiples d'émancipation

Dès lors que l'on considère l'économie solidaire depuis la perspective de la reproduction, l'analyse des alternatives et du changement social dans l'économie plurielle s'enrichit de nouveaux questionnements. La question n'est plus seulement celle de la viabilité et du potentiel émancipateur de formes d'organisation de la production, du financement, des échanges ou de la consommation fondées sur l'égalité, la solidarité ou la protection de l'environnement (Sousa Santos et Rodríguez 2013). Elle est, plus largement, celle de chemins *multiples* et *corrélés* d'émancipation. Ceux-ci peuvent emprunter des voies «classiques», associées à la réorganisation de la sphère de la production et à ses processus d'institutionnalisation et d'autres, plus novateurs, surgissant de la réorganisation de la sphère de la reproduction. Une série de questions émerge de cette double perspective, parmi lesquelles :

- Quelles sont les interactions, positives ou négatives, entre différents «chemins d'émancipation»? À quelles conditions le modèle d'une sphère productive plurielle, fondée sur le primat du principe de réciprocité, favorise-t-il une revalorisation de la reproduction, grâce notamment à la mutualisation ou la collectivisation des activités et à leur dé-domestification (voir Barbagallo et Federici 2013)? Et dans quels cas l'auto-organisation des femmes sert-elle surtout à assumer le travail de reproduction sociale dont l'Etat se décharge? Observe-t-on des cas de réorganisation de la reproduction sociale sans remise en question des rapports d'exploitation? Quels sont les mécanismes ou facteurs clés (*empowerment* collectif, espaces de délibération au sein des groupes, espaces féminins...) et les acteurs (leaders locaux, personnel des ONG d'appui, travailleurs sociaux, ...) permettant une interaction positive entre sphère productive plurielle et revalorisation de la sphère reproductive? Quelles en sont aussi les contradictions, pouvant résider précisément dans

des conceptions différentes de l'émancipation, y compris au sein d'organisations ou de mouvements en faveur des femmes (par exemple féminisme libéral versus populaire)?

- Comment alors aborder ces interactions? Relèvent-elles de l'analyse de l'intersection entre les catégories de classe, genre et race, avancée dans les études féministes? S'expriment-elles en termes d'articulation des rapports sociaux capitalistes et de type domestique et dans ce cas, à quelle échelle (non seulement locale, nationale, mais aussi transnationale; voir Verschuur 2013)? Ou permettent-elles la construction de nouveaux rapports sociaux et dans ce cas, comment les qualifier?

- Enfin, quels sont, d'un point de vue normatif, les critères permettant de définir ces cheminements comme des «alternatives»? Faut-il s'intéresser à l'autonomie des femmes, en lien notamment avec l'émergence de nouvelles formes d'action politique? Au contrôle financier et technique des moyens de production? À l'appropriation «non exploitante» du travail et du surplus économique (Gibson-Graham, Erden et Özseltuk 2013)? À la revalorisation du travail et la création de nouvelles formes de richesse? S'agit-il alors d'examiner si le fait de produire autrement permet aux actrices et acteurs de l'économie solidaire d'obtenir une valorisation durable de leur travail, pouvant aller jusqu'à une contestation des principes d'évaluation marchands depuis une perspective critique sociale et écologique? Ou s'agit-il surtout de faire reconnaître des formes de travail invisibles? Comment, de manière générale, combiner perspectives féministes et de démocratisation de l'économie?

3.3. Un rapport multiple au politique

Une spécificité des initiatives d'ES réside dans leur dimension politique, mais sous des formes diverses, souvent invisibles et peu valorisées car empruntant des registres d'action inhabituels, échappant aux catégories d'analyse généralement employées. ES et recherche féministe se rejoignent dans l'idée de rendre compte de ces formes d'agir politique, à la fois dans leur spécificités et leur multiplicité.

L'ES met l'accent sur la délibération au sein d'espaces publics qui se déclinent à différentes échelles. Au niveau local, il s'agit d'«espaces publics de proximité» (Eme et Laville 2006), dont le rôle permet à différentes parties prenantes de co-construire les biens et services proposés (leur nature, leur prix, le public visé, etc.), proposant ainsi une alternative à une régulation par le marché basée uniquement sur la solvabilité des usagers ou consommateurs. Par ailleurs, ces espaces peuvent jouer pour les femmes un rôle essentiel de socialisation, de conscientisation, d'apprentissage et de remise en question des identités, tout intérêts individuels et collectifs (Guérin, Hersent et Fraisse 2011).

Ces espaces de proximité s'articulent ensuite avec des espaces de niveau intermédiaire, où les demandes de l'ES sont agrégées et régulées en interaction avec les pouvoirs publics, comme l'illustrent notamment les réseaux brésiliens d'économie solidaire (França Filho 2006). Leur rôle consiste ainsi à institutionnaliser ces pratiques, à les faire reconnaître par la puissance publique, à exprimer à une échelle plus large des besoins non reconnus, à peser sur l'élaboration de politiques publiques ou de mesures législatives et réglementaires, ou encore à modifier les règles du jeu du marché. En même temps, les processus d'institutionnalisation comportent un risque avéré d'instrumentalisation et de dénaturation de l'ES par les pouvoirs publics (Lemaître, Richer et França Filho 2011).

Les espaces publics ne sont donc pas exempts de fragilités et de dysfonctionnements. Ils sont faits de frottements, de tiraillements et de compromis permanents (entre intérêts

individuels et collectifs, entre pratiques locales et cadres institués). Ils supposent l'existence d'intermédiaires, d'interfaces, de passeurs-es – individus ou organisations – dont le rôle est à la fois complexe et ambigu.

Du côté de la recherche féministe, l'accent est mis sur la diversité des formes d'engagement – en lien avec les appartenances et imbrications entre genre, classe, race, etc. – et sur la diversité des formes de féminisme, marquant une distance avec la définition classique des mouvements sociaux. Est également battue en brèche l'opposition public/privé, puisque l'analyse féministe montre à quel point ce sont précisément les responsabilités domestiques des femmes, hier comme aujourd'hui, qui les amènent à s'engager dans le combat politique

A cette étape de notre réflexion, il semble se dégager deux formes idéales-typiques d'engagement, dont les exemples ci-dessous sont emblématiques.

D'un côté, on trouve des pratiques économiques alternatives qui tentent parallèlement de peser sur le politique, à travers ce qui peut être qualifié d'une «réinvention culturelle du politique» : ces initiatives ne visent pas à renverser ni l'ordre patriarcal, ni le système «capitaliste» mais se présentent comme «*des lieux où les sujets (femmes et hommes) construisent de l'intérieur, sur ce territoire-là, des solutions et l'ébauche de nouveaux rapports entre hommes et femmes, sans plus attendre*» (Verschuur, 2005, p. 52). On peut citer l'exemple de groupes économiques féminins, que l'on trouve dans plusieurs pays d'Afrique de l'Ouest sous le label de Groupes d'intérêt économique (GIE), et qui en sus de leurs activités d'artisanat, de production ou de financement plaident pour une meilleure prise en compte de leurs droits auprès des municipalités voire de l'Etat central. On peut citer également des coopératives de productrices qui tentent de faire reconnaître un prix équitable de leurs produits (Charlier 2011) ou d'obtenir des systèmes de finances solidaires (Hillenkamp 2013a); on peut citer encore des cantines collectives qui revendiquent auprès des autorités publiques l'utilité sociale de leurs activités et la rémunération du travail des femmes à son juste prix (Angulo 2011).

D'un autre côté, on observe des pratiques de revendication et de lutte, parfois radicales, qui s'accompagnent de l'offre de services concrets. Cette articulation peut relever d'une conviction profonde : le changement social suppose une articulation permanente entre « lutte et développement » (Kabeer 2011). De manière plus pragmatique, l'offre de services quotidien *conditionne* l'existence même des luttes, notamment lorsque celles-ci sont radicales, percevant la conflictualité comme un élément constitutif de la démocratisation, et inscrites dans la durée. Le combat politique n'est possible qu'articulé avec des pratiques permettant d'assurer la survie quotidienne de celles et ceux qui y sont engagés (Rauber, 2002). On voit ici le rôle de la reproduction sociale dans l'engagement politique, question de toute évidence sous-explorée.

On peut citer l'exemple des émeutes alimentaires récentes, qui ont pour spécificité d'articuler révolte et expérimentation : la dénonciation de mécanismes d'oppression et d'exploitation s'accompagne d'actions concrètes qui offrent des avantages matériels aux participant(e)s tout en leur permettant de construire les répertoires d'action et les solidarités qui sont nécessaires à ces moments de révolte (Guérin et Nobre, 2014). D'autres formes de luttes et de revendications ont pour particularité de s'inscrire dans la durée et de s'articuler avec des formes d'auto-organisation : hommes et femmes doivent inventer ou réinventer et s'approprier des modes populaires de gestion des besoins de base comme l'alimentation. Le mouvement des *Piqueteros* en Argentine est à cet égard emblématique. S'y combinent l'occupation d'espaces publics de longue durée, et notamment le blocage des routes, et la réponse aux besoins quotidiens des gens à travers des cantines populaires, des boulangeries, des jardins, des écoles maternelles, des groupes de prévention de la violence domestique, etc. (Nobre & Freitas, 2011 : 242). De la même manière, le mouvement des *Indignados* en Espagne consiste à la fois à répondre aux besoins urgents et quotidiens

des populations locales et précaires, surtout des jeunes, et à contester le système mais aussi à le modifier en « localisant » la décision économique. Dans cette économie politique de la résistance, l'expérience préalable des femmes dans des collectifs est indispensable à leur participation active dans les moments plus durs de confrontation.

La contiguïté entre pratiques économiques, actions publiques et revendications politiques prend ainsi des formes plurielles qui méritent d'être explorées beaucoup plus en détail, à la fois pour documenter de manière empirique leur fonctionnement au quotidien, mais aussi pour renouveler nos grilles d'analyses du rapport au pouvoir et au politique. Deux questions sont ici essentielles. La première est celle du rôle que jouent précisément les femmes, notamment subalternes, dans ces initiatives. La seconde est celle de la mise à l'agenda de revendications féministes. Elle est étroitement liée à celle de l'articulation, toujours complexe, entre ces revendications et d'autres formes de lutte, et donc aux alliances possibles. Réseaux de l'ES comme réseaux féministes, du moins certains d'entre eux, restent encore largement indifférents à ces initiatives locales, voire les méprisent (Hersent dans ce numéro). Renouveler le regard qu'on leur porte en introduisant de nouvelles catégories d'analyse capables de rendre justice à leur capacité d'innovation est donc essentiel. Les quelques pistes proposées ici devraient permettre, nous l'espérons, d'avancer dans cette voie.

Notas

¹ Chargée de recherche IRD, France ; directrice de recherche IRD, France ; directrice Pôle genre et développement, senior lecturer, IHEID, Genève, Suisse.

¹ Householding dans le texte original en anglais, traduit en français par « administration domestique » (*La Grande Transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris, Gallimard, 1983). On préfère ici le terme d'autosuffisance qui rend compte du fondement de ce principe, inspiré de la distinction d'Aristote entre production d'usage et production pour le gain.

Références

- N. ANGULO, 2011.
« Cantines populaires : sécurité alimentaire et exercice de la citoyenneté au Pérou », I. GUÉRIN, M. HERSENT, L. FRAISSE (coord) *Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale*, Paris, IRD éditions, Erès, pp. 221-236.
- C. BARBAGALLO, C. , S. FEDERICI, 2013.
Travail domestique, du care, du sexe et migrations dans le contexte de la restructuration néo-libérale : de la politisation du travail reproductif. In *Genre, migrations et globalisation de la reproduction sociale. Cahiers genre et développement. N° 9*. C. VERSCHUUR, C. CATARINO (coord). 421-430. Paris : L'Harmattan.
- C. BARD .1999.
Un siècle d'anti-féminisme. Paris : Fayard.
- L. BENERÍA, 1998.
« Karl Polanyi, la Construcción del Mercado Global y la «Diferencia» de Género », *Mientras Tanto*, Vol. 71, pp. 81-101.
- S. BERGERON, S. HEALY, 2013.
« Beyond the Business Case. A Community Economy Approach to Gender, Development and Social Economy ». *UNRISD Conference on Potential and Limits of Social and Solidarity Economy*, Genève, 8-10 mai.
- J. BISILLIAT, 1995.
La construction populaire au Brésil : une expérience à Sao Paulo. Paris : Karthala ; ORSTOM, 175 p.
- M.J. BOUCHARD, 2004.
« Vers une évaluation multidimensionnelle et négociée de l'économie sociale », *Recma*, Vol. 292, pp. 59-74.
- A. CAILLÉ, 1995.
« Présentation », *Revue du MAUSS semestrielle*, Vol., n°6, pp. 4-14.
- S. CARNEIRO, 2005.
Noircir le féminisme. *Nouvelles questions féministes*. Vol.24 n°2. Lausanne
- S. CASTRO-GOMEZ, R.GROSFUGUEL, 2007.
El Giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogota. IESCO-Pensar-Siglo del Hombre Editores.
- A.D. CATTANI, 2006.
« Utopie », J.-L. LAVILLE, A.D. CATTANI (coord) *Dictionnaire de l'autre économie*, Paris, Gallimard, pp. 652-661.
- S. CHARLIER, 2011.
« Empoderamiento des femmes par l'économie populaire solidaire : participation et visibilité des femmes en Bolivie », I. GUÉRIN et al. (*op. cit.*), pp. 155-184.
- R.W. CONNELL, 2005.
Masculinities. Second Edition. Berkeley, CA: University of California Press
- A. CORNWALL, 2000.
Missing Men? *Reflections on Men, Masculinities and Gender in GAD*. IDS Bulletin Volume 31, Issue 2, p.18-27, April 2000
- C. DELPHY, 1970.
« L'ennemi principal ». *Partisans*, n° spécial « Libération des femmes ».
- J.L. CORAGGIO, 2006.
« Économie du travail », J.-L. LAVILLE, A.D. CATTANI (coord) *Dictionnaire de l'autre économie*, Paris, Gallimard, pp. 313-325.

J.L. CORAGGIO, 2010.

« La economía social y solidaria como estrategia de desarrollo en el contexto de la integración regional latinoamericana », *Revista de Economía Solidaria*, Vol. 2, pp. 12-23.

D. CÔTÉ, 2011.

« Difficiles convergences : mouvement des femmes et économie sociale, l'expérience québécoise », I. GUÉRIN, M. HERSENT, L. FRAISSE (coord) *Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale*, Paris, IRD éditions, Erès, pp. 289-312.

J. DEFOURNY, M. NYSENS, 2013.

« L'approche EMES de l'entreprise sociale dans une perspective comparative ». SO-CENT Working Paper 2013/01, in partnership with EMES network.

F. DEGAVRE, 2011.

« La pensée «femmes et développement». Critique des fondements et pistes pour reconstruire un point de vue féministe croisé Nord/Sud », I. GUÉRIN, M. HERSENT, L. FRAISSE (coord) *Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale*, Paris, IRD éditions, ERES, pp. 63-84.

F. DEGRAVE, A. LEMAÎTRE, 2008.

« Approches substantives de l'économie : des outils pour l'étude des organisations d'économie sociale », *Interventions économiques*, Vol. 38, pp. 1-16.

B. DESTREMAU et Ch. VERSCHUUR, (coord) 2012.

Féminismes décoloniaux, genre et développement. Revue Tiers Monde n°209, Numéro spécial, janv.-mars 2012, Paris Armand Colin.

E. DORLIN (Éd.), 2008.

Black Feminism. Anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000. Paris : L'Harmattan

B. EME, J.-L. LAVILLE, 2006.

« Économie solidaire (2) », J.-L. LAVILLE, A.D. CATTANI (coord) *Dictionnaire de l'autre économie*, Paris, Gallimard, pp. 303-312.

S. FEDERICI, 2002.

« Reproduction et lutte féministe dans la nouvelle distribution internationale du travail ». In C. VERSCHUUR, avec F. REYSOO (Coord) *Genre, mondialisation et pauvreté. Cahiers Genre et Développement* 3. pp. 45-73. Paris : L'Harmattan.

M. FERBER, J. NELSON, 1993.

Beyond economic man : feminist theory and economics. Chicago: The University of Chicago Press.

N. FOLBRE, 1997.

De la différence des sexes en économie politique, Paris, Ed. Des Femmes.

G. FRANÇA FILHO, 2002.

« Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária y Economia Popular: traçando fronteiras conceituais », *Bahia Análise & Dados*, Vol. 12, n°1, pp. 9-19.

G. FRANÇA FILHO, 2006.

« Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação », G.C. FRANÇA FILHO, J.-L. LAVILLE, J.-P. MAGNEN, A. MEDEIROS (coord) *Ação Pública e economia solidária – uma perspectiva internacional*, Salvador, Porto Alegre, EDUFRGS/EDUFBA, pp. 259-267.

N. FRASER, 2013.

« Marchandisation, protection sociale, émancipation : vers une conception néopolanyienne de la crise capitaliste », *(coord) *Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi*, Toulouse, Erès, pp. 39-63.

F. GASPARD, 2000.

Les femmes dans les relations internationales. In: *Politique étrangère* n°3-4 - 65e année pp. 730-741.

J.K. GIBSON-GRAHAM, 2005.

« Surplus Possibilities: Postdevelopment and Community Economies », *Singapore Journal of Tropical Geography*, Vol. 26, n°1, pp. 4-26.

J.K. GIBSON-GRAHAM, E. ERDEM, C. ÖZSELÇUK, 2013.

« Thinking with Marx For a Feminist Postcapitalist Politics », R. JAEGGI, D. LOICK (coord) *Marx' Kritik der Gesellschaft*, Berlin, Akademie Verlag,

GUBIN E., C. JACQUES F. ROCHEFORT, B. STUDER, F. THEBAUD et M. ZANCARINI-FOURNEL (dir), 2004. *Le siècle des féminismes*. Paris : Les Éditions de l'Atelier/Éditions ouvrières.

I. GUÉRIN, 2003.

Femmes et économie solidaire. Paris: La Découverte, M.A.U.S.S.

I. GUÉRIN, M. HERSENT, L. FRAISSE (coord) (2011).

Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale. Paris, érès, IRD.

I. GUÉRIN, M. NOBRE (2014, à paraître).

« L'économie solidaire revisitée à la lumière du genre : outil de changement social ou reproduction de la subordination féminine ? », in : Ch.VERSCHUUR, I. GUÉRIN, H. GUETAT-BERNARD (eds). *Sous le développement, le genre ?* Marseille : IRD.

F. Hainard F., Ch. Verschuur, 2003.

« Gender relations and grass-roots urban movements », in *International Social Science Review* n°177, August 2003, p. 473-488, UNESCO, Paris

F. HAINARD, CH. VERSCHUUR, 2005.

Mouvements de quartier et environnements urbains. La prise de pouvoir des femmes dans les pays du Sud et de l'Est, Karthala, Paris, 370 p.

P. HILL COLLINS, 2010.

La construction sociale de la pensée féministe. In Verschuur Ch. (coord) 2010. *Genre, postcolonialisme et diversité des mouvements de femmes. Cahiers Genre et Développement* n°7. L'Harmattan. Paris, 500 p.

I. HILLENKAMP, 2013a.

L'économie solidaire en Bolivie : entre marché et démocratie. Paris, Genève: Karthala, GIP.

I. HILLENKAMP, 2013b.

« Le principe de *householding* aujourd'hui. Discussion théorique et approche empirique par l'économie populaire », I. HILLENKAMP, J.-L. LAVILLE (coord) *Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi*, Toulouse, Erès, pp. 215-239.

I. HILLENKAMP, F. BESSIS, 2012.
« L'innovation sociale par l'économie solidaire en Bolivie : une démocratisation des conventions de production et de genre », *Innovations*, Vol. 2, n°38, pp. 85-105.

I. HILLENKAMP, F. LAPEYRE, A. LEMAÎTRE (coord), 2013.
Securing Livelihoods. Informal Economy Practices and Institutions. Oxford, Oxford University Press.

A.O. HIRSCHMAN, 1995.
A propensity to self-subversion. Cambridge Mass., London: Harvard University Press.

N. KABEER, 2011.
«Emploi informel, initiatives syndicales et genre», I. GUÉRIN et al. (*op. cit.*), pp. 255-288.

N. KABEER, 2001.
Conflicts over credit: re-evaluating the empowerment potential of loans to women in rural Bangladesh'. *World Development*, vol 29, no.1.

N. KABEER, 1994,
«Empowerment from Below: Learning from the Grassroots», in N. KABEER, *Reversed Realities ; Gender Hierarchies in Development Thoughts*, London, Verso

N. KABEER, 1995.
«Necessary, Sufficient or Irrelevant ? Women, Wages and Intra-Household Power Relations in Urban Bangladesh», in Institute of Development Studies *Working Paper*, n° 25, September, Sussex

D. KERGOAT, 2001.
« Le rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion », *Actuel-Marx*, n° 30, PUF, 2001, pp. 85-100.

A. LAMBERT, 1993.
« Les commerçantes maliennes du chemin de fer Dakar-Bamako », G. EMMA-NUEL, P. LABAZÉE (coord) *Grands commerçants d'Afrique de l'Ouest. Logiques et pratiques d'un groupe d'hommes d'affaires contemporains*, Paris, Karthala-ORSTOM, pp. 37-70.

La Voz de la Mujer, Periodico comunista-anárquico. 1997.
Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes. Préface M. Molyneux. (Parution originale 1896-1897)

J.-L. LAVILLE (coord), 2007.
L'économie solidaire. Une perspective internationale. Paris, Hachette Littératures.

J.-L. LAVILLE, 2010.
Politique de l'association. Paris: Seuil.

J.-L. LAVILLE, 2013.
«Avec Polanyi et Mauss. Vers une théorie de la démocratie et de l'économie plurielles», I. HILLENKAMP, J.-L. LAVILLE (coord) *Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi*, Toulouse, Erès, pp. 271-300.

A. LEMAÎTRE, 2013.
« 'Popular Cooperatives' and Local Development in South-East Brazil: Towards Socio-Economic Pluralism », I.

HILLENKAMP, F. LAPEYRE, A. LEMAÎTRE (coord) *Securing Livelihoods. Informal Economy Practices and Institutions*, Oxford, Oxford University Press, à paraître, pp. 25-46.

A. LEMAÎTRE, M. RICHER, GENAUTO CARVALHO DE FRANÇA FILHO, 2011.
« L'économie solidaire face à l'État en Amérique latine : les dynamiques contrastées du Brésil et du Venezuela », *Revue Tiers Monde*, Vol. 208, pp. 159-175.

M. LEÓN, 1980.
Mujer y capitalismo agrario. ACEP-Bogotá. 294 p.

B. MARAÑÓN-PIMENTEL (coord) (2012). *Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina : una perspectiva descolonial*. Buenos Aires, Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales (CLACSO).

N.-C. MATHIEU, 1985.
L'arraisonnement des femmes. Essais en anthropologie des sexes, Paris, Cahiers de l'Homme .

M. MAUSS, 1968 [1923].
« Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques », *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF, pp. 143-279.

C.T. MOHANTY, 1988.
Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. In *Feminist Review*. N° 30, pp. 61- 88

M. MOLYNEUX, S. RAZAVI, 2005.
'Beijing plus ten: an ambivalent record on gender justice', *Development and Change* 36(6): 983-1010

J. NELSON, 2012.
« Poisoning the Well, or How Economy Theory Damages Moral Imagination », D.M. GEORGE, M. DEIRDRE (coord) *Handbook on Professional Economic Ethics*, Oxford, Oxford University Press (Drafted for submission),

M. NOBRE, 2006.
«Femmes et économie solidaire (1)», J.-L. LAVILLE, A.D. CATTANI (coord) *Dictionnaire de l'autre économie*, Paris, Gallimard, pp. 398-409.

M. NOBRE ET T. FREITAS (2011).
«Possibilités et limites de la construction de l'égalité de genre dans l'économie solidaire», I. GUÉRIN et al. (*op. cit.*), pp. 237-254.

O. NÚÑEZ, 1996.
La economía popular, asociativa y autogestionaria Managua: Centro para la Promoción, la Investigación y el Desarrollo Rural Social.

K. POLANYI, 1983 [1944].
La Grande Transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: Gallimard.

E. POSTEL-COSTER, J. SCHRIJVERS (eds), 1980.
A Woman's Mind is Longer than a Kitchen Spoon. Report on Women in Sri Lanka. Research Project Women and Development, Colombo-Leiden.

J. PRONK, 2000.
"Women in Development, Advancing towards autonomy", The Hague, in J. BISSILLIAT, Ch. VERSCHUUR, 2000, *Cahiers Genre et Développement n°1*, Paris

- A. QUIJANO, 2008.
« Solidaridad » y capitalismo colonial/moderno », *Otra Economía*, Vol., n°2, pp. 12-16.
- I. RAUBER, 2002.
« Mujeres Piqueteras: el caso de Argentina », F. Reysoo (coord) *Economie Mondialisée et Identités de Genre*, UNESCO, Suisse.
- S. RAZAVI, 2012.
« World Development Report 2012: Gender Equality and Development – An Opportunity both Welcome and Missed », *Development and Change*, Vol. n°43, Issue 1, pp. 423-437.
- L. RAZETO, 1997.
« Factor «C». *Grupo de los 11. Escuela Cooperativa «Rosario Arjona» / CECOSOLLA*, Barquisimeto, ECV CECOSOLLA.
- A.M. SARRIA ICAZA, L. TIRIBA, 2006. « Économie populaire », J.-L. LAVILLE, A.D. CATTANI (coord) *Dictionnaire de l'autre économie*, Paris, Gallimard, pp. 258-268.
- J.-M. SERVET, 2013.
« Le principe de réciprocité aujourd'hui. Un concept pour comprendre et construire l'économie solidaire », I. HILLENKAMP, J.-L. LAVILLE (coord) *Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi*, Toulouse, Erès, pp. 187-213.
- B. SOUSA SANTOS, C. RODRÍGUEZ GARAVITO, 2013.
« Alternatives économiques : les nouveaux chemins de la contestation », I. HILLENKAMP, J.-L. LAVILLE (coord) *Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi*, Toulouse, Erès, pp. 127-147.

- D. TEMPLE, F. LAYME, J. MICHAUX, M. GONZALES, E. BLANCO, 2003.
Las estructuras elementales de la reciprocidad. La Paz: Plural.
- L. TILLY, J. SCOTT, 1978 [2002]
Les femmes, le travail et la famille, Paris, Payot et Rivages.
- F. TRISTAN, 1838 [1979].
Les Pérégrinations d'une Paria, François Maspéro/La Découverte.
- P. VAN GRIETHUYSEN, 2010.
« Pourquoi le développement durable s'est-il imposé là où l'écodéveloppement a échoué ? Débats pour la suite du monde », Y.-M. ABRAHAM, L. MARION, H. PHILIPPE (coord) *Développement durable ou décroissance soutenable ?*, Montréal, Ecosociété, pp. 60-79.
- G. VÁZQUEZ, 2013.
« Self-Managed Work, Social Protection, and Community Development: The Case of the UST Cooperative (Argentina) », I. HILLENKAMP, F. LAPEYRE, A. LEMAÎTRE (coord) *Securing Livelihoods. Informal Economy Practices and Institutions*, Oxford, Oxford University Press, pp. 64-77.
- Ch. VERSCHUUR (coord), 2000.
Quel genre d'homme? Construction sociale de la masculinité, relations de genre et développement, Actes des colloques de l'IUED, Commission nationale suisse pour l'UNESCO – DDC – IUED, Genève-Berne, 190p.

- Ch. VERSCHUUR, 2005.
« Mouvements de base, genre et justice sociale, réinvention culturelle du politique », in F. HAINARD F., Ch. VERSCHUUR, *Mouvements de quartier et environnements urbains, La prise de pouvoir des femmes dans les pays du Sud et de l'Est*, Karthala – ENDA Diapol, Paris, 370 p., p. 49-83.
- Ch. VERSCHUUR, 2012.
« Racommodages de la pauvreté ou engagements féministes dans les quartiers populaires de San Cayetano et Gamboa en Amérique latine », in *Autrepart* (61), 2012, p. 175-190, Paris.
- Ch. VERSCHUUR, 2013.
Reproduction sociale et care comme échange économique-affectif. L'articulation des rapports sociaux dans l'économie domestique et globalisée. In Ch. VERSCHUUR, Ch. CATARINO (coord) 2013. *Genre, migrations et globalisation de la reproduction sociale. Cahiers Genre et Développement n°9*, L'Harmattan, Genève – Paris, 430 p., p.23-39.
- Ch. VERSCHUUR, F. REYSSO F. (coord), 2005.
Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations, Cahiers Genre et Développement n°5, L'Harmattan, Genève - Paris, 352 p.
- M. VIVEROS, 2002.
De quebradores y Cumplidores. Sobre hombres, masculinidades y relaciones de Género en Colombia. Universidad Nacional/Fundación Ford/Profamilia, Colombia.
- W. WALLER, A. JENNINGS, 1991.
« A Feminist Institutional Reconsideration of Karl Polanyi », *Journal of Economic Issues*, Vol. 25, n°2, pp. 485-497.
- F. WANDERLEY, 2013.
« El Concepto de Pluralidad Económica: una Lectura desde Bolivia ». Ponencia elaborada para el XXIX Congreso latinoamericano de sociología, Santiago de Chile.
- A. YPEIJ, 2002.
« Ateliers collectifs : une alternative pour les femmes dans les quartiers pauvres de Lima », C. VERSCHUUR, F. REYSSO (coord) *Genre, mondialisation et pauvreté*, Paris, L'Harmattan, pp. 99-105.

Une approche internationale des initiatives de femmes dans l'ESS

Madeleine Hersent

Directrice de l'ADEL, France

Isabelle Guérin

Directrice de recherche IRD, France

Notas biográficas

Madeleine Hersent é socióloga, directora da ADEL (Associação para o Desenvolvimento Económico Local), em França, desde 1983, e co-fundadora do IRES (Instituto de Investigações Económicas e Sociais) e do MES (Movimento para a Economia Solidária), que junta 22 redes de economia solidária em França. É especialista em políticas públicas de inserção e de criação de actividades de proximidade em bairros sensíveis para públicos femininos.

Isabelle Guérin é socioeconomista, directora de Investigação do IRD (Instituto da Investigação para o Desenvolvimento – Unidade «Desenvolvimento e Sociedade») de França e responsável do programa “Trabalho, Finanças e Dinâmicas Sociais” do Instituto Francês de Pondichéry. É especialista nas áreas de estudos de género e economia solidária, de microcrédito e finanças alternativas, tendo ainda co-dirigido o Relatório Anual «Exclusions et liens financiers», publicado pelo Centro Wailras (Université Lumière Lyon 2).

RÉSUMÉ

Les initiatives de femmes dans l'économie sociale et solidaire prennent souvent la forme de l'entrepreneuriat collectif. Elle traduisent la résistance à un modèle établi et des aspirations à la justice sociale. En se dotant de leur propre forme d'organisation appuyée sur la polyvalence et le partage des responsabilités et des tâches, elles réinterrogent l'articulation entre vie familiale et vie professionnelle ainsi que les frontières entre rémunération et engagement bénévole. Mais le fait que ces initiatives soient menées par des femmes souvent non diplômées et peu qualifiées les confronte à des problèmes de reconnaissance qui les freinent pour se développer. Le non renouvellement des conceptions de la richesse représente un autre frein pour ces démarches.

RESUMO

As iniciativas de mulheres na economia social e solidária assumem frequentemente a forma de empreendedorismo colectivo. Traduzem a resistência a um modelo dominante e aspirações à justiça social. Adoptando a sua forma específica de organização, apoiada na polivalência e na partilha das responsabilidades e das tarefas, elas recolocam em questão a articulação entre vida familiar e vida profissional, assim como as fronteiras entre remuneração e empenhamento voluntário. Mas o facto destas iniciativas serem conduzidas por mulheres, frequentemente não diplomadas e pouco qualificadas, confronta-as com problemas de reconhecimento, que travam o seu desenvolvimento. A não reformulação das concepções da riqueza representa um outro travão para estas iniciativas.

Mots-clés

Initiatives de femmes; Économie Sociale et Solidaire; Entrepreneuriat collectif; Articulation entre vie familiale et vie professionnelle; Engagement bénévole

Palavras-chave

Iniciativas de mulheres; Economia Social e Solidária; Empreendedorismo colectivo; Compatibilização entre vida familiar e vida profissional; Voluntariado

Les inégalités sociales perdurent dans de nombreux pays notamment lorsqu'elles concernent les questions de genre. Les femmes sont confrontées à un déni de leur rôle économique. Alors que les inégalités entre hommes et femmes perdurent, une multitude d'initiatives locales animées par des regroupement féminins articulent actions économiques et solidarité. Ces initiatives promeuvent l'accès aux droits économiques et sociaux les plus basiques. Elles émergent dans différents secteurs et différents continents mais ont des lignes de force communes. Elles tentent de répondre de la manière la plus adaptée possible aux situations d'urgence et de survie rencontrées. L'accès à l'alimentation et à une nutrition équilibrée est une préoccupation largement partagée. Des services collectifs de restauration comme les *comedores populares* (cantines populaires) en Amérique latine ou les services de restauration ou traiteurs collectifs mis en place en France dans les quartiers populaires témoignent de cette vitalité. La question de la santé est aussi une motivation forte pour de nombreux regroupements dans des pays où cet aspect demeure souvent négligé. Ainsi émergent des projets de mutuelle de santé dans certains pays africains comme le Sénégal ou bien sur le continent indien. L'accès au crédit et au différents modes de financement est aussi un moteur d'action pour de nombreux collectifs féminins qui se regroupent pour épargner et faciliter l'accès au crédit. L'exemple des *self-help groups* indiens est très intéressant à ce titre. D'autres femmes se mobilisent pour produire, transformer ou vendre. Les groupements d'intérêt économique féminins au Sénégal ou les coopératives de beurre de karité au Burkina Faso les actions liées à l'huile d'argan au Maroc ou bien celles du commerce équitable en Bolivie permettent aux femmes de répondre à cet enjeu. Beaucoup d'entre elles interviennent sur les problèmes d'environnement surtout dans la plupart des métropoles où les problèmes se posent de manière cruciale. Elles s'organisent collectivement

pour prendre en charge les questions d'assainissement et de récupération des déchets. La question de la défense des droits économiques et l'accès à des salaires décents et à une protection sociale mobilisent de nombreux collectifs : Self-Employment Women Association (SEWA) en Inde, Self-employed Women Union (SEWU) en Afrique du Sud, Kormojibi Nari (« Les travailleuses ») au Bangladesh, Movimiento de Mujeres Trabajadoras y Desempleadas « Maria Elena Cuadra » (MEC) au Nicaragua, Sahabat Wanita Friends of Women et Tenaganita Women's Workforce Action Group en Malaisie.... Ces actions se veulent d'abord des réponses pragmatiques à des problèmes de vie quotidienne. Elles se créent souvent avec une dynamique propre, en dehors des mouvements féministes reconnus et institutionnalisés. De par leur existence même, elles interrogent les pratiques économiques, elles expérimentent des formes innovantes d'organisation et de production qui facilitent la revendication de changements structurels nécessaires. L'ouvrage « femmes, économie et développement » tente de comprendre et d'analyser les situations rencontrées par les femmes dans différents pays et d'apporter des éléments de connaissance et de compréhension sur les dynamiques à l'œuvre.

Des initiatives

Nous nous sommes beaucoup interrogées sur le terme initiatives qui nous semble bien correspondre aux réalités rencontrées. Pourquoi le choix de cette terminologie? Le terme désigne d'abord une capacité d'agir ou d'entreprendre, un pouvoir de prendre ou d'influer sur des décisions. Il situe registre de l'action (Fraisie, 2009). Il donne des précisions sur la démarche suivie. Il inscrit l'action dans une temporalité précise avec un commencement, un point de départ mais aussi renseigne sur une localisation et sur une identification des acteurs qui la construisent. Il nous paraît essentiel de s'intéresser aux dynamiques et aux stratégies des acteurs. Le terme Initiatives renvoie à une dimension sociopolitique explicite au sens d'une capacité à décider pour soi-même et à agir sur son environnement immédiat. Les regroupements de femmes qui se mobilisent tentent souvent de répondre à des questions de survie et des besoins vitaux tout en élaborant des formes nouvelles de pratiques économiques et politiques. Nous avons fait ce choix car parler d'«entreprise», au contraire, prédétermine un type d'organisation ou de structure de décisions qui se traduit dans les modes de gouvernance ou les statuts juridiques. Nous avons beaucoup analysé les enjeux de ces actions. La question est souvent posée et sert de base critique pour estimer ces actions. Est ce simplement de la résistance aux multiples discriminations dont les femmes font l'objet ou esquissent-elles un meilleur développement et une plus grande justice sociale? Maintiennent-elles les choses en l'état ou au contraire luttent-elles contre certaines inégalités? Sont-elles des palliatifs aux défaillances du marché et aux échecs des politiques publiques ou amorcent-elles une réinvention de l'économie et du développement? Ces initiatives se posent différemment selon les contextes tout en soulevant des enjeux communs. Les perspectives sont complémentaires entre le Nord et le Sud. Au Nord, la question prioritairement posée est celle du respect du code du

travail, des conditions décentes de l'exercer mais aussi de l'articulation des différents temps des femmes. Comment articuler une vie professionnelle avec une vie familiale et les activités dites de «reproduction». Au Sud, les points d'ancrage sont différents. La pauvreté et la nécessité de répondre concrètement aux situations de survie sont des moteurs importants pour les actions. Cette situation est renforcées du fait de la faiblesse des États de droit et du manque d'infra structure. Le point sensible concernant le rapport production/reproduction est également centrale. La formule de Naila Kabeer résume cet enjeu qui traverse les frontières. : *«Les problèmes des femmes sont liées à leurs multiples rôles, d'ouvrières, de mères, de conjointes et de syndicalistes, ainsi qu'au stress dû à l'incompatibilité entre maternité et travail»*. Un grand nombre d'initiatives vise à permettre aux femmes de mieux concilier ces différentes activités. Elles traduisent la résistance à un modèle établi et des aspirations à la justice sociale. En se dotant de leur propre forme d'organisation appuyée sur la polyvalence et le partage des responsabilités et des tâches, elles réinterrogent l'articulation vie familiale et vie professionnelle ainsi que les frontières entre rémunération et engagement bénévole.

L'accès aux droits économiques et sociaux

La question de l'accès aux droits est essentielle pour beaucoup d'acteurs. Les regroupements féminins agissent souvent pour pallier l'insuffisance voire l'absence de droits économiques, sociaux et politiques de base. Les femmes jouent alors un véritable rôle en matière de justice sociale et participent à ce titre à l'intérêt général. Dans l'ouvrage collectif, Christine Veschur souligne que ce sont des lieux « *de réinvention culturelle du politique* ». De même, Myriam Nobre et Tais Viudes de Freitas dans l'ouvrage sur lequel nous avons travaillé, insistent sur leur contribution à un renouvellement des pratiques. Les besoins dans le domaine des droits sont grands. Les réponses des initiatives peuvent parfois paraître très limitées, mais ces formes de mobilisation sont souvent les seules qui irriguent la vie locale. Le refus des inégalités et la garantie de biens collectifs nécessaires pour la communauté demandent de nombreuses formes de mobilisation souvent souterraines et des négociations parfois tendues auprès des autorités publiques.

Des initiatives solidaires

Beaucoup de ces initiatives se reconnaissent dans la mouvance de l'économie solidaire autour de la définition proposée par Bernard Eme et Jean-Louis Laville :

« Composante spécifique de l'économie au côté des sphères publique et marchande, l'économie solidaire peut être définie comme l'ensemble des activités économiques soumis à la volonté d'un agir démocratique où les rapports sociaux de solidarité priment sur l'intérêt individuel ou le profit matériel ; elle contribue ainsi à la démocratisation de l'économie à partir d'engagements citoyens » (Eme et Laville, 2005, p. 253).

Elles ont en commun certaines spécificités : le comportement économique, le mode d'organisation collectif, le rapport au quotidien et au politique, les aspirations qui les conduisent. La pluralité des comportements économiques est une première particularité. Ceux-ci ne se réduisent pas à la seule poursuite d'intérêts matériels mais englobent la recherche de bien-être et de bien-vivre, le souci d'autrui et l'engagement. Une autre spécificité concerne la mobilisation des ressources non marchandes et non monétaires et leur hybridation avec celles du marché dans la consolidation des activités. La dimension collective des initiatives est également une composante forte, ce qui suppose de rompre avec des conceptions individualistes. L'entrepreneuriat collectif, l'*empowerment* ou la reconnaissance des « capacités » sont autant de stratégies développées pour atteindre cet objectif de manière positive.

Les femmes s'inscrivent dans des projets collectifs, qui leur permettent de compenser les faiblesses et les fragilités individuelles. Cette démarche aide les femmes à vaincre les obstacles ainsi qu'à réunir les conditions de réussite. Le fait d'avoir la maîtrise du projet, savoir ce qu'elles veulent et le mener à terme de la manière souhaitée leur donne l'énergie et la force de se lancer dans des démarches complexes. Elles souhaitent maîtriser le processus de construction et diriger collectivement l'entreprise et organiser le travail de manière partagée. L'action collective favorise le changement des mentalités sans lequel ces actions ont peu de chance d'aboutir.

Le rapport à l'ici et au maintenant est très structurant pour les initiatives. Celles-ci s'efforcent de « construire au quotidien une autre mondialisation. Elles favorisent « une invention du quotidien » (De Certeau, 1990). Dans une période de crise où les conditions de vie se dégradent, ces initiatives proposent des alternatives concrètes pour résister et construire d'autres solutions. Les promotrices inscrivent leurs actions dans une

double dimension politique : celle de l'accroissement de la capacité d'action et celle des changements sociaux.

L'implication des femmes dans le renouvellement des formes d'actions collectives témoigne également d'un rapport très pragmatique au politique, au sens d'une capacité d'agir sur les normes et sur les règles. Dans ces initiatives, se joue une autre manière de faire de la politique, faisant ainsi écho aux propos d'Ulrich Beck : « *On observe une inversion précaire du politique et du non-politique. Le politique devient apolitique, et ce qui est apolitique devient politique.* » (Beck, 1989, p. 405.) C'est cet agencement singulier qui fait leur force et leur faiblesse et les rend parfois vulnérables car c'est un modèle en rupture avec les formes classiques de militantisme politique.

Le rapport à l'utopie est aussi un élément essentiel dans ces démarches. Nous souhaiterions revenir sur la définition que nous donnons à ce terme pour bien saisir son importance dans la démarche des initiatives. L'utopie peut être considérée comme un outil critique permettant d'identifier un horizon à atteindre et l'idéologie comme un modèle intellectuel favorisant une justification du réel. En un mot, l'utopie se situe dans un ailleurs revendiqué. La définition qu'en propose Antonio David Cattani (2005, p. 652) dans le *Dictionnaire de l'autre économie* nous paraît particulièrement pertinente : « *L'utopie, écrit-il, est le désir d'altérité, la recherche de l'émancipation sociale, la conquête de la liberté. L'utopie n'est pas un concept ni un cadre théorique, mais une constellation de sens et de projets. Elle est une vision critique du présent et proposition pour le transformer positivement.* »

Les freins

Mais le fait que ces initiatives soient menées par des femmes qui sont souvent non diplômées et peu qualifiées les confrontent à des problèmes de reconnaissance qui les freinent pour se développer. Les initiatives femmes sont confrontées à différents obstacles qui peuvent être contrecarrés si des stratégies adaptées sont mises en place. Un premier obstacle de taille tient à leur contexte de création. L'environnement économique, social et politique dans lequel émerge les initiatives leur est très défavorable. Elle s'y heurtent toutes et sans exception, plus ou moins rapidement, plus ou moins violemment. L'ancrage dans le local, nécessaire pour un développement cohérent doit se faire en lien avec d'autres réseaux, autrement il peut rapidement être une source d'enfermement et de dispersion des initiatives, quand il manque des relais à des niveaux plus larges. La démarche d'émancipation et d'autonomisation de nombreux regroupements entre en tension avec les modèles traditionnels et même parfois avec des réseaux proches qui défendent leur propre modèle. Ensuite la non reconnaissance et l'invisibilité qui les caractérise s'ajoutent aux nombreuses discriminations auxquelles elles doivent faire face.

La première des discriminations est politique. Elle prend racine dans la non-reconnaissance des initiatives solidaires de femmes auxquelles on reconnaît difficilement la légitimité de prendre des initiatives hors de l'action sociale sinon au sein de la sphère familiale. L'accès au monde économique leur demeure largement contesté. L'accès à la parole publique est a priori disqualifié par les pouvoirs technocratiques et communicationnels.

Jean-Louis Laville et Genauto Carvalho de França Filho (2005, p. 368) font observer que ces initiatives souffrent d'un déficit de crédibilité ou de discrimination négative. L'ensemble des initiatives solidaires partagent cette « invisibilisation »

institutionnelle du fait de leur caractère hybride. Faire reconnaître les particularités de l'économie solidaire est un véritable défi, car le modèle de l'entreprise classique reste dominant dans l'imaginaire collectif et dans les faits. Le modèle de la création d'entreprise libérale est régulièrement appelé et pris comme unique référence. Pourtant, il est très différent des alternatives collectives et solidaires qui s'inscrivent non pas dans la recherche de profit financier mais dans la préoccupation du bien commun et se dotent d'une organisation de travail en cohérence avec l'objectif. Les méthodes d'accompagnement diffèrent également.

Les réponses auto-organisées aux besoins de la vie quotidienne des personnes sont complexes à mettre en œuvre. Elles se heurtent à une dimension sociopolitique de reconnaissance dans l'espace public de personnes aux pratiques socialement invisibles. Si cela est vrai pour l'ensemble des initiatives, quand il s'agit d'initiatives de femmes cette situation est encore renforcée et confortée par les mécanismes de discrimination de genre qui traversent nos sociétés. La légitimité des femmes est contestée quand il s'agit de choisir leur propre démarche d'émancipation, d'autonomisation et le mode d'organisation. Cette possibilité leur est déniée tant sur les plans symboliques, économiques que politiques. Les femmes sont confrontées à un cumul de discriminations qui les fragilise. Aux discriminations politiques s'ajoutent celles issues des champs socio économiques et sociaux.

Ensuite et surtout la spécificité même du mode d'organisation pose des questionnements singuliers. La spécificité collective des initiatives, essence même de leur action, est peu reconnue ni soutenue. Être exécutant, rester à sa place sociale ne pose pas de problème. En revanche créer et gérer collectivement une activité en questionnant les places assignées et la distribution des rôles fait l'objet de nombreuses réserves ou critiques. Vouloir créer une activité économique collective où les femmes partagent de manière égalitaire les responsabilités et les tâches

en répondant à la fois aux besoins identifiés et aux capacités collectives des personnes génère de très fortes oppositions. Défendre dans les faits un droit à l'initiative économique pour toutes et tous, se mettre en capacité de transgresser les rôles assignés par des démarches innovantes, génère de la violence institutionnelle. Vouloir mettre en cohérence le triptyque «valeurs, pratiques, modes d'organisation», dépasser les discours lénifiants par des actes et des réalisations concrètes suscitent méfiance et hostilité.

Une tension entre projet et processus est également à l'œuvre dans ces démarches. La dénégation systématique de la singularité de ces initiatives vise à les intégrer dans des programmes élaborés par des «technocrates». Cet état de fait nous paraît révélateur d'un impensé largement partagé sur la capacité d'auto-organisation des personnes en difficulté socio-économiques. Faire émerger des espaces de possible avec leurs lots de négociations et de compromis n'a pas bonne presse dans un moment où il est de bon ton d'avoir des positions tranchées. Investiguer des voies singulières où les personnes construisent ici et maintenant un autre rapport à l'économie fait l'objet de nombreuses critiques.

La construction d'alternatives en rupture avec la norme, axées sur une pédagogie de la réussite est difficile dans une époque où règne en maître le discours, l'important est dans le récit et non dans l'action. Dans cette période d'ultra communication, la priorité est donnée à la représentation des choses. La société du spectacle dénoncée par Guy Debord en 1967 se propage (Debord, 1967). On constate une tendance lourde à utiliser des mots décalés de leur sens premier dans un langage adapté. Certains auteurs qualifient cette pratique de «*novolanguage*» qui aurait «*une dynamique propre, un caractère performatif qui fait sa force : plus elle est parlée et plus ce qu'elle défend – sans jamais l'exprimer clairement – a lieu*» comme le décrit E. Hazan (2006, p.21). L'essentiel est de raconter, non d'agir. Dans cet environnement, il n'est pas facile de faire

reconnaître la spécificité des alternatives. Cette tension entre « mise en scène » et « mise en sens », était déjà relevé par Claude Lefort dans son essai sur le politique en 1986. Dans cette perspective, l'action est déconsidérée, car sujette à polémique. « *Il est urgent de ne rien faire* » (Lefort C. 1986) demeure un slogan largement partagé. Dans les secteurs encore fragiles institutionnellement, ayant du mal à se faire reconnaître, les réalisations, et même le réel, ne sont pas considérés comme importants, la ligne d'un horizon vertueux est promue. Les discriminations de genre renforcent cet aspect. Les milieux économiques et politiques demeurent encore très imperméables aux problématiques genrées comme les sphères institutionnelles et administratives. Le nombre de femmes dans les postes de représentation en témoigne. Or cette imperméabilité se retrouve également dans les secteurs contestataires ou alternatifs : les initiatives de femmes sont également marginalisées par les mouvements altermondialistes. Celui-ci demeure globalement sur un modèle d'opposition au système axé, malheureusement, sur les mêmes représentations que le modèle dominant en ce qui concerne l'égalité entre les femmes et les hommes. La question des « initiatives » est également méprisée car le modèle de référence demeure les luttes salariales. La ligne politique dominante est celle de la critique radicale et de ses conséquences en termes de contestation et d'opposition. « *Il est en effet rare, écrit Axel Honneth, que les mouvements sociaux surgissent immédiatement avec des objectifs positifs car ils apparaissent la plupart du temps en réaction à des expériences négatives et formulent des états de fait négatifs plus qu'ils n'expriment des visées positives.* » (Honneth, 2006, p. 35.) Dans les divers regroupements de cette mouvance, en particulier lors des forums sociaux, les mouvements de femmes ainsi que d'autres « minorités » ont eu du mal à se faire entendre (Hersent, 2003)

On observe aussi une marginalisation au sein des mouvements de l'économie solidaire. Même si un grand nombre d'initiatives de femmes s'en réclament ou pourraient s'en réclamer du fait de principes communs d'action, et même si les acteurs de l'économie solidaire tentent de se différencier de l'économie dominante, un long travail reste à faire concernant la question de la place et de la position des femmes. Alors qu'on constate dans ce champ les mêmes inégalités qu'ailleurs en termes de représentation des femmes dans les instances de décision ou d'égalité professionnelle, le secteur a tendance à se penser naturellement vertueux sur cette question. L'appel incantatoire aux valeurs universelles masque des pratiques très inégalitaires. Dans l'économie solidaire, comme dans le reste de l'économie, l'accès aux postes de décision demeure largement fermé aux femmes qui sont encore trop souvent cantonnées dans les rôles de salariées. Si quelques femmes sont en poste de responsabilité, l'égalité tant en termes de représentation que d'égalité salariale n'est pas encore construite. Plusieurs auteures de l'ouvrage que nous avons coordonné insistent sur cet aspect, en particulier Denyse Côte qui revient sur les difficiles convergences entre le mouvement des femmes et l'économie sociale et solidaire au Québec. Madeleine Hersent et Pierrette Sombou interrogent les initiatives de femmes en migration dans l'économie solidaire et soulignent leur difficile acceptation dans un milieu traditionnellement masculin.

Un autre écueil concerne les difficultés de reconnaissance par la mouvance féministe. En Europe, le militantisme féministe est dans une posture de contestation comme le mouvement social en général et hésite à entrer en débat avec les alternatives. Parfois, il les considère comme un élément affaiblissant les luttes. De plus longtemps les milieux féministes se sont centrés sur la question des droits économiques et ont peu investigué le champ économique ou seulement du point de vue du salariat et sont très réservés sur d'autres formes de travail ou d'activité.

Le positionnement des initiatives de femmes dans la sphère publique oscille entre déni et récupération. Dès lors qu'elles atteignent une certaine taille, qu'il s'agisse du nombre de femmes mobilisées ou de la richesse produite, elles courent un risque permanent de récupération, économique et/ou politique. Les femmes expliquent cette situation par la complexité de monter une activité transgressant les rôles et les habitudes. Elles questionnent la difficulté de changer d'échelle. Dès que les initiatives fonctionnent, elles sont détournées de leur objectif premier. Lorsque les initiatives prennent leur essor économiquement, elles sont fortement sollicitées pour intégrer des formes d'organisation et de commercialisation plus classiques que celles utilisées au démarrage. Plusieurs exemples notamment celui concernant le beurre de Karité au Burkina-Faso ou celui de l'huile d'argan au Maroc montrent que deux dynamiques jouent dans ce processus d'appropriation des démarches économiques des femmes : le système patriarcal et le système libéral, démarches différentes mais qui peuvent se révéler complémentaires pour déposséder les femmes de leur réussite. Parfois c'est également l'État qui intervient ou d'autres acteurs. Lorsque les initiatives mobilisent des femmes en masse, alors la récupération est davantage de nature politique par des réseaux ou organisations de nature diverse (politique, religieux, communautaire, etc.) qui cherchent à contrôler les populations féminines pour les utiliser à leur fin.

Les stratégies

Dans la dernière partie de cette communication nous nous intéresserons aux stratégies qui peuvent faciliter l'émergence et la consolidation de ces initiatives. Il nous semble fondamental de se mobiliser pour une politique de la reconnaissance en construisant des jeux d'alliance stratégique dans différents domaines. Les milieux de la recherche peuvent fournir des outils de connaissance et d'analyse, les mouvements sociaux peuvent apporter de la mobilisation collective et les médias de la visibilité.

La recherche est un allié important dans la mesure où elle peut élaborer des outils facilitant l'analyse d'objets actuellement trop peu identifiés et faciliter la visibilité. Deux champs de recherche nous semblent prioritaires: l'économie solidaire et les études féministes qui doivent croiser les questionnements. Mais cette alliance doit se construire de manière égalitaire entre praticiens et chercheurs dans des démarches de recherche action qui construisent un rapport singulier au savoir.

L'alliance entre ceux qui agissent est également essentielle. Ces actions sont portées par des acteurs atypiques relativement en marge des circuits traditionnels qui souhaitent se doter de formes singulières de mobilisation. Les initiatives de femmes souhaitent des regroupements respectueux de leur identité et de leur dynamique qui permettent un renforcement des actions et des organisations par les échanges réflexifs, la capitalisation des actions et la mutualisation des méthodes. Les actrices se regroupent dans des modes d'organisations en réseau en marge des hiérarchies institutionnelles qu'il faut consolider: « *La reconnaissance sociale passe moins par l'accession aux postes officiels que par l'investissement effectif de ses membres dans des actions concrètes* » comme le souligne Laurent Fraisse (Fraisse L., 2002).

L'alliance avec les mouvements sociaux est également très importante. Les actions collectives ont besoin d'être relayées par des réseaux élargis. Les mouvements féministes sont un

partenaire privilégié. C'est une première étape pour faciliter d'autres convergences. Un document des Nations unies revient sur l'importance pour les réseaux féministes d'enclencher des alliances: «*Pour empêcher la justice entre les sexes de descendre encore dans les préoccupations mondiales, les mouvements féministes auront besoin de conclure de nouvelles alliances, avec des institutions gouvernementales, des mouvements sociaux et des partis politiques.*».

L'alliance avec les médias est fondamentale pour la visibilité des initiatives et des enjeux de société qu'elles soulèvent. Mais l'aspect collectif se heurte à la mode des success stories très prisée actuellement. Compte tenu du contexte socio économique très dégradé, les choses évoluent sur l'intégration de questions long-temps considérées comme périphériques mais qui deviennent centrales. Dans la même dynamique, on peut s'interroger sur le rôle des crises qui traversent le corps social qui peuvent représenter une opportunité pour des dynamiques de changement.

Ces initiatives n'ont de sens que si elles sont articulées à des problématiques sociétales plus larges. Repenser la richesse en tenant compte de l'utilité sociale des initiatives mais aussi en valorisant tout ce qui relève de la reproduction est un enjeu majeur pour ces différentes activités. C'est probablement sur ce thème que les alliances évoquées précédemment peuvent se construire pour engager une lutte commune. Promouvoir une autre conception de la richesse est le seul moyen d'éviter les biais d'une vision «moderniste», qui se contente d'intégrer les femmes au système préexistant. Il faut agir autrement mais aussi penser autrement (Ferber et Nelson, 1993 ; Matthaei, 2009).

Les enjeux d'une redéfinition de la richesse sont doubles. Le premier porte sur les rapports de genre : il s'agit de revaloriser la contribution des femmes à l'intérêt général et de lutter contre l'une des formes centrales d'injustices, celle de l'inégale répartition des activités de soin. Le second enjeu concerne la capacité de nos sociétés à avancer vers une économie durable, économie qui reconnaît et développe les activités et les services qui «prennent soin», tant des personnes (santé, éducation, culture, bien-être) que de la nature (Degavre ; Gadrey, 2010).

Bibliographie

- Antonio David CATTANI, 2005,
«UTOPIE» IN JEAN-LOUIS LAVILLE, ANTONIO DAVID CATTANI, *DICIONNAIRE DE L'AUTRE ÉCONOMIE*, PARIS, DESCLÉE DE BROUWER.
- Guy DEBORD, 1967,
La société du spectacle, Paris, Gallimard, 224 p.
- Michel DE CERTEAU, 1990,
L'invention du quotidien Art de faire, Paris, Gallimard, 347 p.
- Jean Louis LAVILLE, Antonio David CATTANI, 2005,
Dictionnaire de l'autre économie, Paris, Desclée de Brouwer p. 253
- Bernard EME, 2005,
«Gouvernance territoriale et mouvements d'économie sociale et solidaire», *Revue internationale de l'économie sociale* (Recma), no 296, pp. 42-55.
- Laurent FRAISSE, 2002,
«S'organiser en réseau : une mutation de l'espace public associatif», In : Joseph Haeringer et Fabrice Traversaz (cord) *Conduire le changement dans les associations d'action-sociale et médico-sociale*, Dunod p.123
- Ferber MARIANNE, Julie NELSON, (éd.), 1993,
Beyond Economic Man : Feminist Theory and Economics. Chicago : University of Chicago Press, 178 p.
- Laurent FRAISSE, 2009,
«From Grassroots Initiatives to Local Initiatives : Potential and Ambivalent Effects on Neighbourhood Development in the Age of Globalisation», *Social Polis* (Plate-forme sociale sur les villes et la cohésion sociale) ;
- Jean Gadrey, 2002,
«Croissance et productivité, des indicateurs en crise», *Travail et Emploi*, n°91, pp. 9-17.
- Eric Hazan, E., 2006,
LQR La propagande du quotidien, Paris, Raisons d'agir, 122 p.
- Axel Honneth, 2006,
La société du mépris. Vers une nouvelle théorie critique, trad. O. Voirol, P. Rusch, A. Dupeyrix, Paris : La Découverte, 349 p.
- Madeleine HERSENT, 2003,
Coopération et autonomie des femmes de banlieue, Multitudes n°13, pp 109-116.
- Claude LEFORT, 1986,
Essai sur le politique : XIXe et XXe siècle, Paris : Seuil, 332 p.
- Julie MATTHAEI, 2009,
«Beyond economic man: Economic Crisis, Feminist Economics, and the Solidarity Economy», Contribution à la conférence 2009 de *International Association for Feminist Economics*, Boston, 26-28 juin.
- Claude VERSHUR, 2011,
«Mouvements et organisations populaires en milieu urbain : identités de genre et brèches pour le changement» in : Isabelle Guérin, Madeleine Hersent, Laurent Fraisse (cord), *Femmes, économie et développement de la résistance à la justice sociale*, Eres, p 375
- Denyse COTÉ, 2011,
«Difficiles convergences : mouvement des femmes et économie sociale, l'expérience québécoise» in : Isabelle Guérin, Madeleine Hersent, Laurent Fraisse (cord), *Femmes, économie et développement de la résistance à la justice sociale*, Eres, p 375

El autoempleo y la asociatividad en Bolivia. Vías asociativas para la inserción laboral de mujeres en el área urbana¹

Fernanda Wanderley²
CIDES-UMSA

Nota biográfica

Fernanda Wanderley é doutorada em Sociologia pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque e investigadora e professora catedrática, responsável pelo curso de pós-graduação em Ciências do Desenvolvimento, da Universidade Mayor de San Andrés (CIDES – UMSA), em La Paz (Bolívia). Tem investigado e ensinado nos domínios da Sociologia Económica, Sociologia do Trabalho, Género, Cidadania, Políticas Públicas, Redes Sociais e Associativismo em micro e pequenos produtores.

RESUMEN

El artículo analiza la vía asociativa de inserción laboral en Bolivia. Con base en estudios de caso en dos ciudades, se busca comprender la articulación entre las oportunidades y barreras que enfrentan los y las trabajadoras que generan sus propias fuentes de empleo para mejorar sus condiciones de vida. El estudio ofrece insumos cualitativos para el diseño de políticas públicas orientadas a fomentar la calidad del empleo auto-generado y asociativo. También aporta a la construcción de criterios para la clasificación de las iniciativas asociativas desde una perspectiva que integre las relaciones de género, étnicas y de clase y, también, las diversidades territoriales y culturales.

ABSTRACT

The article analyzes the associative pathway to employment in Bolivia. Based on case studies in two cities, it seeks to understand the link between the opportunities and barriers faced by women to generate their own sources of employment and to improve their living conditions. The study provides qualitative input for the design of public oriented to enhance the quality of self-generated and associative employment. It also contributes to the construction of criteria for the classification of associative initiatives from a perspective that takes into account territorial and cultural diversity and integrates gender, ethnic and class relations.

Palabras clave

Autoempleo femenino; Asociatividad ; Inserción laboral ; Políticas públicas

Keywords

Women's self-employment; Associativism; Labour insertion; Public policies

La mayoría de la población económicamente activa en Bolivia genera sus ingresos en actividades de auto-empleo. El universo del empleo independiente urbano presenta una gran heterogeneidad de organización del trabajo, de la propiedad de los recursos, de la gestión y distribución de los ingresos. Están las unidades familiares, empresas de diversos tamaños, asociaciones y cooperativas con niveles y tipos disímiles de posicionamiento en los mercados locales, nacionales e internacionales. Mientras algunas logran consolidar sus actividades e incrementar los volúmenes de sus transacciones y de los flujos de ingreso, otras se mantienen en dinámicas de sobrevivencia.

El nivel de remuneración de mujeres y hombres que trabajan como cuenta-propia, trabajadoras familiares y propietarias de negocios familiares, micro y pequeñas empresarias también es muy dispar. Mientras muchos se encuentran atrapados en actividades de baja productividad y baja remuneración, sin alternativas de transitar a trabajos de mejor calidad o potenciar sus actividades, otros logran consolidar sus actividades, insertarse a mercados nacionales e internacionales y generar ingresos más elevados.

Las diferencias de acumulación de riqueza y de bienestar social entre individuos y familias en actividades de auto-empleo y con la misma ascendencia social y cultural, incluyendo los migrantes del campo o de las minas, son notorias aunque poco estudiadas y conocidas. El concepto de “burguesía chola” hace referencia a estos procesos de movilidad social de estratos populares y de ascendencia indígena en espacios urbanos que escenifican su acumulación en fiestas como la del Gran Poder en la ciudad de La Paz, mostrando la posibilidad de conciliación entre la diferenciación socio-económica intra-étnica y la actualización de fronteras simbólicas y socio-territoriales inter-étnicas.

También se advierte gran inestabilidad del conjunto de las actividades con aperturas y cierres de iniciativas económicas

así como la baja proporción de las actividades exitosas. Los datos indican que el punto crítico de definición por la expansión o cierre del negocio liderados por mujeres, es precisamente cuando el negocio ya cuenta con entre 5 y 10 trabajadores.

Aunque la acumulación de conocimientos sobre el tejido productivo boliviano es importante y ofrece insumos valiosos para el diseño e implementación de políticas de promoción productiva y de calidad del empleo, todavía no conocemos muchos aspectos de las dinámicas de las unidades económicas familiares y semi-empresariales como, por ejemplo, las condiciones determinantes para el abandono o la continuidad de las actividades en sus diferentes etapas, los tipos y condiciones de inserción en nichos de mercados nacionales e internacionales y las dinámicas microeconómicas de los negocios.

El insuficiente conocimiento del tejido económico que alberga la mayoría de los y las trabajadoras que generan sus propias fuentes de ingreso es un serio obstáculo para el diseño de políticas diferenciadas orientadas a: (i) la sostenibilidad de los casos exitosos, (ii) la creación de condiciones para que un número creciente de unidades que están en el umbral de los casos exitosos logren consolidarse y (iii) el fortalecimiento de las actividades más rezagadas y precarias.

Una de las formas de integración al universo laboral y, en específico, al universo del auto-empleo es por la vía de asociaciones. El universo de las asociaciones alberga todo tipo de colectivos desde los gremios de comerciantes, las asociaciones de productores, los sindicatos de trabajadores asalariados, la asociación de los desempleados, entre una infinidad de organizaciones sectoriales y territoriales. El entramado organizacional que resulta del conjunto de asociaciones es complejo, con vinculaciones diversas entre entes matrices y que continuamente están cambiando en el tiempo y en el espacio socio-territorial nacional.

También contamos con trabajos que ofrecen aproximaciones valiosas al universo de las asociaciones y cooperativas en Bolivia. Sin embargo todavía nos falta comprender en más detalle la heterogeneidad de las características de las organizaciones por detrás del denominativo de “asociación”. Proponemos los siguientes criterios para analizar las unidades económicas en general y las asociaciones económicas en particular: (i) tipo de propiedad y gestión, (ii) objetivos y áreas de actuación, (iii) ramas de actividad, (iv) integración a mercados, (v) nivel de formalidad externa (cumplimiento de los requisitos legales de funcionamiento) y (vi) formalidad interna (sofisticación en la gestión y administración). Veamos estos criterios en relación a las asociaciones.

Según el **criterio de tipo de propiedad y gestión** se puede tipificar dos principales grupos de asociaciones. Un primer grupo está formado por asociaciones que, en realidad, funcionan como una micro o pequeña empresa donde el presidente actúa como el propietario concentrando la gestión y administración, en una relación vertical con las(os) trabajadoras. En estas «asociaciones», la contabilidad no es socializada entre las «asociadas(os)» las cuales no se enteran de los costos de administración, de las ganancias ni del porcentaje que significa la remuneración de la mano de obra. Muchas de estas asociaciones están lideradas por familias o por un varón.

Un segundo grupo está formado por socios en una relación horizontal donde son al mismo tiempo propietarios, administradores y productores. En estas asociaciones se verifica la rotación de los cargos, contabilidad abierta y, gestión y gerencia más participativa entre todas(os) las(os) asociadas(os). Estas son las asociaciones que estudiamos en esta oportunidad. Muchas de ellas surgen a partir de experiencias en las asociaciones del primer grupo, que funcionan como micro o pequeña empresas y, por no satisfacer las expectativas de transparencia y justicia de las productoras, estas deciden abrir sus propias asociaciones.

Si elegimos el **criterio de objetivos y áreas de actuación** podemos clasificar las asociaciones en tres grupos. Un primero grupo está compuesto por asociaciones cuyo objetivo principal es la comercialización de los productos de los y las asociadas en el mercado nacional. Un segundo grupo está compuesto por asociaciones que nacieron para facilitar el relacionamiento con autoridades públicas, instituciones privadas, organismos no gubernamentales y cooperación internacional. Un tercero grupo de asociaciones tiene como objetivo la producción conjunta entre socios a través de la coordinación de la compra de materia prima, su transformación y la colocación de los productos en el mercado. Los tres tipos de asociación están incluidos en el presente estudio. Por supuesto que muchas asociaciones combinan los diferentes objetivos en lógicas políticas, económicas y sociales diversas.

Según el **criterio de rubros**, las asociaciones de productores están en los diferentes rubros – agrícolas, pecuarios, piscicultura, minería, forestal, industria de alimentos, prendas de vestir, cerámica, tejido, cestería, joyas, comercio, entre muchos otros.

Según el **criterio de integración a mercados**, también se observa una gran heterogeneidad de las asociaciones como de las unidades económicas que las componen. Mientras algunas lograron un ritmo de producción y venta sostenible a lo largo del año, otras presentan una producción estacional concentrada en algunos meses del año. De la misma manera algunas tienen una inserción combinada en mercados locales e internacionales, mientras otras su inserción es únicamente en mercados nacionales o internacionales. No menos importante es la sostenibilidad de las exportaciones: mientras algunas exportan todo el año, otras presentan volúmenes muy bajos y discontinuidad de las exportaciones.

Según el **criterio de formalidad externa**, que comprende el cumplimiento del marco legal y de regulación del Estado, encontramos fronteras difusas debido a que la mayoría de las unidades económicas cumple con, por lo menos, uno de los requerimientos establecidos por el Estado y pocas son las que lo hacen con todos los procedimientos definidos por ley. Se nota además una relación inversa entre el tiempo de existencia de la unidad y el cumplimiento de la normativa: cuánto más reciente, más informal. Sin embargo la expectativa dominante es avanzar en el cumplimiento de algunos requisitos. Es importante enfatizar la inadecuación del marco regulatorio y de las políticas que generan incentivos negativos a su cumplimiento e, inclusive, imposibilidades de cumplimiento por las unidades económicas, principalmente las asociaciones y las unidades de pequeño porte.

Según el **criterio de formalidad interna**, que abarca el grado de formalización de procedimientos gerenciales, administrativos y financieros al interior de las unidades económicas, se observa deficiencias significativas en la mayoría de las unidades económicas y las asociaciones de productores de pequeño porte. Esta es una dimensión importante de la «governancia corporativa o cooperativa» que todavía no recibió la atención adecuada en las políticas de promoción productiva.

Estos criterios pueden ayudar a tipificar las unidades económicas en toda su heterogeneidad para una mejor comprensión de las dinámicas y necesidades específicas al momento de diseñar e implementar políticas dirigidas al desarrollo productivo.

El estudio de caso que analizamos a continuación busca contribuir a la comprensión de la vía asociativa para la inserción laboral de mujeres, indígenas y no indígenas, en el área urbana.³ El estudio utilizó dos instrumentos metodológicos – entrevistas en profundidad y grupos focales. La elección de las asociaciones para el estudio respondió a un criterio de partida:

la organización de mujeres en actividades de auto-empleo en artesanía en espacios urbanos. Las asociaciones están compuesta por mujeres que, en su mayoría, son migrantes, de ascendencia aymara o quechua, y que están en una situación de vulnerabilidad pero que vislumbran oportunidades para mejorar sus condiciones de vida a través del empleo auto-generado. Mientras algunas asociaciones son más homogéneas en su composición socio-cultural, otras son heterogéneas con socias en diferentes situaciones sociales y culturales. Sin embargo el denominador común entre las socias es ser mujer artesana.

Pese a que estas asociaciones promovidas y lideradas por mujeres presentan una gran variación en términos de su nivel de consolidación interna y de su inserción en los mercados nacionales e internacionales, el modelo de gestión y administración de todas las asociaciones estudiadas es horizontal y transparente, aunque esto implique un proceso de construcción difícil y no lineal.

El estudio de las asociaciones de artesanas en las ciudades de El Alto y Cochabamba estuvo orientado a comprender: (i) las estrategias de inserción ocupacional, (ii) las estrategias de conciliación entre trabajo remunerado y no remunerado, (iii) las redes sociales y las lógicas organizativas tanto de generación de ingreso como de seguridad social. El objetivo es profundizar el conocimiento de las oportunidades y obstáculos para generar ingresos, mejorar las condiciones de trabajo y enfrentar situaciones de vulnerabilidad.

Es importante recalcar que los casos analizados en el presente estudio no cubren el conjunto de situaciones, condiciones y modalidades del auto-empleo en las ciudades de El Alto y Cochabamba. Sin embargo el estudio permite una caracterización de condiciones y alternativas socio-laborales para avanzar algunas pautas para el diseño de políticas públicas y privadas orientadas a la promoción del empleo y de la seguridad social en el marco de la equidad.

La vía asociativa de inserción laboral

El estudio analizó 12 asociaciones, 6 en cada ciudad, a través de grupos focales en cada asociación y entrevistas en profundidad con 6 productoras de cada asociación. En total se entrevistaron 72 mujeres en las dos ciudades. En la ciudad de El Alto, las seis asociaciones estudiadas están orientadas a la producción y comercialización de prendas en tejido de alpaca, formadas en su mayoría por mujeres aymaras, migrantes del campo. Algunas de las asociaciones combinan actividades de capacitación con producción. El número de asociadas en producción varía entre 10 y 13 en cinco asociaciones, y de 25 en una de ellas. Todas las asociaciones de productoras de prendas de vestir en alpaca están insertas en el mercado interno y/o externo.

En la ciudad de Cochabamba las asociaciones incluidas en el estudio son más diversas. Cuatro son asociaciones de producción y comercialización y dos son asociaciones exclusivamente para la comercialización de los productores de unidades económicas familiares y micro empresariales en ferias locales. Los productos también son diversos: cerámica, prendas de vestir, tejido y cestería. Algunas asociaciones venden toda su producción al exterior, otras están insertas en el mercado local e internacional y otras sólo venden en el mercado interno.

Cuadro 1
Características de las asociaciones estudiadas

Asociaciones	Actividad principal	Ciudad	Año de fundación	N. de filiadas	Productos	Mercados Nacionales	Mercados Internacionales
Pachamama	Producción y comercialización	El Alto	1992	25 (producción)	Artesanías de Alpaca	Ferias locales	Pedidos diversificado: (Italia)
Jawas Panqarita	Producción y comercialización	El Alto	2005 (producción)	10	Artesanías de Alpaca	Ferias locales	Pedidos exterior (Estados Unidos)
Kullakas	Producción y comercialización	El Alto	2000	12	Artesanías de Alpaca	Ferias locales	Pedidos exterior (Estados Unidos)
CEPROMA	Producción y comercialización	El Alto		12	Artesanías de Alpaca	Ferias (16 de julio)	Vía Intermediarios en la feria 16 de julio
16 de Noviembre	Producción y comercialización	El Alto	2000	10	Artesanías de Alpaca	Ferias locales	Pedidos exterior (Estados Unidos)
Uma Jalsu	Producción y comercialización	El Alto	2006	13	Artesanías de Alpaca	Ferias locales	Pedidos exterior (Estados Unidos)
Comunidad Wiñay	Producción y comercialización	Cochabamba	2002	9	Ceramica	No	Exportación: Alemania, Italia, Estados Unidos
Asociación Ayni Warmis	Producción y comercialización	Cochabamba	2003	12	Medias, mantillas, gorros, guantes	Ferias mensuales	No
Asociación Warmis	Producción y comercialización	Cochabamba	2000	25	Vestidos, chalinas, bolsos, cinturones	No	Exportación: Totalidad a Estados Unidos
Asociación Musoq Ll'ankay	Producción y comercialización	Cochabamba		12	Canasta, Cofre, Casas en base a papel reciclado	Ferias artesanales	No
Asociación Mi Llajta	Comercialización	Cochabamba	2005	40	Textiles, curtiembre, bisutería, platería, Carpintería, Macramé Modelado, Cerámica, Tejido en lana de acrílica Tejido en hilo	Ferias mensuales en las plazas	No
Asociación Concordia	Comercialización	Cochabamba	2008	16	Pomadas medicinales, Carteras de cuero, Chompas de lana, Joyeros	Ferias mensuales en las plazas	No

Modalidades de inserción en los mercados

Las asociaciones se caracterizan por tres tipos de inserción en los mercados: (i) inserción en mercados locales, (ii) la inserción en mercados externos y (iii) la combinación de ambos.

(i) La inserción en mercados locales

Muchas asociaciones están orientadas únicamente a la colocación de sus productos en mercados locales a consumidores finales o a intermediarios mientras, otras combinan ventas locales y exportación directa. Los principales mercados locales son ferias regulares u ocasionales. En la ciudad de El Alto los principales locales de venta son ferias semanales como, por ejemplo, la Feria 16 de julio, ferias barriales y la feria de las mañaneras en la Tumusla. También participan de ferias eventuales como la Feria de la Quinoa, ferias organizadas por las alcaldías y prefecturas. En la ciudad de Cochabamba los principales locales de venta son también ferias regulares organizadas por la prefectura y ferias ocasionales.

La participación en las ferias locales presenta dos modalidades: individual y colectiva. Cuando la participación es colectiva, las socias se organizan para producir conjuntamente, lo que implica la definición de las prendas que serán producidas por cada una de ellas y la compra de materia-prima. Cuando la participación es individual, cada una compra sus propios insumos, definen los diseños y se encargan de la producción. En este caso la asociación solo asegura el espacio de venta.

(ii) La inserción en mercados externos

Las asociaciones que dirigen toda su producción a mercados externos son aquellas que producen todo el año a demanda de clientes fijos que colocan los

productos en sus respectivos mercados. Una de ellas es la Comunidad Wiñay de producción de cerámica y la Asociación Warmis de producción de prendas de vestir. La asociación Comunidad Wiñay vende principalmente en mercados europeos y americano a través de 6 clientes, mientras la Asociación Warmis vende para el mercado americano a través de un cliente. El conjunto de las asociaciones no tiene información más allá de la entrega de sus productos a los clientes, desconociendo los mecanismos de distribución y los precios finales. Ambas asociaciones están exportando por más de 3 años consecutivos y expresan la expectativa de ampliar el número de clientes e incrementar el volumen de exportación. Ellas no expresan interés por la venta en el mercado local debido a la insuficiencia de compradores y a los bajos precios.

(iii) La combinación de ambos mercados

Las asociaciones que actúan en mercados nacionales e internacionales son aquellas que tienen una inserción todavía incipiente en mercados internacionales. La mayoría exporta una o dos veces al año y en cantidades reducidas. Aunque el ingreso actual proviene principalmente de las ventas en ferias locales, ellas encuentran que la exportación es la vía que les permitirá aumentar sustancialmente los niveles de ingreso debido a que el precio de sus productos en los mercados externos es significativamente más alto en comparación con el mercado nacional.

Los casos estudiados ilustran experiencias primarias de exportación a través de intermediarios extranjeros, muchos de ellos en trabajos voluntarios de apoyo a la población más vulnerable. Estos intermediarios contactan a dueños de tiendas en el extranjero o compradores finales. Las productoras explican que lo más importante

de estas experiencias es el proceso de aprendizaje y acercamiento a mercados más exigentes, aunque la exportación no signifique un ingreso significativo ni garantice la sostenibilidad de la producción a lo largo del año. Las productoras enfatizan los procesos de aprendizaje sobre calidad, organización de la producción, diseño y técnicas de producción, definición de precios, mecanismos de envío al exterior, entre otros.

Igualmente importante es el proceso de aprendizaje sobre las dinámicas diferenciadas entre el mercado nacional e internacional. Como ellas explican el nicho del mercado nacional para sus productos funciona exclusivamente en base a precio, mientras que el nicho del mercado internacional combina calidad y precio, definiendo retornos más altos por prenda en comparación con el mercado local. Por esto ellas apuestan al incremento de la exportación de sus productos.

La principal fuente de capital de las asociaciones proviene de sus ahorros personales y de las ventas anteriores. Muchas también señalaron el apoyo financiero recibido de misioneras u otras personas extranjeras dedicadas al apoyo económico de grupos vulnerables. Una de las asociaciones mencionó el crédito recibido por el Banco de Desarrollo Productivo para la compra de maquinarias. Ninguna de las productoras recibió otro tipo de crédito bancario.

La formalización interna y externa – gestión y legalidad

El grado de formalización de las unidades productivas y de las asociaciones depende de un conjunto de factores: el cumplimiento del marco normativo estatal, la sofisticación de los instrumentos de gerencia, la utilización de sistemas de información para la toma de decisiones y la implementación de buenas prácticas de gobierno corporativo o cooperativo. La formalización externa (el grado de legalidad) y la formalización interna (el grado de sofisticación de la gerencia) son igualmente importantes para aumentar sus niveles de producción y, por lo tanto, mejorar las condiciones de empleo y de ingresos.

En relación a la formalización externa (el grado de legalidad), se conoce que el cumplimiento de las normas legales por las unidades económicas en Bolivia es irregular, se cumplen unas y no otras, dificultando la clasificación de aquellas que cumplen con todos los requisitos y aquellas que no cumplen con ninguno. Esto debido a que una de las estrategias de las unidades es cumplir con, por lo menos, uno de los requerimientos establecidos por el Estado y pocas son las que lo hacen con todos los procedimientos definidos por el marco legal. (Wanderley, 2004 y PNUD, 2005).

Entre las asociaciones estudiadas ninguna cumple con el conjunto de los requerimientos estatales para su funcionamiento: Personería Jurídica, NIT, FUNDEMPRESA, registro sanitario, tarjeta empresarial, entre otras. Pocas son las que cumplen con más de tres de los requerimientos y muchas están realizando los trámites para contar con algunos de los documentos. Una vez más se observa la directa relación entre el grado de consolidación de las unidades y el nivel de cumplimiento de los requisitos legales.

El bajo nivel de formalización externa de las unidades económicas responde, en gran medida, a deficiencias del mismo marco legal y de políticas públicas que no ofrecen

incentivos para la formalización de las unidades. Se reconoce actualmente que el grado de formalización de las empresas y unidades económicas en cualquier economía refleja la eficiencia, transparencia y adecuación del marco legal y de las políticas económicas.

En relación a la formalización interna, se observa grados diferenciados de sofisticación gerencial. No todas las asociaciones cuentan con la documentación base – acta de constitución, estatutos, libro de actas, libro de contabilidad, balances, registro de asistencia, registro de ventas, registro de producción e inventario de bienes-, aunque conocen todos los documentos y tienen prevista su elaboración. Muchos de estos registros son realizados a mano sin un sistema de computación que facilite la actualización, seguimiento y consulta. La debilidad en gerencia es un problema que amerita más atención de las políticas de fomento productivo.

En términos de estructura organizacional de las asociaciones, la mayoría cuenta con Presidenta, Vice-Presidenta, Secretaria de Actas y Secretaria de Hacienda. Se observa una fuerte dependencia de las líderes de la organización, las cuales asumen el cargo de presidenta o encargada del grupo. Estas son las mujeres que asumen la mayor parte del trabajo de gerencia de la asociación, aunque no siempre con toda la formación y capacitación necesaria.

Los beneficios de la asociatividad

Una de las principales razones mencionadas por las mujeres para generar sus propias fuentes de trabajo es la necesidad de conciliar el trabajo de cuidado en sus hogares con el trabajo remunerado. Esta es una condición mencionada por todas las productoras con hijos e hijas pequeños y adolescentes. También están otras razones para asociarse. Las mujeres que dieron el paso hacia la asociación para la producción encuentran que la producción individual no les permite economías de escala e incremento de calidad para posicionarse en mercados más exigentes. La experiencia en asociaciones de producción les enseña que esta alternativa permite ofertar cantidad y calidad a nichos de mercado que les pagan mejores precios por sus productos. Por lo tanto, ellas encuentran que esta es una vía posible para lograr mejores remuneraciones por sus trabajos.

Sin embargo, la elección de la vía asociativa no se basa exclusivamente en las mayores expectativas de retornos financieros. La asociación horizontal, transparente y participativa ofrece beneficios sociales y personales igualmente valorizados por las productoras. La asociación es un espacio de convivencia y apoyo mutuo muy importante. Muchas relatan como el ingreso a la asociación les permitió romper una situación de aislamiento y soledad en el espacio del hogar y contar con un espacio social para hablar, compartir tristezas y alegrías, contar sus problemas y recibir apoyo.

La producción asociada además les permite la continuidad de relaciones de trabajo y formas de vida que conocen y valoran. El control del proceso de producción, los acuerdos mutuos de respeto, la distribución de responsabilidades y de los ingresos son parte de una forma de organización del trabajo muy apreciada. Son recurrentes las experiencias en otras «asociaciones» o en micro/pequeña empresa donde su trabajo no era adecuadamente remunerado y donde la relación de autoridad les oprimía y desvalorizaba su trabajo.

Ellas entienden que la asociación es un espacio de aprendizaje integral y constante a través de apoyos brindados por otras asociaciones e instituciones. Ellas relatan que la asociación les facilitó el acceso a cursos de formación y capacitación en diversas áreas, abriendo la posibilidad de aprender sobre sus derechos, perfeccionar los conocimientos técnicos y de mercadeo. La mayoría de las mujeres pasaron cursos de capacitación y formación con el apoyo de ONG's, alcaldía, prefectura e instancias del gobierno central. Entienden que la asociación les brindó la oportunidad de desarrollar nuevas habilidades como expresarse mejor, perder el miedo de hablar, conocer nuevas instancias y perfeccionarse técnicamente.

Para las mujeres migrantes de primera generación, la participación en este tipo de asociación también les permite la integración al nuevo espacio urbano, con la generación de una comunidad entre iguales que les otorga pertenencia y les facilita una red de relaciones con otras asociaciones e instituciones. De este modo, la asociación se convierte en un medio para fortalecer las redes de relaciones personales entre mujeres productoras, a la vez que les permite expandir los contactos externos con instituciones y organizaciones públicas, privadas, no gubernamentales y otras asociaciones de productores. La participación en la asociación significa, por lo tanto, el acceso a nuevos recursos materiales (monetarios) y no materiales (conocimientos, habilidades y destrezas) y la ampliación de los espacios de circulación social y física en las ciudades.

La red externa de las asociaciones incluye varias instituciones gubernamentales (nacional y subnacionales), no gubernamentales e instituciones privadas. Los principales contactos de las asociaciones estudiadas son con ONG's, parroquias eclesióásticas y otras asociaciones de productoras. Las alcaldías y prefecturas fueron mencionadas principalmente por la promoción de ferias y, en el caso de Cochabamba, por la promoción de cursos de capacitación y formación. El Banco de

Desarrollo Productivo fue la única instancia gubernamental nacional mencionada por las asociaciones estudiadas.

En El Alto sobresale la importancia de las parroquias eclesióásticas en la formación de las asociaciones y en la oferta de cursos de capacitación. Muchas de las asociaciones se fortalecen con el apoyo de Iglesias que abren cursos de capacitación en los barrios de la ciudad de El Alto. Estos cursos permiten la aproximación de vecinas, su familiarización y la generación de confianza mutua.

La organización del bienestar y del trabajo

Pese a que la mayoría de las entrevistadas encuentran que sus vidas mejoraron en relación a las vivencias de sus padres, se observa un alto grado de vulnerabilidad para enfrentar situaciones de riesgos como la subida de precios, la pérdida de empleo, accidentes, enfermedades y muerte. El alto nivel de vulnerabilidad de las mujeres y sus familias está directamente asociado a las condiciones de trabajo de los adultos de las familias.

Se identifica tres grupos de mujeres en términos de riesgo y vulnerabilidad. Dos caracterizados por un alto nivel de vulnerabilidad: (i) las jefas de hogar que no cuentan con otros adultos en el hogar y (ii) las mujeres casadas cuyo esposo u otros adultos de la familia están insertos en trabajos eventuales con frecuentes períodos de ausencia de ingresos (desempleo) y sin seguridad de corto y largo plazo. En estas familias, las principales ocupaciones de los esposos son cargador, artesano, comerciante informal, albañil, chofer, sereno, chapista, plomero y ayudante de movilidad. En ambos grupos, los ingresos percibidos por el conjunto de la familia son bajos y no siempre les alcanza para cubrir los gastos corrientes o gastos de emergencia. Las situaciones de enfermedad, muerte o desempleo son críticas debido a que implican la suspensión de ingresos familiares y la necesidad de solventar nuevos gastos. Un tercer grupo está compuesto por mujeres en una situación de baja vulnerabilidad debido al empleo estable, formal y con seguridad social de sus esposos o de un familiar adulto.

Entre las mujeres con niveles altos de vulnerabilidad (jefas de hogar y mujeres en familias con trabajadores precarios) y que, además, son migrantes de primera generación, una de las estrategias centrales para garantizar la provisión de alimentos en el hogar es la manutención de chacras en sus comunidades y la cría de animales tanto en la ciudad como en el campo. Ellas viajan periódicamente para sembrar y cosechar y, con esto, garantizan la provisión de chuño y papa en el hogar que, en

los momentos de escasez de ingresos, se convierten en la base alimentaria de la familia.

Las redes familiares y de vecindad también son importantes para la provisión de alimentos cuando los ingresos no alcanzan. El préstamo de padres, madres, tíos, sobrinos, suegros, primos, vecinos o de la tienda es una práctica continua. El ahorro en los periodos de mayor ingreso es otra estrategia para solventar los períodos de escasez. La diversificación de actividades es una estrategia importante principalmente para las mujeres que no exportan de manera sostenida a lo largo del año. Muchas mujeres que producen para el mercado local realizan otras actividades regulares en servicio y comercio. Otras diversifican sus trabajos en periodos de menos venta de sus productos o cuando se presenta la oportunidad para generar ingresos.

Para las mujeres, los gastos relacionados a la educación de los hijos(as) son prioridad en el presupuesto familiar. Pese a que la mayoría de las mujeres tienen hijos(as) en escuelas públicas, su permanencia en la escuela requiere de recursos propios para la compra de material y vestimenta, el pago de celebraciones o eventos así como de los recreos y transporte. Ellas indican que el Bono Juancito Pinto es un apoyo importante en sus presupuestos.

En situaciones de enfermedad o accidente estas trabajadoras utilizan principalmente medicina natural y el servicio de curanderos debido al acceso fácil y los costos bajos. Cuando la situación es grave y la visita a un médico o la internación en el hospital o clínica son ineludibles, estas familias enfrentan momentos de gran angustia y sufrimiento frente a las cuentas de hospitales y la necesidad de comprar medicinas. En general ellas dependen de la ayuda de familiares y de vecinos/amigas así como de la colaboración de las clínicas y hospitales para bajar las deudas.

En situaciones de muerte, las redes de relaciones personales es también importante, específicamente el apoyo de las familias, vecinos, amigos y compañeras de la asociación para pagar los gastos del entierro. La iglesia surge como una organización accesible para apoyarlas en estas situaciones. La situación de vejez es una vez más enfrentada con el apoyo de familias y con recursos propios, dado que muy pocas cuentan con seguridad social de largo plazo (estas pocas acceden vía el empleo formal del esposo) obligando a que las personas en la tercera edad sigan desarrollando actividades de generación de ingreso.

Como se puede ver la familia y de las redes de relaciones personales es la esfera principal de la provisión de servicios y bienes de primera necesidad en la vida cotidiana como en situaciones de crisis. Es en esta esfera que funciona la reciprocidad y el intercambio no monetizado. También es el principal espacio de préstamo de dinero para solventar gastos corrientes o excepcionales.

La conciliación entre trabajo remunerado y trabajo de cuidado

Como hemos visto las mujeres asumen como su responsabilidad el cuidado de los hijos e hijas. Para ellas lo primero es garantizar el futuro de los hijos(as) y asumen como su responsabilidad velar por su seguridad y su desarrollo. La carencia de servicios públicos o subsidiados de cuidado infantil explica por qué los niños menores de seis años son en su mayoría cuidados en el seno de las familias. Por esto, las mujeres encuentran que su cercanía al hogar es necesaria para prevenir una serie de riesgos que enfrentan los(as) niños(as) y jóvenes: las malas influencias, el abandono de la escuela, la inseguridad ciudadana (robos, asaltos, violaciones), la exposición a enfermedades y accidentes. De esta manera, la entrada al mercado de trabajo está condicionada por las alternativas de cuidado de los miembros familiares que requieren esta atención intensiva.

Ellas explican que las actividades de comercio o servicio alejadas del hogar tienen la desventaja de obligarlas a llevar a los hijos pequeños y tenerlos a la intemperie por jornadas largas en puestos de venta. En estos espacios de trabajo, los niños y niñas se enferman más y están expuestos a más peligros. Las actividades como trabajadora de hogar remunerada u otros tipos de trabajos de servicio no siempre les posibilitan llevar a los niños al trabajo o tener horarios flexibles.

En este contexto, la asociación para la producción se convierte en una vía que les permite conciliar vida laboral y familiar a través de los siguientes mecanismos: (i) la combinación entre la producción en el hogar y la producción conjunta fuera del hogar, (ii) flexibilidad de los horarios de trabajo en el taller, (iii) la posibilidad de llevar a los hijos al taller y (iv) y la provisión de guardería en el taller de una de las asociaciones.

Sobresale la situación de una de las Asociaciones en Cochabamba en términos de infra-estructura y conciliación del trabajo de cuidado y el trabajo remunerado. La comunidad Wiñay cuenta con una guardería y escuela cerca al taller de producción. En esta asociación, las productoras trabajan ocho horas al día en el taller, mientras sus hijos(as) e inclusive nietos(as) están en la guardería o la escuela. Allí reciben alimentación y atención sanitaria. Ellas indican que están muy satisfechas con esta situación y ninguna realiza otras actividades adicionales a la producción. El resultado es la exportación a clientes fijos a lo largo del año con un nivel de productividad más alto en comparación con las otras asociaciones y, consecuentemente, con niveles de remuneración superiores.

La diversificación del trabajo

Como mencionamos anteriormente la diversificación de actividades es una de las estrategias para enfrentar los bajos e inestables ingresos tanto propios en la producción como de sus esposos. Las mujeres que no tienen ingresos asegurados, enfrentan esta situación a través de la realización de varias actividades tanto regulares (dedicación de medio tiempo a la venta de comida, servicio de limpieza, comercio de abarrotes o refrescos, cuidado infantil, entre otras) como temporadas (manutención de la chacra en el campo, venta en ciertas ocasiones, la limpieza eventual en oficinas y hogares, apoyo a las actividades del esposo, entre otras). Las mujeres que no diversifican sus actividades son aquellas que cuentan con ingresos estables oriundos de pedidos de compradores a lo largo del año.

A la vez que la diversificación de actividades les posibilita responder mínimamente las necesidades propias y de sus familias, esta es un obstáculo para consolidar las actividades de producción y responder puntualmente a los compromisos con compradores. La falta de rutina de trabajo a lo largo del año dificulta, además, la organización de las actividades en los momentos donde hay demandas, resultando en la entrega no puntual y sin los requerimientos de calidad exigidos por clientes que podrían renovar y aumentar los pedidos.

Organización del trabajo

La producción en las asociaciones estudiadas presenta dos modalidades: el trabajo individual en sus casas y el trabajo conjunto con las asociadas. El trabajo individual en las casas se realiza en los intervalos de las actividades en el hogar. Como nos relata una de las entrevistas: «*En la casa estamos cocinando, estamos recogiendo y de rato en rato tejemos. En la mañanita y en la noche es cuando más tejemos*» A lo largo del día las mujeres también realizan otras actividades como la venta de los productos en ferias y otras actividades eventuales de generación de ingresos. Según las productoras, la modalidad de trabajo individual en sus casas no es la adecuada y preferirían, si se dan las condiciones, la producción conjunta en un taller propio para la corrección oportuna de errores, el incremento de la productividad y la continua capacitación.

El trabajo conjunto se organiza de diversas formas: algunas se reúnen todos los días, ocho horas en el taller y otras se reúnen algunas veces en la semana, entre tres y cuatro horas. El trabajo colectivo continuo en un espacio común ocurre en las asociaciones que cuentan con un taller propio y que tienen regularidad y continuidad de pedidos a lo largo del año. El trabajo conjunto, algunas veces a la semana, caracteriza a las asociaciones que no cuentan con un taller propio y que sus mercados son estacionales.

Aquellas asociaciones que no cuentan con un espacio físico de trabajo enfrentan una seria limitación para la producción y para la seguridad laboral. En estos casos las mujeres se reúnen pocas veces a la semana para trabajar conjuntamente en canchas, plazas y terrenos baldíos. Esta es la situación de todas las asociaciones estudiadas en la ciudad de El Alto. El trabajo en la intemperie presenta muchos inconvenientes: la suciedad, la no protección contra la lluvia y el sol, la falta de asientos adecuados y de otras facilidades mínimas para el trabajo, la falta de seguridad laboral y ciudadana, la interferencia de otras personas, la dificultad para llevar los niños

pequeños, entre muchos otros. Ellas explican que se ensucian las prendas y las materias primas (lana), el sol quita el color de la lana y la lluvia les interrumpe el trabajo y les moja la materia-prima y las prendas. En caso de lluvia las alternativas son buscar un lugar con alguna cobertura o trasladarse a la casa de la presidenta. Esta última alternativa presenta problemas asociados a la negativa del esposo de recibir a las asociadas y la interferencia de las actividades del hogar.

Seguridad laboral y seguridad social

La ausencia de medidas de seguridad laboral es común entre las asociaciones estudiadas. En el caso específico de prendas en lana de alpaca, ellas indican los problemas de salud ocasionados por la ausencia de mascarilla para prevenir la inhalación de los polvos de lana. Algunas asociaciones manifestaron la necesidad de implementar medidas de seguridad. Para esto requieren, en primer lugar, infra-estructura adecuada, capacitación sobre estas medidas y, finalmente, recursos para implementarlas.

Como mencionado anteriormente, la mayoría de las productoras no cuentan con ningún tipo de seguro social propio de salud o de vejez. La única excepción es el caso de los niños(as) de la Asociación Comunidad Wiñay en la que los hijos e hijas cuentan con un seguro de salud proporcionado por la guardería. Algunas productoras cuentan con el seguro social de los esposos que son obreros o empleados de planta. La posibilidad de contar con el apoyo de las asociadas se convierte en una modalidad parcial de protección social, dado que la ayuda de sus compañeras es limitada.

Horas e Ingreso laboral

Es muy difícil contabilizar las horas dedicadas a la actividad de producción cuando esta se realiza en el hogar, cuando se combina diversas actividades de generación de ingreso y cuando la producción es estacional. El único caso excepcional del estudio es la Asociación Comunidad Wiñay donde las mujeres están de las 8:00 a las 18:00 en el taller. Sin embargo un cálculo con base en sus agendas diarias indica que las productoras en ambas ciudades dedican entre 4 a 10 horas por día a las actividades de producción.

En términos de ingreso, el cálculo es aún más difícil cuando las prendas son vendidas en el mercado local y estacionalmente en mercados internacionales debido a la inestabilidad de los ingresos y el registro precario de los costos. Ellas explican que el precio de las prendas en las ferias locales varía, dependiendo de la disponibilidad de clientes y de la necesidad financiera de las productoras. Lo importante para ellas es contar con dinero para solventar los gastos urgentes y, por esto, los precios se acomodan a la demanda; algunos días estos no llegan a cubrir los costos de producción.

En el caso de las ventas a clientes fijos y, más específicamente, a sus clientes extranjeros, el cálculo de las prendas y el porcentaje de retorno del trabajo es más visible y controlado. Una de las asociaciones nos proporcionó los criterios en la definición de los precios de las prendas: el 50% está destinado al pago a las productoras y 50% al pago de materia-prima, envío y administración.

No fue posible obtener información sobre el ingreso laboral de las productoras de la ciudad de El Alto. Ya las productoras de la ciudad de Cochabamba fueron más abiertas e indicaron rangos de ingreso. En la Asociación Comunidad Wiñay con producción sostenible a lo largo del año para la exportación y realización del trabajo en el taller, los ingresos varían entre 300 a 600 bolivianos. Las otras productoras indican que los ingresos provenientes de la producción varían entre 200 a 400 bolivianos dependiendo del número de prendas producidos y el nivel de venta.

Identidades, historias y perspectivas

La mayoría de las mujeres entrevistadas se asociaron para generar ingresos para sus familias. Una minoría indica otras razones antes que la generación de ingresos. Estas últimas tienen una situación socio-económica más acomodada debido: (i) a los ingresos estables y suficientes del esposo o de otro familiar, (ii) a ingresos provenientes de otras actividades remuneradas o (iii) ingresos de jubilación. El análisis que sigue se centrará en la situación de la mayoría de las asociadas que están realizando un trabajo remunerado porque necesitan el ingreso.

Debido a la inestabilidad laboral de los esposos, a sus ausencias y/o los bajos ingresos que reciben, el trabajo remunerado de la mayoría de las mujeres es vital para las familias. Sin embargo la mayoría de las mujeres no reconocen la importancia de su rol como proveedoras en sus familias, identificando sus ingresos como «ayuda» a los esposos. La mayoría de las productoras se auto-identifican como amas de casa y como tejedoras que apoyan al esposo. Para estas mujeres ser ama de casa significa realizar los trabajos cotidianos al interior de la familia como la preparación de la comida, la limpieza y el cuidado de niños y jóvenes. La participación en actividades remuneradas no cambia la identidad de ama de casa.

Se confirma que la división tradicional de roles, donde el varón es el proveedor y la esposa la ama de casa, está muy arraigada incluso cuando la realidad no corrobora esta distribución de responsabilidades y trabajos. Para la mayoría de las entrevistadas, mujeres aymaras y quechuas, la responsabilidad del cuidado al interior de la familia es parte de la condición natural de ser mujer y su participación en la provisión de recursos monetarios para la familia sólo se justifica como ayuda al esposo o como obligación en caso de su ausencia.

Todo indica que la identidad de ama de casa se refuerza cuando el trabajo es realizado en sus propios hogares. Las productoras que trabajan integralmente en un taller separado del hogar se identifican principalmente como productoras/artesanas y proveedoras a sus hogares en primer lugar.

Formación y Capacitación para la producción

El nivel de instrucción de las productoras de las Asociaciones estudiadas en la ciudad de El Alto es en general bajo: algunas no entraron al sistema escolar mientras que otras abandonaron la escuela en el nivel básico. Un grupo más reducido cuenta con nivel medio de escolaridad. Las mujeres entrevistadas explican, con dolor y pesar, las razones para la interrupción de los estudios: la falta de recursos económicos de la familia y el poco valor otorgado a la educación por sus padres y madres. El nivel de instrucción de las productoras de las Asociaciones estudiadas en la ciudad de Cochabamba es más variable: algunas sólo llegaron a segundo básico y otras son bachilleres o licenciadas.

El acceso a cursos de capacitación en ocupaciones tradicionalmente femeninas es amplio. La tercera parte de las entrevistadas asistieron cursos de tejido y costura ofrecidos por Organizaciones No Gubernamentales, Iglesia, Institutos Privados, Gobiernos subnacionales y también por las mismas asociaciones. Todas indicaron que estos cursos de formación y capacitación fueron importantes para mejorar sus técnicas y la calidad de sus productos.

Un número más reducido tuvo acceso a cursos de gerencia y de especialización en la producción. Se observa una demanda por capacitación más especializada en temas técnicos como, por ejemplo, el diseño para la producción. Una vía importante de capacitación es ofrecida por los compradores externos que les capacitaron en temas de estructuración de precios, diseños y colores y en temas de calidad en general. Ellas indican que este conocimiento implicó un proceso de aprendizaje importante sobre el valor del trabajo, la organización del proceso productivo y de las exigencias del mercado.

Muchas también tuvieron acceso a otras formas de capacitación en temas de desarrollo personal y social. Se verifica que la capacitación en otros rubros les permitió diversificar sus actividades de generación de ingreso.

Identificación étnica y de clase social

En las entrevistas en profundidad, se les preguntó sobre su auto-identificación étnica y su estrato social de manera abierta, sin categorías pre-definidas. También se les consultó sobre las razones para las respuestas. En las asociaciones de la ciudad de El Alto, todas las productoras se auto-identificaron como aymaras o indígenas y explicaron esta identificación a partir de tres principales criterios: idioma, procedencia del campo e identificación de padres/madres y abuelos(as). Ser aymara o indígena está asociado al idioma aymara, a la cultura campesina y/o a la ascendencia familiar. El idioma principal al interior de la asociación es el aymara y pocas se desenvuelven bien en castellano. Por esta razón las entrevistas y grupos focales en la ciudad de El Alto fueron realizadas en su totalidad en el idioma aymara.

En las asociaciones de la ciudad de Cochabamba, pese a que muchas de las mujeres entrevistadas son quechua y aymara hablantes y migrantes, la pregunta sobre su identificación étnica no les hizo mucho sentido. Las que contestaron que son indígenas y quechuas explicaron esta auto-denominación porque han nacido en un ambiente quechua, porque vivieron en el campo, porque sus papás son indígenas o porque todos los bolivianos son indígenas. Muchas no dieron una respuesta directa a la pregunta explicando que son cochabambinas y bolivianas antes que todo.

En términos de posicionamiento en la estratificación social boliviana, las productoras de El Alto y Cochabamba se definieron como pobres y de clase media. Ser pobre para ellas está asociado a las siguientes condiciones de vida: ausencia de vivienda propia, falta de recursos económicos, baja escolaridad, desempleo en la familia y origen campesino. Ser de clase media para ellas significa estar en mejores condiciones en comparación con otras personas que pasan privaciones más serias. Por lo tanto, los principales criterios para estar en este estrato social son: tener vivienda propia en la ciudad, contar con un trabajo, tener «algo

de plata» para solventar la educación de los hijos(as) y para no dejar faltar alimentos.

Las respuestas en relación a la posición social fueron muy diferentes en ambas ciudades. Mientras en Cochabamba las entrevistadas no elaboraron la respuesta, en la ciudad de El Alto ellas ofrecieron respuestas más complejas. Para las mujeres en la ciudad de El Alto, ser pobre significa no ser rico, no tener las oportunidades, los recursos y el poder de los ricos, karas (criollos), empresarios. Ellas apuntan a relaciones de explotación entre clases y etnias. Es muy interesante notar la ausencia de una explicación más individualista de la pobreza. Ninguna explica la pobreza por la ausencia de capacidades, de esfuerzo y de trabajo individual; al contrario acusan a los ricos de robar y explotar en el proceso de acumulación.

Trayectoria laboral

Las productoras de la ciudad de El Alto incluidas en el estudio son en su mayoría migrantes de primera y segunda generación. Las migrantes de primera generación son todas del campo. La trayectoria típica de estas mujeres se inició en actividades de chacra, hilandería y tejidos y venta de sus productos agrícolas y vinícolas en las ferias en sus comunidades y cercanías. La llegada a las ciudades se dio por la vía del comercio de sus productos, la ayuda a un pariente o conocido como empleadas del hogar o como tejedoras.

Uno de los principales obstáculos que enfrentan estas mujeres para una mejor integración al contexto urbano es, sin lugar a dudas, el bajo dominio del castellano, la baja escolaridad y las responsabilidades familiares. Para estas mujeres la ciudad se convierte en un ambiente hostil y de difícil acceso. Como ellas mismas explican, la asociación se convierte en un espacio importante en el proceso de resocialización, a través del cual se adquiere un conjunto de informaciones y «saberes ciudadanos».

Las migrantes de primera generación incluidas en el estudio en la ciudad de Cochabamba provienen tanto del campo como de las minas u otras ciudades. La trayectoria laboral típica de las mujeres migrantes de primera y segunda generación incluyen actividades agropecuarias, el trabajo como empleada del hogar, lavandera, ayudante de limpieza y de cocina, vendedora, mesera, obrera y artesana. Sólo una minoría de mujeres con nivel de escolaridad más alta presenta una trayectoria como empleadas asalariadas formales y como micro y pequeñas empresarias.

La trayectoria laboral típica entre las migrantes de segunda generación en la ciudad de El Alto se inicia principalmente como empleada del hogar, ayudante familiar en las actividades de los padres/madres pasando por actividades como portera, cuidadora, peinadora, vendedora y tejedora.

Edad y estado civil y expectativas en relación a sus hijos

Las edades de las trabajadoras asociadas varían entre 25 y 65 años con una fuerte presencia de mujeres entre treinta y cuarenta años. La mayoría de las mujeres son casadas mientras que una minoría es separada, viuda o madre soltera. Todas tienen hijos e hijas que viven con ellas con edades que varían entre menos de 1 año a 27 años. Una característica que llama la atención es la presencia de la totalidad de sus hijos e hijas en edad escolar en el sistema educativo y muchos en la Universidad o la Normal (escuela de profesionalización de profesores).

Efectivamente y a diferencia de sus propias experiencias de vida, la totalidad de las mujeres tienen como prioridad principal mantener a sus hijos e hijas en el sistema educativo. Su principal temor es no contar con suficientes recursos financieros para que sus hijos(as) logren el bachillerato. Todas anhelan que sus hijos/as ingresen a la Universidad o a la Normal. Encuentran que la educación es la vía principal para lograr una vida mejor. Manifiestan el temor que el ingreso temprano al mercado de trabajo les desincentiven a terminar los estudios debido a que *«cuando conocen el dinero, ya no quieren estudiar»*.

Percepciones de cambio a lo largo de sus vidas y en relación a sus hijos/hijas

En la reflexión sobre sus historias de vida, la mayoría encuentra que sus condiciones de vida mejoraron sus condiciones de vida principalmente porque sus hijos/as están estudiando, porque viven en la ciudad y porque sienten que hay menos discriminación hacia las mujeres. Una medida concreta para evaluar positivamente sus condiciones de vida es la vivienda propia en la ciudad.

También expresan gran satisfacción y optimismo con los cambios que perciben entre su generación y la de sus hijos. Recalcan el hecho de que sus hijos(as) son más «vivos» que ellas a su edad, significando que ellos(as) están más preparados en términos cognitivos y de conocimientos para enfrentar la vida y alcanzar una mejor situación en el futuro. También perciben con alegría que ellas no reproducen las prácticas de sus padres/madres con las hijas mujeres como, por ejemplo, el poco interés, esfuerzo e incentivo a su entrada y permanencia en la escuela.

Consideraciones finales

Los estudios de caso sobre las dinámicas concretas de inserción socio-ocupacional, como el análisis de la vía asociativa en el presente artículo, busca articular las oportunidades y barreras que enfrentan los y las trabajadoras que generan sus propias fuentes de empleo para mejorar sus condiciones de vida. Estos estudios ofrecen insumos importantes para el diseño de políticas y acciones concretas para fomentar la inserción en nichos de mercado más exigentes y ampliar la cobertura de la seguridad social. También aportan a la construcción de criterios para la clasificación de las iniciativas asociativas desde una perspectiva que integre las relaciones de género, étnicas y de clase y, también, las diversidades territoriales y culturales.

Estos análisis son importantes para evaluar las posibilidades reales de dignificación del empleo y mejoras en las condiciones de vida (la movilidad social ascendente) de los y las trabajadores(as) desde las condiciones específicas en que se encuentran y desde sus propias aspiraciones y expectativas. En este sentido es importante identificar tanto las potencialidades de mejoras de las condiciones socio-laborales de actividades económicas específicas (rutas abiertas) así como los obstáculos para que la mayoría de las mujeres en estas actividades transiten por esta ruta de incremento de los retornos económicos y sociales.

Aportamos a esta agenda con un estudio cualitativo sobre la inserción socio-ocupacional de mujeres que generan su propia fuente de trabajo en las ciudades de Cochabamba y El Alto. El estudio cualitativo buscó analizar la organización de las actividades cotidianas de mujeres migrantes de ascendencia aymara y quechua en asociaciones de productoras. A partir de la comprensión de las realidades cotidianas de las mujeres, analizamos la interrelación entre las actividades de generación de ingreso y las actividades de cuidado del hogar y de la familia, los arreglos socio-laborales y de protección

social así como la organización de asociaciones de producción, sus potencialidades y dificultades para lograr sus objetivos.

Una de las conclusiones del estudio es que la promoción de la calidad del empleo auto-generado en el marco de la equidad requiere de la coordinación entre políticas económicas y sociales así como de un andamiaje institucional que propicie la coordinación: (i) entre los diferentes órganos rectores de política en el gobierno nacional; (ii) entre gobierno nacional y gobiernos subnacionales y, (iii) entre sector público y privado para dar respuesta a la complejidad de los problemas que enfrentan los que generan sus propias fuentes de trabajo.

Los trabajadores y las trabajadoras que generan sus propias fuentes de empleo a través de asociaciones de producción y comercio o de cooperativas enfrentan retos en el encadenamiento de sus negocios, en la gestión, organización y condiciones laborales así como en la conciliación entre (i) actividades de cuidado a personas dependientes, (ii) las actividades de generación de ingreso y (iii) actividades para enfrentar situaciones de riesgo y vulnerabilidad asociada a los bajos e inestables ingresos propios y de sus familias y a la exclusión de los sistemas de seguridad social (de corto y largo plazo).

Endnotes

1 Este trabajo fue publicado como un capítulo en el libro de mi autoría *¿Por qué Bolivia es tan desigual? Crecimiento, Empleo y Bienestar Social en Bolivia*. La Paz, CIDES-UMSA y Plural Editores, 2009.

2 Doctora en Sociología por la Universidad de Columbia de Nueva York. Es investigadora y catedrática en el Postgrado en Ciencias del Desarrollo (CIDES-UMSA) en La Paz, Bolivia. Ha realizado investigaciones y enseñado sobre sociología económica y sociología del trabajo, género, ciudadanía, políticas públicas, redes sociales y asociatividad entre micro y pequeños productores. Autora de libros y artículos sobre estos temas. Para más información, visitar www.fernandawanderley.blogspot.com

3 La investigación fue realizada entre mayo y junio de 2008.

Referencias

- PNUD, 2005.
Informe temático sobre Desarrollo Humano – La economía más allá del gas. La Paz, Bolivia.
- Fernanda WANDERLEY, 2008.
«Las múltiples vías de articulación productiva para la exportación», *UMBRALES*, n. 17, marzo, pp.93:112
- Fernanda WANDERLEY, 2004.
«Solidarity without cooperation – small producer networks and political identity in Bolivia», tesis de doctorado, Columbia University, 2004.
- Fernanda WANDERLEY, 2002.
«Pequeñas empresas, sector informal e industrialización local. La sociología económica del desarrollo», *Tinkazos*, año 5, n. 11, pp:9-30

Women's collective action, solidarity and gender in Burkina Faso

Magalie SAUSSEY

CIRTES, UCL

Post-doc fellowship (Interuniversity Attraction Pole funded by the Belgian Science Policy Office under the title «If not for Profit, for What and How?»)

Email: magalie.saussey@uclouvain.be

Nota biográfica

Magalie SAUSSEY é doutorada em Socioeconomia do Desenvolvimento pela EHESS (Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais em França). É actualmente bolsreira de pós-doc da Interuniversity Attraction Pole, financiada pelo Departamento de Política Científica da Bélgica, sob o programa «If not for Profit, for What and How?». Tem investigado sobre o trabalho das mulheres na África Ocidental e as suas transformações no contexto da globalização. As suas áreas de interesse são: políticas públicas de Ajuda ao Desenvolvimento; processos de acção colectiva; a construção social dos mercados e a evolução das relações de género.

ABSTRACT

In this paper, I highlight the issues and challenges involved when projects with an economic objective are adopted by women's organisations in Africa. Using the example of groups that produce shea butter in Burkina Faso, I raise questions about the socio-economic changes occurring at different levels (organisational, family), linked to the women's commitment to participate in collective income-generating actions. The products these groups of women produce – namely shea butter and soaps – are now predominantly destined for a global market, particularly in Europe, North America and Japan, as opposed to simply a national market.

RESUMO

Neste artigo, sublinham-se as questões e desafios decorrentes de projectos económicos adoptados por organizações de mulheres em África. Partindo do caso de grupos que produzem manteiga de karité em Burkina Faso, colocam-se questões sobre as transformações socioeconómicas que ocorrem a vários níveis (organizacionais, familiares), articulados ao compromisso das mulheres de participarem em actividades económicas colectivas. Os produtos que estas mulheres produzem – nomeadamente, manteiga e sopas – não se circunscrevem ao mercado nacional, destinando-se agora predominantemente ao mercado global, especialmente Europa, América do Norte e Japão.

Keywords

gender- local economic development - Burkina Faso - shea butter

Introduction

During the 1990s, the number of organisations (associations, cooperatives, groups, etc.), and NGOs grew exponentially in Africa. Development programmes financed by bilateral or multilateral aid institutions encourage «poor» populations to take responsibility for development and promote «participation» (Molyneux, 2001). In parallel, African social movements have often turned their backs on politics to focus on preoccupations and projects that are more strictly economic (Boulianne, Beaulieu, 2004). Investment in the economic arena may be a way of calling into question national or international power structures. However, it has repercussions on the work of those involved, particularly women, for whom the «responsibility» of development is a further addition to the many productive and reproductive activities they devote themselves to and which remain unrecognised (Bisilliat, Fieloux, 1983; Delphy, 1998; Tabet, 1998). Thus, collective women's actions have multiplied with the aim of improving family incomes over the past 20 years in sub-Saharan Africa (Ryckmans, 1997).

The groups I refer to here do not claim to be part of recognised and institutional feminist movements. In this sense, their actions do not directly aim to transform the social order according to gender. These organisations rarely identify themselves as being feminist. At the very most, they encourage the participation of leaders at international feminist meetings, as in the case of one of these unions of women's groups in Burkina Faso. There are several versions as to the genesis of this group, but currently the most official one is that it encouraged one of the women founders to participate at the International Women's Conference in Beijing in 1995 (United Nations). Nonetheless, these groups can be linked to feminist organisations, which develop their actions and practices and can give them access to political networks at a national and international level.

In this paper, I highlight the issues and challenges involved when projects with an economic objective are adopted by women's organisations in Africa. Using the example of groups that produce shea butter in Burkina Faso, I raise questions about the socio-economic changes occurring at different levels (organisational, family), linked to the women's commitment to participate in collective income-generating actions. The products these groups of women produce – namely shea butter and soaps – are now predominantly destined for a global market, particularly in Europe, North America and Japan, as opposed to simply a national market (Chalfin, 2004; Saussey, 2012b; Elias, Saussey, 2013).

The findings from this study are based on field surveys that were conducted with the shea butter production groups in central and eastern Burkina Faso between 2004 and 2006, respectively. In Burkina Faso, shea butter is developed in almost all of the regions except in the north where the tree is not found (Terpend, 1982 ; Serpentié and *al.*, 1996).

Shea butter: coveted local resources

Liberalisation and structural adjustment policies imposed by the Bretton Woods institutions in Burkina Faso, which called for a reduction in public spending and state withdrawal from many public services (particularly health and education), increased the impoverishment of local populations and the structural inequalities between men and women. In this context, women have to deal with greater family responsibilities and increasingly difficult living conditions (male migration, widowhood). In order to counter this situation, bilateral and multilateral aid organisations are encouraging and supporting the creation of women's production groups (Bisilliat, 1985). These development programmes, whose policy is very linked to the «women in development» (WID) approach, but also to that of economic globalisation, consider that integrating everyone in the market is essential in order to fight poverty (Mestrum, 2003). Sponsors consider that women producers should join these projects to gain access to international markets and, as a result, improve their income, become more autonomous and gain real equality in terms of their fundamental rights.

The interest that these development institutions have in the groups was very much influenced by western ideologies of the «community» myth of African societies (Jacob, Lavigne Delville, 1994; Olivier de Sardan, 1995; Defourny et al., 1999). The ideologies were inspired both by the Christian and socialist traditions that existed at the start of colonization and have been revised in contemporary times in the policies of NGOs and many sponsors. The people involved in the projects consider the existence of collective activities to be the symbol of a «community tradition» and as proof of the populations' motivation for the projects. In this way, the development institutions not only ignore the conflicts of interests between social stakeholders, but also idealise the methods of regulation used by these societies. Lastly, they do not take into account the changes that are occurring between the «traditional» forms of collective action and the new groups.

For 10 years, we have witnessed a growing demand for «natural» products from large cosmetics industries, such as L'Occitane, L'Oréal, Nature & Découvertes, etc. Among the new «top of the range» products proposed to western consumers (Elias, Saussey, 2013), shea butter is highly coveted for its physico-chemical qualities and often used as an ingredient for skin care creams, shampoos, etc. This source of fat is also used in the food-processing industry for different purposes. Shea butter is incorporated as a «cheap» ingredient for margarine or as a substitute for cocoa butter (Fold, 2000). This explains why, in the face of a growing demand for these tree derivatives, bilateral and multilateral aid organisations increasingly seek to facilitate the international marketing of shea products. Their objectives are to help women producers become more professional in terms of techniques and standards in order to meet the quality and quantity requirements demanded by the industries (Saussey, 2011a).

The shea tree (*Vitellaria paradoxa* C.F. Gaertn.) is an endemic species in Burkina Faso. This symbolic tree that is part of the daily life and history of local populations (Kaboré, 1987). The butter is part of important stages in social life: at birth newborn babies are massaged with the butter (Ruyssen, 1957); women eat large amounts of butter before their weddings to give them strength (Fiéloux, 1993); and the butter is used to heal the wounds of initiation (Biquard, 1992). In general, shea butter is also used in some typical traditional dishes in Burkina Faso, in which the butter is very appreciated (beans, sauce, frying fritters, etc.) (Saussey, 2012a). In addition, this fat also has important uses in cosmetics (body care) and pharmacology (burns, fractures, etc.). Lastly, shea butter is sometimes used as a source of energy for household lighting, although this practice is less and less frequent. More generally, the different uses of shea butter are profoundly linked to women's domestic space.

The manufacture of shea butter, is associated with a traditional women's practice, which requires specific understanding and know-how (Saussey, 2011a). The series of technical operations is a long process, which can take several days. The processing of shea butter can be conducted individually or collectively in domestic spaces depending on the desired quantities and the destination of the end product (home consumption or local sale). Thus, the extraction of the fat is the result of collective work. Women help each other at the most difficult stages, particularly for grinding the kernels or churning the brown shea paste.

In the past several years, new forms of work groups have emerged for producing shea butter. Their structure varies, depending on the financial and technological means offered by sponsors (Saussey, 2012b). There are two main types of collectives:

\ groups in which women transform their raw material with limited equipment. This situation is linked to: technological difficulties, particularly with regard to shea presses or churns, which are poorly adapted to women's work; and also the high cost of equipment, which receives little in the way of subsidies from sponsors or the state, and expensive spare parts (generally only available abroad).

\ groups that are semi-mechanised and in which one or more technical operations are conducted with the help of machines, such as presses.

The aim of creating organisations is to add value to shea butter and its derivatives (particularly, soap). Through these organisations, women establish links with development institutions that may give them social recognition and economic support. The institutionalisation of these women's activities is accompanied by social and economic changes at different levels, which we will now analyse.

Women's organisations: places of social recombining/reorganisation

The groups have one thing in common: they exclusively female spaces. This is of tremendous importance for the women, and it makes it easier for women to have access to a space in which they can organise themselves more readily. Many experiences of mixed economic organisations have shown that women were often relegated to a subordinate role, while the positions of power and decision-making were given to men (Bisilliat, 1985). When male members of a family or group are absent, the women organise themselves and feel more legitimate when it comes to occupying a space that they had found difficult to occupy beforehand.

In Burkina Faso, the first «women and shea» project was conducted in 1987 by SNV (the Netherlands' volunteer corps) in Koudougou. Some groups are now based on traditional mutual aid networks, whereas others are only set up to gain access to resources on offer or to establish the authority of certain women within the new federative institutional framework that is proposed.

Organisations in Burkina Faso are usually based on the principle that individual membership is free and voluntary, although some social networks play an important role in recruiting women. Groups bring together women of different ages and matrimonial status from the same town or village, with more or less close links. More specifically, the majority of members are usually made up of women from the same lineage. Nonetheless, new networks of solidarity beyond links of kinship can develop: spouses, co-spouses, daughters, aunts and nieces work with women that would not have been brought together «traditionally» (Saussey, 2011b).

The fact that women are joining organisations has meant that these collectives are formalised and structured on the basis of new rules and modalities. In Burkina Faso, the development institutions explain to the women that their

group of «origin» should henceforth be directed by a «board» made up of a president, a secretary, a treasurer and often a communications officer. The official representatives of a group are usually nominated by vote. They are chosen for their personal qualities, their competence and personality. The key positions (president and treasurer), on the board of a group remain in the hands of senior women and women who are close to men with important positions in the district or village. The position of president of a union of groups is generally held by women who have benefited from higher education and exercised a prestigious profession (manager, civil servant, elected politician, etc.). The new bureaucracy in the collectives also makes it possible for women to hold a decision-making position or be a collective representative because they are competent even though their social status and personality would not have traditionally allowed them to do so. This is notably the case for the position of secretary, which encourages women who are often young and literate and would otherwise have been excluded from any position of power because of their age and status (Saussey, 2011b).

The structure of these groups now tends to result in the emergence or the consolidation of hierarchies between women. These organisations lead managers to transgress the norms of gender (Nadal, 2000). Thus, the leader is often very charismatic and dynamic. In societies in Burkina Faso, these qualities are rarely valued in women, so much so that few women want these characteristics. In order to establish their authority, the leaders tend to project an image of “protector”. In this role, they dare address men to convince them to let their wives join the organisations. In addition, many trips to national and international conferences bring them closer to managers in places of power. As a result, they are suspected of wanting to take the place of men because they come back with a sense of power that was previously unknown to them – public speaking being part of the male system of values.

Women’s membership in shea butter production groups has repercussions on gender relationships, particularly with regard to monetary resources and the ways in which this work is recognised within the domestic realm. In addition, the fact that the women’s actions are organised in a public realm means that they are visible and recognised, and can no longer be solely identified with the domestic realm (Guérin, 2007).

What recognition is there for women's work in social spaces?

Women in Burkina Faso are involved in collective action in order to improve their incomes or make them more secure. Nonetheless, they have to deal with numerous constraints imposed by the integration of their products in long marketing circuits (Elias, Saussey, 2013). This often penalizes the women producers who are dependent on outside orders. Women who produce shea butter are confronted with difficulties in terms of supply and price increases linked to the high number of male traders of shea kernels destined for European food-processing industries.

On examination, the income generated differs significantly between these organisations. Women from the shea butter production groups are paid per sack of processed kernels (750 CFA francs/holding vat of 20 kg, equivalent to 1.7 dollars), or per unit volume of butter produced (500 CFA francs/kg equivalent to 1.10 dollars). Lastly, given the projects' objectives to allow the maximum number of women to benefit from an income-generating activity, the groups often have to rotate the teams of women producers or divide an order between several groups (orders are allocated by the union and there are considerable inequalities between well-equipped urban groups and rural groups). Income varies considerably as a function of the orders: the better equipped urban groups allow women to work for quite long periods for a payment of between 1 500 CFA francs (3.40 dollars) and 15 000 CFA francs (33.60 dollars) per month.

Remuneration for this work, which was invisible until now, has given women a new form of social recognition. The role of «working woman» is not always valued and often it is the role of mother or spouse that gives women status (Puget, 1999). Nonetheless, as we have already underlined, the fact that sponsors support this activity publicly contributes to the new development of feminine identities

(Guérin, 2007; Ruiz Bravo Lopez, 2003). In fact, women's know-how for processing these products, which are coveted on the world market, has given them unprecedented recognition.

Women's commitment to groups is accompanied by a necessary temporal adjustment. The women continue to be subject to specific constraints because of their multiple roles, which affect their availability and mobility, among other things (Saussey, 2011b). Thus, to free themselves from some of their domestic work and childcare responsibilities, most women ask for the help of their daughters or of the daughter of a distant relative. This situation means that these young girls have even less chance of going to school than before and have to take on even heavier domestic workloads. In addition, even though these organisations have rules that sanction absence or lateness, in practice absence is very widely tolerated if it is linked to constraints that are specific to women or family events (marriage, baptism, etc.). Thus, despite these exogenous rules, the groups constitute spaces within which women have a degree of flexibility for their multiple activities.

Through projects aimed at women, development institutions are the vehicle for regulatory injunctions, which have a paradoxical effect. They touch on the emancipation of women by improving income. This can effectively give women more self-esteem and pride in their technical skills, yet it can also be the source of tension in the home. A power shift or task sharing on a domestic level do not necessarily accompany an additional workload and increased responsibilities for women.

Conclusion

To conclude, women's involvement in groups makes their production activity visible and gives them social recognition for their productive role. Their organisational practices also engender transformations in social relationships between women and among women and men. The members of the organisations do not seek social change *a priori*. The desire for social change is linked to a context of opportunities, which puts social relationships in perspective. Thus, group members may not argue for change, all the while transgressing rules and occupying new spaces. However, the changes that are outlined will only be sustainable if women can develop their capacities and their resources. This can only happen if there is an accompanying change in the social rules and norms linked to gender.

References

- Anne BIQUARD, 1992.
«Femmes et innovation technologique : pertes sans profit. L'exemple du beurre de karité», Bisilliat J. (ed.), *Relations de genre et développement. Femmes et sociétés*, Paris, ORSTOM, pp. 169-185.
- Jeanne BISILLIAT, Michèle FIELOUX, 1983.
Femmes du Tiers-monde : travail et quotidien, Paris, Le Sycomore.
- Jeanne BISILLIAT, 1985.
«La participation des femmes aux coopératives mixtes : temps et idéologie», *Revue Tiers Monde*, t. XXVI, n° 102, pp. 409-415.
- Manon BOULIANNE, Elsa BEAULIEU, 2004.
«Mouvements des femmes, économie solidaire et développement local en Amérique latine», Favreau L., Larose G., Salam Fall A. (ed.), *Altermondialisation, économie et coopération internationale*, Paris, Karthala/Québec : Presse de l'université du Québec, pp. 130-157.
- Brenda CHALFIN, 2004.
Shea Butter Republic, New York, Routledge.
- Jacques DEFOURNY, Patrick DEVELTERE, Bénédicte FONTENEAU (ed.), 1999.
L'économie sociale au Nord et au Sud, Bruxelles, De Boeck.
- Christine DELPHY, 1998.
L'ennemi principal. 1. Économie politique du patriarcat, Paris, Syllepse.
- Marlène ELIAS, Magalie SAUSSEY, 2013.
«'The Gift that Keeps on Giving': Unravelling the Paradoxes of Fair Trade Shea Butter», *Sociologia Ruralis*, April 2013, vol. 53, issue 2, pp. 158-179.
- Michèle FIELOUX, 1993.
Biwanté. Récit autobiographique d'un Lobi du Burkina Faso, Paris, Karthala.
- Niels FOLD, 2000.
«A matter of good taste? Quality and the construction of standards for chocolate products in the European Union». *Cahiers d'économie et sociologie rurales*, n° 55-56, pp. 91-110.
- Isabelle GUÉRIN, 2007.
«Économie solidaire et rapports de genre», Laville J.-L. (ed.), *L'économie solidaire. Une perspective internationale*, Paris, Hachette Littératures, pp. 245-276.
- Jean-Pierre JACOB, Philippe LAVIGNE DELVILLE, 1994.
Les associations paysannes en Afrique, Paris, Karthala.
- Oger KABORÉ, 1987.
«L'arbre dans la pensée symbolique chez les Moose : l'exemple du néré, du karité et de l'acacia albida», Séminaire national *Les essences forestières locales*. Ouagadougou, 6-10 juillet 1987, pp. 34-45.

Francine MESTRUM, 2003.
«De l'utilité des femmes pauvres dans le nouvel ordre mondial», Bisilliat J. (ed.), *Regards de femmes sur la globalisation*, Paris, Karthala, pp. 35-73.

Maxine MOLYNEUX, 2001.
Women's Movements in International Perspective. Latin America and Beyond, New York, Palgrave Macmillan.

Marie-Josée NADAL, 2000.
«Les présidentes des coopératives féminines du Yucatan : transgressions du genre et reproduction sociale», *Revue Tiers Monde*, t. XLI, n° 164, pp. 865-884.

Jean-Pierre OLIVIER DE SARDAN, 1995.
Anthropologie et développement, Paris, Karthala.

Françoise PUGET, 1999.
Femmes peules du Burkina Faso : stratégies féminines et développement rural, Paris, L'Harmattan.

Bernard RUYSEN, 1957.
«Le karité au Soudan», *Agronomie Tropicale*, n° 12, pp. 143-172 ; pp. 279-306; pp. 415-440.

Patricia RUIZ BRAVO LOPEZ, 2003.
«Identités féminines, culture et développement : étude comparative dans le milieu rural péruvien», Verschuur C., Reysoo F. (ed.), *Genre, pouvoirs et justice sociale*, Cahiers genre et développement, n° 4, Paris, L'Harmattan, pp. 193-209.

Hélène RYCKMANS, 1997.
«Les associations féminines en Afrique : une décennie d'ajustement après la décennie de la femme», Bisilliat J. (ed.), *Face aux changements, les femmes du Sud*, Paris, L'Harmattan, pp. 195-219.

Magalie SAUSSEY, 2011a.
«Le barattage des savoirs. Circulations des ressources et apprentissages des artisanes burkinabè dans la globalisation», *Revue d'anthropologie des connaissances*, vol. 5, n°3, pp. 551-572

Magalie SAUSSEY, 2011b.
«Initiatives féminines et économie sociale et solidaire dans la production du beurre de karité au Burkina Faso», Guérin I., Hersent M., Fraisse L. (ed.). *Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale*, Paris, Erès/IRD, pp. 107-128.

Magalie SAUSSEY, 2012a.
«L'arbre à beurre' (*Vitallaria paradoxa*) et sa consommation alimentaire au Burkina Faso», Boëtsch G. et al. (ed.), *Plantes du Sahel. Alimentaires, médicinales et cosmétiques*, Paris, CNRS Editions, pp. 183-199.

Magalie SAUSSEY, 2012b
«Promotion des presses, émancipation des femmes? », De Lame D., Mazocchetti J. (ed.), *Interfaces empiriques de la mondialisation. African junctions under the neoliberal development paradigm*, Ter-vuren, Musée royal de l'Afrique centrale, pp. 145-166.

Georges SERPENTIE and al., 1996.
«Pratiques et enjeux de la culture du karité (*Butyrospermum paradoxum* Gaertn.f.Hepper) dans l'Ouest du Burkina Faso», Floret C. (ed), *La jachère, lieu de production*, Bobo-Dioulasso, CNRST/ORSTOM, pp. 59-72.

Paola TABET, 1998.
La construction sociale de l'inégalité des sexes. Des outils et des corps, Paris, L'Harmattan.

Marie Noëlle TERPEND, 1982.
La filière karité. Produit de cueillette, produit de luxe, Paris, Les dossiers faim-développement.

La Economía Solidaria en Ecuador:

Entre la Colonialidad del Poder y el Buen Vivir

Desde una mirada feminista crítica

Margarita AGUINAGA Barragán*

Nota biográfica

Margarita Barragán é socióloga, feminista e pertence à AMPDE (Assembleia de Mulheres Populares e Diversas) do Equador. Até 2012 foi investigadora do IEE (Instituto de Estudos Equatorianos). É especialista e consultora em temas de Sociologia Política, Economia e Género.

RESUMEN

Desde una mirada feminista crítica, este artículo muestra por un lado, los cambios entre el 2008 – 2013, en tres planos, por un lado, en términos del cambio de modelo de desarrollo del neoliberalismo al neodesarrollismo, proceso impulsado por la «Revolución Ciudadana» liderado por el presidente ecuatoriano Econ. Rafael Correa; el otro plano de reflexión es el de la lucha feminista y sus tendencias dentro y fuera del gobierno, en tanto movimiento de mujeres, sentido de orientación política y sus vínculos fundantes con la ES en el Ecuador; y, finalmente, la situación de la ES, su debilitamiento cada vez mayor por el anunciado cambio de matriz productiva desde el gobierno hacia el modelo de industrialización basada en el agro-negocio y los biocombustibles. El «progresismo» se muestra como una reedición de la colonialidad del poder y como lo alternativo, no solo de la ES y del feminismo, está siendo reducido nuevamente a procesos de descolonización en resistencia por fuera del Estado.

ABSTRACT

This paper seeks to show, from a critical feminist perspective, the transformations that have occurred in Ecuador between 2008–2013, with three regards: the shift from the development model of neoliberalism towards neodevelopmentalism, process which was led by the «Citizens's Revolution» of economist and President Rafael Correa; the feminist struggle and its tendencies both inside and outside the sphere of government, namely as women's movements, political orientations and founding relationships with the Solidarity Economy (SE) in Ecuador; finally, the current situation of SE, which has been weakened due to the shift of productive patterns echoed by the government, promoting an industrialization model based on agrobusiness and biofuels. The «progressivism» seems to be the reedition of the coloniality and the alternative, not only of SE and feminism, is being again reduced to decolonization processes and resistance outside the State.

Las categorías políticas: Economía Solidaria, Feminismo, Descolonialidad, Buen Vivir, Pachamama, y otras, asumieron poder en la lucha política de los actores sociales, que frenaron el Neoliberalismo, a finales de los años noventa e inicios del año 2000. Producto de las pequeñas transformaciones alcanzadas en el Ecuador, en la etapa previa 1997–2006 y durante los primeros años de gestión del Gobierno de Rafael Correa 2006–2008, la Economía Solidaria (ES), se constituyó en un importante sector de la economía ecuatoriana, involucrado directamente en la trama política, construyendo un tejido social propio, con un peso institucional importante que ha promovido un campo reflexivo antes no considerado, aportando mucho más con saberes y conocimientos para repensar alternativas a la crisis capitalista. Por ello, en el Ecuador, saludablemente, no hay un único sentido teórico ni político de estas experiencias.

En esos mismos años, diversos actores abrieron un momento de transición que posibilitaba dos vías en contradicción: a) entre neoliberalismo y políticas desarrollistas, b) entre desarrollismo y Sumak Kawsay (Buen Vivir); que han significado momentos de confrontación, retrocesos, avances y esperanzas diversas. Entre el 2010–2014, la transición ha finalizado, la situación ha tomado un giro hegemónico impulsado por el gobierno, no solo respecto a la Economía Solidaria (ES), pero refiriéndonos a ella, nuevamente hacia la reducción de las prácticas económicas a la subsistencia familiar que serán incluida subordinadamente al cambio de la matriz productiva basada en la agroindustria y la generación de biocombustibles para la exportación.

Por fuera del Estado, la ES, como pequeñas economías de resistencia, se mantienen por la tenacidad y la lucha viva mayoritariamente de las mujeres. El escenario político actual ya es otro y la contradicción política entre el debilitamiento de la institucionalización de las leyes y de la política pública, en cuanto a la formación de un Sistema

de Economía Solidaria logrados en la Constitución del 2008 y la persistencia entre la inclusión y la autonomía política por fuera del gobierno de las experiencias de ES y del Movimiento de Economía Solidaria – MESSE, es evidente.

El Buen Vivir-Sumak Kawsay, sigue siendo uno de los debates actuales. Apareció como consecuencia de la lucha anti-neoliberal. Ahora, para los pueblos indígenas, se ha ido convirtiendo en una crítica al desarrollismo del gobierno de Rafael Correa, aunque ya formaba parte de la concepción originaria, incluso antes de la colonización española; fue incluido en la Carta Constitucional del año 2008, como reconocimiento a la plurinacionalidad e interculturalidad de los pueblos ancestrales.

Interesa reflexionar estos contenidos teórico político de cara a la crisis de la hegemonía del pensamiento universalizante de la Modernidad, el desarrollismo, la opresión de género – también incluida por Quijano- y, la Economía Solidaria, las «identidades históricas coloniales – «indio», «negro», «blanco» y «mestizo» – y el complejo «raza» / «etnia» y sus consecuencias en el poder contemporáneo, [...] en las relaciones intersubjetivas que forman la otra cara del poder, el otro fundamento del poder»¹.

El objetivo de este trabajo es aportar a este colectivo proceso de reflexión teórica y política desde la economía solidaria, la colonialidad del poder, la naciente teoría crítica al neo-desarrollismo y la teoría feminista, a partir de las siguientes preguntas: ¿Cuáles son las transformaciones generales de la consolidación del neo-desarrollismo?, ¿cuáles sus tensiones políticas entre la lógica productivista, la colonialidad del poder y la propuesta del Buen Vivir?, ¿Existe el Buen Vivir impulsado desde las mujeres?; análisis que será aplicado, desde la experiencia de la Economía Solidaria en el Ecuador y el feminismo popular y diverso.

Existe una urgencia inmensa, generar análisis para repensar alternativas al desarrollismo.

La ES en la transición entre Neoliberalismo y Neo-Desarrollismo y la Colonialidad del Poder.

Es pertinente mostrar como la ES, se desenvuelve en las tensiones del cambio de modelos económicos, allí cobra cuerpo su potencialidad política, sus avances y retrocesos, su capacidad de transformar las relaciones capitalistas y las desigualdades étnico raciales y de género, y sus derrotas políticas.

En los últimos años ha ido surgiendo en América Latina, en el marco de *los gobiernos progresistas*, la categoría Neo-Desarrollismo. Cuando inicialmente ocurrieron estos cambios estructurales, se decía que se había abierto una primera fase de transición del neoliberalismo al desarrollismo y que varios gobiernos, se encaminaban hacia el socialismo u otra alternativa que aún sin ser completamente definida, como en el caso ecuatoriano y boliviano, respectivamente, se le empezó a llamar camino hacia el Buen Vivir o Vivir Bien.

El desarrollo

Se cita respectivamente a Marañón B., Gudynas E., Acosta A., para exponer sus conceptos de desarrollo, desde tres planos reflexivos: su relación con la modernidad, los gobiernos progresistas y el extractivismo actual.

«el «desarrollo» es un proyecto del capitalismo no sólo en lo económico sino en lo cultural porque surge de la experiencia particular de la modernidad europea y subordina a las demás culturas y conocimientos, a las cuales pretende transformar (modernizar) bajo principios occidentales para salir de la tradición, del subdesarrollo y pasar a la modernidad y al desarrollo. El desarrollo privilegia el crecimiento económico, la explotación de los recursos naturales, la lógica del mercado y la búsqueda de satisfacción material e individual por sobre cualquier otra meta; e involucra una serie de principios: el individuo racional, no atado a ningún lugar ni comunidad, la separación de la naturaleza y de la cultura; la economía separada de lo social y natural, la primacía del conocimiento experto por encima de todo otro saber erosionando la diversidad humana y cultural»²

«se consolida a mediados del siglo XX una visión del desarrollo como un proceso de evolución lineal, esencialmente económico, mediado por la apropiación de recursos naturales, guiado por diferentes versiones de eficiencia y rentabilidad económica. [...] defienden el crecimiento económico como sinónimo de desarrollo y conciben que lo logran aumentando las exportaciones y maximizando las inversiones [...] dan un fuerte apoyo al *extractivismo* de recursos mineros e hidrocarbúricos, en tanto son medios para lograr ese «crecimiento» por medio de exportaciones.»³

«Esta característica es muy propia de los países que tienen economías dependientes del petróleo y minerales; les es muy difícil encontrar otras vías porque están «atrapados en una lógica perversa conocida [...] como «la paradoja de la abundancia» o la «maldición de los recursos naturales [...] Utilizaremos el término de extractivismo cuando nos referimos a aquellas actividades que remueven grandes volúmenes de recursos naturales que no son procesados (o que lo son limitadamente), sobre todo para la exportación. El extractivismo no se limita a los minerales o al petróleo. Hay también extractivismo agrario, forestal e inclusive pesquero»⁴.

Se podría decir que la transición al desarrollismo, se ha ido integrando a la lógica de las transiciones capitalistas, no socialistas – comunistas. Hay una lógica más de continuidad que de ruptura⁵ del extractivismo, un giro hacia la consolidación de un modelo de desarrollo basado en el «cambio de matriz productiva» para el crecimiento económico y el productivismo de la agroindustria, el proceso de sustitución de importaciones por la diversificación productiva nacional para la exportación, la tecnologización y la generación de conocimiento para lograr valor agregado, es decir, para la acumulación de capital de sectores comerciales y productivos monopólicos «emergentes».

«10.4. Impulsar la producción y la productividad de forma sostenible y sustentable, fomentar la inclusión y redistribuir los factores y recursos de la producción en el sector agropecuario, acuícola y pesquero. a. Fortalecer la producción rural organizada y la agricultura familiar campesina, bajo formas de economía solidaria, para incluirlas como agentes económicos de la transformación en matriz productiva, promoviendo la diversificación y agregación de valor y la sustitución de importaciones, en el marco de la soberanía alimentaria»⁶.

El neo-desarrollismo, mantiene una tensión conveniente y subordinante con aquello que sigue representando el neoliberalismo: muestra que no fue una mera ideología o abstracción teórica ni solo un proyecto de los grupos dominantes, sino una estructura de clases, que anidaba una serie de contradicciones étnicas y de género, que hacía parte de la médula de los imaginarios colectivos.

Conforme se cambian las reglas de juego, para avanzar hacia el desarrollismo, se va transformando de a poco el proceso de acumulación de capital desde un Estado centralizado y «poderoso». El proceso de reformas estructurales, impulsadas por estas fuerzas políticas en el gobierno, provocó cambios del marco jurídico, con la Constitución del 2008 promoviendo la ideología de la «revolución ciudadana», a través de los medios de comunicación estatal.

Los sectores sociales entre ellos los de la ES, son más bien subordinados poco a poco por medio del Estado, integrados a través de políticas sociales asistenciales, aunque, cuando no responden adecuadamente a los pactos sociales, se aplica la coerción selectiva.

Aparece el desarrollismo como la vía de la *reforma capitalista del modelo neoliberal*. El Estado no muestra reales procesos de ruptura con el capitalismo. Para el 2013, se ha cerrado el proceso de transición que contenía entremezcladas aspiraciones de un capitalismo más humano, con vagas ilusiones de ir hacia el socialismo o como en el caso ecuatoriano, deja atrás, aunque no discursivamente, al Buen Vivir como alternativa al capitalismo.

Desarrollismo y colonialidad del poder

El cierre de la transición hacia el desarrollismo va a la par de la crisis de la hegemonía del pensamiento universalizante de la Modernidad, que se reedita a nivel nacional y a nivel internacional. Cuando se abre la transición entre modelos, emergen una serie de pensamientos que critican al neoliberalismo, junto con aspiraciones de crecimiento económico y bienestar para los países, combinando ilusiones y demandas con una aspiración de un cambio más profundo. Pensamientos que finalmente se doblegan como en el Ecuador, porque el *crecimiento económico es dependiente* de esa misma Modernidad en crisis.

Al respecto varios elementos. *Primero*, en estas circunstancias de crisis internacional, tampoco la orientación es únicamente hacia el pensamiento eurocéntrico. La crisis de la hegemonía de la modernidad capitalista, ha propiciado que varios de los gobiernos de América Latina, entren en la búsqueda no solo de otros mercados y capitales para la inversión, sino se sostiene en «otras» racionalidades que se alinean con los intereses de los desarrollismos emergentes, con la ilusión de lograr un salto hacia la conformación de fuertes aparatos productivos nacionales. Es más fuerte la relación entre estos gobiernos, la Unión Europea y la China. Sin embargo, todas las variantes de vínculos de estos capitales están dentro de las fronteras de subordinación a los países desarrollados.

Segundo, el neo extractivismo, responde al «eurocentrismo y su idea matriz es la separación de las esferas de valor, de la evaluación en el cálculo de la acción social con arreglo a medios-fines, con una racionalidad formal, instrumental como único criterio de verdad, que deja de lado otras formas de conocimiento»⁷. El desarrollo se vuelve a convertir en una opción en que impera la lógica de la racionalidad capitalista. Se basa en el progreso y no en la solidaridad. Una lucha entre economías fuertes sobre economías débiles. Y se vuelve a

marcar el dominio territorial a partir de negocios comerciales que establecen relaciones orientadas a un crecimiento economicista dependiente, con el debilitamiento de la soberanía nacional. Se exige la extracción de recursos, con la idea de alcanzar el crecimiento y el bienestar social.

La pregunta que surge es si los gobiernos desarrollistas han logrado un proyecto político propio, o es una reedición de los modelos de sustitución de importaciones, del nacionalismo de 1960 – 1980. Pero las categorías que se utilizan ahora, son variadas: Buen Vivir, Matriz Productiva, pero más indica una reedición académica y política subordinada a las lógicas y pensamiento del capital productivo «emergente» lleno de retórica y discursos políticos progresistas que hacen parecer que los gobiernos progresistas impulsarán un proceso teórico, político e histórico “alternativo” de los países desarrollados.

Tercero, se produce de a poco como indica Marañón la «Colonización de la Subjetividad»⁸. Como se ha dicho el desarrollo como tal no es solamente «un proyecto económico sino cultural». Al colocar nuevamente el desarrollismo, como única vía, los saberes solidarios, comunitarios y críticos son desprestigiados. Se castiga a quien no quiere ir hacia el desarrollismo.

«Las formas de producción de conocimiento de los colonizados, sus patrones de producción de sentidos, su universo simbólico, sus patrones de expresión y de objetivación de la subjetividad. La represión en este campo fue conocidamente más violenta, profunda y duradera entre los indios de América ibérica, a los que condenaron a ser una subcultura campesina, iletrada, despojándolos de su herencia intelectual objetivada»⁹

Se busca someter a otras culturas y saberes diferentes a la lógica de la modernidad europea como si se rivalizara con una especie de «modernidad asiática». El Estado, incluye subordinadamente ciertos saberes alternativos, usa la represión y la ridiculización de los saberes sobre todo del movimiento indígena, las mujeres y los trabajadores. En el Ecuador hay un crecimiento inusitado de técnicos profesionales en el Estado, que aplican proyectos que rompen con la diferencia entre economía solidaria y agro-negocio, mezclando lo uno con lo otro bajo el término inclusión productiva para el Buen Vivir. La “nueva” orientación de la gestión empresarial.

Entonces, la colonialidad del poder, se vuelve otra vez, el andamiaje que transversaliza la fase de descenso del neoliberalismo, en cuanto el ascenso y afirmación alienante del primer momento de políticas desarrollistas de los «gobiernos progresistas», equiparando Buen Vivir a medidas de transferencia condicionada.

Si algo se opone a la colonialidad del poder, por debilitamiento de los aspectos democráticos fuertes de inicios del año 2000, son entre otros, los movimientos de economía solidaria que están con un vínculo dentro y por fuera del Estado.

“Desarrollismo”¹⁰ y Buen Vivir en el Ecuador

«En el Ecuador, desde el año 2006, el proceso de tensión es profundo entre «Desarrollo» y Buen Vivir»¹¹. Algo de las propuestas democráticas, se plasmaron de forma incompleta, al menos en la piel de las normas jurídicas, en los planes nacionales y en la vida de la gente, por medio de la Reforma Estructural del Estado, las alianzas interinstitucionales y la movilización política. Cada vez más, saltan como resortes, la dualidad de concepciones, prácticas, cosmovisiones, pertenencias de clase, género, etnia y los límites del desarrollismo, entre 1) el gobierno, 2) los movimientos indígenas, de mujeres, de economía solidaria, intelectuales y ecologistas, y, 3) las fracciones de los grupos dominantes que a la final se van alineando a la propuesta del gobierno y viceversa. Se ha tornado más complejo, provocar alianzas amplias y concretar transformaciones más profundas.

Entre el año 2009 y el 2012, el pretendido salto del modelo neoliberal en crisis, al modelo de la «Revolución Ciudadana», como el camino hacia el «Socialismo del siglo XXI», cada vez menos logra alcanzar los derechos económicos, sociales y culturales igualitarios e integrales.

Cada vez se contraponen el cuidado de la vida, con la firma de contratos megamineros¹²; la ampliación de la frontera petrolera, de centrales hidroeléctricas, de obras viales, versus la posibilidad de una reforma agraria.

La «Revolución Ciudadana», no logra escapar de la universalización teórica europea, el pensamiento de fondo es intensificar la concentración del poder en el Estado con una mínima participación del ciudadano.

Y se ha acentuado la confrontación con varios de los más importantes actores políticos: los movimientos sociales¹³, sectores intelectuales, que dicen que no hay pasos significativos al Sumak Kawsay¹⁴, más bien retrocesos constitucionales frente a la histórica lucha antineoliberal. El gobierno les acusa de «terroristas», «ecologistas infantiles», «golpistas», “malcriaditas”, “feministas peligrosas” y ha iniciado juicios penales en contra de indígenas y hombres y mujeres de los movimientos sociales¹⁵.

Un camino que renace hacia el Buen Vivir

En este camino, se dio un primer paso, como se señala en *La colonialidad del poder y la economía solidaria. Apuntes para la reflexión teórico-metodológica del Grupo de Trabajo Economía Solidaria, CLACSO*¹⁶, al contar con reconocimiento constitucional:

«las bases de este nuevo modelo se evidencian en la relación triangular que la Constitución Ecuatoriana construye entre los derechos de la naturaleza, el buen vivir y el régimen de desarrollo. Así, la Carta Constitucional establece:

i) «La naturaleza o Pachamama donde la vida es reproducida y realizada tiene el derecho a un respeto integral de su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos de vida [...] La Pachamama tiene también el derecho a la reparación o restauración (Art. 72);

ii) El Buen Vivir, además de ser un eje transversal, tiene su propio régimen con más de 75 artículos que incluyen el agua y alimentos, la naturaleza, [...] conocimientos ancestrales, biodiversidad, sistemas ecológicos, energías alternativas, y derechos individuales y colectivos para los grupos históricamente desprotegidos. Lo que sobresale es la significación social, económica y epistémica del Buen Vivir y la relación integral que éste construye entre los seres humanos, el conocimiento y la naturaleza. La naturaleza es entendida extensamente como la condición esencial de las prácticas socioculturales, territoriales, espirituales, ancestrales, éticas, estéticas y epistémicas de la vida misma;

iii) El tercer y punto final del triángulo es el Régimen de Desarrollo, descrito en la Constitución como la articulación organizada, sostenible y dinámica de los sistemas económico, político, sociocultural y ambiental que garantice el logro del Buen Vivir o Sumak Kawsay»¹⁷

La última movilización por el Agua, la Vida y la Dignidad de los Pueblos¹⁸, y en el 2013, el llamado a Consulta Popular para evitar la explotación petrolera del Yasuní¹⁹, la marcha de las mujeres amazónicas, exigiendo al gobierno que el petróleo se quede bajo tierra, muestra que hay en juego una tensión entre la vía al desarrollismo y el camino hacia el Buen Vivir. El gobierno va por consolidar el proceso de reforma capitalista en curso, tiene la mayor fortaleza, cuando otros, caminan por el Buen Vivir y el respeto a la Pachamama. Emergen movilizaciones de resistencia al neo-extractivismo, por la defensa del agua, los recursos naturales, las economías de subsistencia, el acceso a la tierra, la seguridad social, los derechos de la naturaleza, la profundización de los derechos de mujeres, indígenas, etc., encabezada por los pueblos indígenas y los movimientos sociales que exigen la aplicación de la Constitución del 2008. Pero tampoco alcanzan a ser una síntesis de todas las demandas.

La disputa es política y epistémica. Para sectores del gobierno, el Buen Vivir, debe ser el *bienestar social* incluido en el Estado, que sirve de cortina a la reestructuración de las relaciones de clase, de género y etnia, y a las formas de coerción. Para otros, el Buen Vivir es una manera de descolonizar y despatriarcalizar²⁰ el poder de generar una intersubjetividad no antropocéntrica, por medio de la recuperación de los saberes ancestrales, el reconocimiento del Estado Plurinacional, desde el sentido de lo comunitario que es la centralidad de la vida, basada en la integración de los derechos humanos y de la naturaleza, que integren y armonicen deseos y necesidades sociales, con la economía, entendida como el conjunto de relaciones para el cuidado de la vida y no para la sostenibilidad del capital.

«Para Quijano el poder, en la experiencia histórica conocida, es una trama de relaciones de dominación, explotación y conflicto por el control de cada uno de los cinco ámbitos fundamentales o decisivos de la existencia social humana que él identifica: *trabajo, género/sexualidad, autoridad, intersubjetividad y naturaleza*. Las distintas formas históricas de articulación entre esas instancias del poder conforman un determinado patrón de poder»²¹.

En consonancia con Quijano, el Buen Vivir, es un proyecto político en construcción, una búsqueda de alternativas al desarrollismo²² en la confrontación a la estructura colonial, clasista, patriarcal y racista, que ha provocado no solo el exterminio de poblaciones originarias y de culturas ancestrales sino violencia, femicidio²³ y la destrucción de la Pachamama.

El Buen Vivir, puede ser un camino abierto por una «epistémica subalterna²⁴» en tanto las relaciones epistémicas de solidaridad y reciprocidad, hacen parte del centro sagrado entre los pueblos y la Pachamama. Des-oprimir al ser humano y a la Pachamama, da sentido a la lucha por el Buen vivir, es la base de complementariedad de la vida, para tener voz propia y resistir. Este campo de la protesta social ecuatoriana, también integra voces diversas como la del feminismo popular.

Las Claves feministas, desde los enlaces de género, clase y etnia

Clave 1: Descolonizar la sociedad, desde las diversas luchas de género

En 1980 – 1990, en el Ecuador, las feministas ecuatorianas incorporaron conceptos como el de Joan W. Scott.

«El género: una categoría útil para el análisis histórico»²⁵, en que dice: el género es una manera de denotar las «construcciones culturales», la creación totalmente social de ideas sobre los roles apropiados para mujeres y hombres [...] El uso de género pone de relieve un sistema completo de relaciones que puede incluir el sexo, pero no está directamente determinado por el sexo ni es directamente determinante de la sexualidad»²⁶.

Para el feminismo ecuatoriano, esto años sirvieron para incluirse en los debates internacionales, adoptar la categoría género como criterio de análisis para la acción feminista de inclusión de derechos humanos en el Estado. En los años noventa, emergen con más claridad, dentro del feminismo ecuatoriano dos tendencias más visibles: el feminismo institucional (liberal) ²⁷ y el feminismo desde los movimientos sociales. Desde 1995, los feminismos habían centrado su lucha política en integrarse a la institucionalidad pública, asumen que las transformaciones en el Estado son las que van a modificar las relaciones machistas; muchas desde las ONG hacen intermediación entre el Estado y las mujeres y, en gran medida se alinearon con la concepción del GAD., orientado fundamentalmente a la promoción de derechos y de políticas públicas de género, desde arriba, para la inclusión en el desarrollo capitalista, mientras se distanciaban de las categorías patriarcal, feminismo, capitalismo e izquierda. Otros procesos feministas, más bien optaron por vincular el debate de género en las luchas antineoliberales propiciadas por el

movimiento indígena, campesino, el naciente movimiento de la Economía Popular y Solidaria (EPS), las redes de Finanzas Populares y Solidarias. Su planteamiento se diferenciaba del feminismo institucional liberal, porque asumían que los derechos humanos para las mujeres no era la finalidad del género, utilizaban la categoría al género para cuestionar la opresión sexual, vinculada a la crítica al modelo de desarrollo, se aproximan de a poco a las categorías feminismo, patriarcado, colonialidad y capitalismo, relacionándolas con la diversidad sexual, estado plurinacional, democracia, planteando que la lucha de género debe ser dentro y fuera de la institucionalidad estatal, familiar, organizativa y priorizando la formación de las organizaciones de mujeres para propiciar cambios²⁸. Todas las tendencias feministas, estuvieron cruzadas, por la concepción del Género para el Desarrollo.

En 1998, ocurre que por primera vez en la historia ecuatoriana, bajo unas alianzas entre indígenas, campesinos, ecologistas, grupos de la diversidad sexual, representantes de gobiernos locales y todas las tendencias mencionadas del feminismo, confluyen y logran incluir los derechos humanos y colectivos de todos estos sectores sociales, en una convergencia que matiza la Constitución neoliberal.

En un contexto de crisis política del Estado y del capital financiero, se producen algunos giros, al respecto de la hegemonía de las clases dominantes sobre los movimientos indígenas y ciudadanos. El feminismo institucional liberal, luego de ser incluidos los derechos humanos de las mujeres, entiende que el paso siguiente era profundizar derechos y ampliar la institucionalidad, pero el retroceso neoliberal también se lleva consigo al feminismo liberal, entra en crisis y se desencaja del momento que vivía el país. El feminismo más integrado a la resistencia antineoliberal, desde las mujeres indígenas, afros y mestizas empobrecidas y feministas más visibles dentro de la participación política, muchas de ellas dentro del activismo de los movimientos sociales y la reflexión política intelectual, no solo feminista; se había extendido por el país una serie de

organizaciones de mujeres de base, de diverso tipo, entre ellas las organizaciones de mujeres vinculadas a procesos de lucha en contra de la violencia a las mujeres, a procesos productivos de economía o comunitaria, de la defensa de la biodiversidad, de formas de autoconsumo solidario y de economía popular y solidaria; se produce el acercamiento del feminismo crítico a las mujeres de sectores populares. Reaparecen las categorías patriarcado, feminismo capitalismo y colonialidad de poder.

Desde finales del 2000 hasta el 2008, crece la lucha feminista por la des-colonialidad del poder y en el Ecuador se convierte en la resistencia feminista popular y diversa, que se ha atrevido a re-significar la categoría género, sobre todo desde las organizaciones de mujeres comunitarias, que incluyeron la economía solidaria y la crítica feminista.

El año 2013, hay un cambio de panorama, como parte de un año de constantes ataques del gobierno a las propuestas feministas, y de un viraje hacia posiciones patriarcales sostenidas públicamente, Rafael Correa se opone al aborto por violación y sanciona a dos mujeres asambleístas de su bloque²⁹, y luego dice que la ideología de género no se debe enseñar ni en escuelas ni en colegios, «porque es un peligroso fundamentalismo»³⁰, lo que lleva a distanciamientos entre el movimiento de mujeres y el debilitamiento de la «política de género» del gobierno.

Lo más crítico es que las afirmaciones del Presidente Correa, acentúan los valores patriarcales y el pensamiento de colonización del cuerpo de las mujeres entremezclados con el «apoyo» del gobierno a la igualdad de género. Así como se rechaza la ideología de género opciones sexuales diversas.

«Es cuestión de cambio cultural, se requiere un gran cambio cultural para cambiar la injusticia de género, pero una cosa es el movimiento feminista por la igualdad de derechos pero hay unos extremos y unos fundamentalismos, esa ideología que es peligrosísima que es la identidad de género. Académicamente son barbaridades que destruyen la base de la sociedad que es la familia convencional»³¹.

Con esto se ratifica que el gobierno desconoce las expresiones feministas que forman parte del movimiento de mujeres ecuatoriano que le cuestionan.

Clave 2: Colonialidad del Poder y Tendencias de la Economía Feminista

A continuación, se sintetiza el debate teórico político de las tendencias feministas actuales (2008 – 2013), frente al modelo económico:

Cuadro No. 1

Semejanzas de modelo de desarrollo desde el feminismo ecuatoriano

Feminismo liberal institucional	Feminismo diverso y popular
Semejanzas teorico discursivas	
1.- Todas las tendencias del feminismo ecuatoriano, han ido avanzado hacia una crítica al neoliberalismo, a la racionalidad economicista y a la concentración de los partidos políticos de la derecha. Los feminismos cuestionan al desarrollo, sea para exigir la inclusión, sea para buscar otras alternativas	
2.- La teoría feminista, deja de usar la categoría género como principio y final. Incluyen interrelaciones de clase, de género, etnia; categorías como división sexual del trabajo y carga global de trabajo, patriarcado, violencia, trabajo productivo para definir al trabajo remunerado y no remunerado, economía del cuidado en vez de trabajo doméstico	
3.- Se observa que el Estado es patriarcal, capitalista y racista, por lo tanto hay que generar un proceso de transformación cultural y de transversalización del género en todo el Estado y la sociedad.	
4.- El acceso al empoderamiento y al sistema de medidas afirmativas, a nivel electoral, en la inclusión de leyes, en el acceso a la institucionalidad de género y organizativas.	

Fuente: Sistematizaciones realizadas por Margarita Aguinaga, 2011

Cuadro No. 2

Diferencias de modelo de desarrollo desde el feminismo ecuatoriano

Feminismo institucional	Feminismo diverso y popular
Diferencias teorico discursivas	
1.- Se asume que la «Revolución Ciudadana» es un paso hacia el «Socialismo del Siglo XXI», eliminará el Neoliberalismo y el machismo de forma evolutiva. Las políticas de inversión social y redistribución incluyen a las mujeres, son focalizadas pero sirven a las mujeres	1.- El modelo es desarrollista y hay políticas de transferencias condicionadas, asistenciales no redistributivas, dirigidas mayoritariamente a las mujeres empobrecidas. Se mantiene una profunda desigualdad creciente entre ricos y pobres, aunque han disminuido ciertos niveles de miserabilidad
2.-Se dice que existe en marcha un proceso de transversalización de género en el Estado, que ha dado pasos agigantados, para des patriarcalizar la sociedad.	2.- Hay una parca inclusión de género en el Estado, pero no transversalización de género. Más está presente una re-patriarcalización de la sociedad, expresada en una continuidad de la división sexual del trabajo, se mantiene la inmensa carga global de trabajo, falta de acceso a empleo y crédito, los altos niveles de violencia sexual, femicidios, el aumento del autoritarismo del Presidente en contra del feminismo.
3.-Se sostiene que existe un avance en la interculturalidad y la plurinacionalidad en la sociedad, lo que ha disminuido el racismo en el Ecuador, con énfasis en mujeres indígenas y afros	3.-Se sostiene que existe un proceso de neo-colonización desde el Estado. Si, existe un avance en la interculturalidad y la plurinacionalidad en la sociedad, sin embargo, el pacto racista de las clases sociales sobre hombres y mujeres indígenas y afroecuatorianas..
4.-Se dice que han disminuido los niveles de impacto de la explotación petrolera, por medio de políticas de remediación y control del impacto ambiental y que no está afectando como antes a las mujeres.	4.- Se dice que se ha iniciado un proceso hacia el capitalismo verde con rostro humano. No hay una reforma agraria ni acceso a tecnologías limpias que realmente muestren una disminución del grave deterioro de la Pacha Mama.
5.-A través de los negocios inclusivos, se incorpora a las mujeres al ingreso y a la política redistributiva del Estado y avanza la ES, sobre todo para las mujeres	5.- La EPS ha sido institucionalizada en el Estado, y es una propuesta que si bien está reconocida en la normativa constitucional y legal, se está utilizando como una forma de adaptación al progreso, a una ampliación de negocios inclusivos, que se orientan hacia el mercado capitalista antes que la solidaridad. Se contraponen EPS a economía comunitaria y de recuperación de los saberes ancestrales
6.-Se expresa que debe reconocer sobre todo la esfera de la economía del Cuidado como la más olvidada, por lo que se necesita redistribución de la riqueza con la intervención del Estado, se alude al crecimiento económico para fomentar, por ejemplo la seguridad universal.	6.- Se dimensiona la Economía del Cuidado, no solo como el Cuidado doméstico.se ha vuelto a separar la esfera productiva de la reproductiva con un sobrecargo de trabajo femenino. Hay que hablar de economía para la vida y no para el capital.

Fuente: Sistematizaciones realizadas por Margarita Aguinaga, 2011

Clave 3: En la espiral del encuentro con el feminismo crítico

Sin dejar de reconocer los avances, se profundizan los enlaces de clase y de género como expresión del desarrollismo para el año 2013, el movimiento de mujeres es cuando más ha cuestionado los retrocesos del gobierno. Se ha encontrado más próximo a las ideas del feminismo descolonizador y crítico a pronunciamientos ultra conservadores mezclados con alabanzas progresistas desde el gobierno. En Ecuador, los datos actuales de violencia de género, «6 de cada 10 mujeres han vivido algún tipo de violencia de género, sea física, psicológica, verbal o patrimonial, de allí, el 6.75% de las mujeres que son jefas de hogar han sufrido violencia, 1 de cada 4 mujeres ha vivido violencia sexual»³². El femicidio y la despenalización del aborto no han sido incluidas en las demandas de género.

Además, «trabajar las relaciones entre producción y reproducción es a la vez trabajar en dos conjuntos de relaciones sociales, las relaciones de clase y género, que designaremos respectivamente de explotación y de opresión»³³.

Reconocer la profunda amplitud de la violencia sexual y la invisibilización del trabajo doméstico, en la trama privada de las mujeres, aceptada socialmente y aunada por la ausencia del Estado o la doble moral de la Iglesia, o colocada como problemas de segundo orden en lo público o de ningún valor público es una herencia de la matriz colonial, republicana, liberal, neoliberal y desarrollista.

«La modernidad – con su discurso igualitario y la monopolización de politicidad por la esfera pública, acentuó dramáticamente las jerarquías de género existentes en el mundo «aldea», dejó a la mujer en el mundo doméstico ya constituido como esfera privada, sin capacidad de deliberación y sin la protección de la comunidad»³⁴.

La característica de la feminización neoliberal, fue el ingreso de las mujeres no solo al mercado laboral, sino el débil, proceso de feminización de la matriz acumulación del capital y el Estado en torno al trabajo flexibilizado de las mujeres que en gran medida, sobre todo desde las mujeres rurales, se sostuvo la migración masculina, basado en la invisibilización en el ámbito productivo y a la economía del cuidado sostenido mayoritariamente por las mujeres. Hoy, no hay un cambio profundo al respecto.

Acerca del debate del trabajo productivo, tomando en cuenta, las relaciones de clase y género, y étnicas. Indicar que en las dos últimas Constituciones ecuatorianas³⁵, se reconoce que todo trabajo femenino es productivo, y más bien se los define como trabajos remunerados y no remunerados, cuya sumatoria constituye la Carga Global de Trabajo.

Es la realidad, no solo la Constitución, la que ha exigido al feminismo ubicar que la eliminación de la división sexual del trabajo va más allá de ciertas reformas parciales, entendiendo que no se puede afectar a la pachamama para el desarrollo de las mujeres, y viceversa.

Clave 4: Avanzar a descolonizar y despatriarcalizar el poder

La colonialidad es patriarcal. En la región andina, en tanto las poblaciones indígenas, tienen un orden patrilineal que es patriarcal, hay que relacionar la justicia indígena con la justicia de género. El género no es una estructura ajena a la mujer y al hombre colonizado, el propio cuerpo la re-vive y reproduce de manera inconsciente y consciente. De allí que hay que descolonizar sin dejar de despatriarcalizar la sociedad.

«patriarcado fue un término utilizado inicialmente por Max Weber, es Kate Millet, feminista radical, la que logra precisar a esta como una categoría que define la dominación masculina en que las relaciones de poder

político están fuertemente definidas por la autoridad paterna y masculina. [...]. Por ello las feministas, también reconocen que no solo el análisis de género es suficiente para explicar la totalidad de la distribución del poder y recursos en la sociedad moderna»³⁶.

En el Ecuador, la presencia de mujeres e indígenas en las luchas sociales, en la relación con el Estado y la economía y en la lucha de género, es activa, aunque se las pretenda invisibilizar. Existen feminismos diversos y populares.

«Existen mujeres feministas pertenecientes a colectivos situados en los márgenes de los activismos feministas dominantes que denuncian el modo en que sus intereses son cooptados por el feminismo «blanco» por una parte, y por otra cómo las representaciones de las mujeres marcadas por la diferencia étnica son racistas, y les restan poder a las mujeres»³⁷.

El feminismo ecuatoriano, si bien tiene raíces en el feminismo europeo y occidental, es cada vez más parte de los feminismos del «Tercer Mundo», justamente por su lucha descolonizadora desde las mujeres empobrecidas del campo y la ciudad, en contra de la opresión patriarcal. Avanzan en el pensar la colonialidad, no solo como una etapa histórica sino como una relación de poder entre desiguales, saberes feministas que reconocen lo diverso y lo popular, que «permite generar conciencia: la reconstrucción crítica y colectiva de los significados de la experiencia social de la mujer, tal y como la viven las mujeres [...] como ser social colectivo»³⁸ «mejorar la participación de la mujer y desjerarquizar las relaciones con los hombres; [...]. Considerando el contexto comunitario tales acciones deben ser dirigidas a promover la esfera doméstica y el colectivo de las mujeres como un todo, frente a la jerarquía de prestigio y el poder del espacio público comunitario y el colectivo de los hombres»³⁹.

Diálogos y tensiones entre la Economía Solidaria y la Economía Feminista

La EPS en el Ecuador ha atravesado en el nivel conceptual una adaptación teórica de los aportes analíticos avanzados por Razeto, Coraggio, Quijano y Polanyi⁴⁰. Toda una exigencia para el avanzar práctico de la ES, existe una literatura ecuatoriana muy incipiente. Se ha incluido, los aportes de Coraggio y la definición de las tres esferas; pública, privada y de la ES, así como el aporte de Quijano de descolonialidad, atacando los procesos de desempleo y financiarización estructural. Surge la pregunta: ¿la ES, es un eje descolonizador?.

Los sectores de la ES, lentamente van cambiando su configuración anterior, pero hacia dónde van es todo un debate y un proceso de investigación; ahora, hay una dualidad conceptual mayor, sobre todo entre los sectores de la ES y el Estado, no es el mismo concepto del que hablan todas y todos. Está en juego la orientación de la ES

«a) dentro del capitalismo, en coexistencia con las llamadas economía pública y economía privada; o bien, b) en una sociedad alternativa al capitalismo»⁴¹.

Hay una vertiente que desde un discurso radical de la ES, impulsa la incorporación de las propuestas solidarias como inclusión productiva, para convertir a iniciativas populares al viejo estilo de los gremios como negocios capitalistas, cooperativas más grandes, para ir hacia una acumulación intermedia de capital.

Se dice en el Estado que la ES son las instituciones, recursos, y capacidades con los que los trabajadores autónomos, domésticos y familiares, sus unidades domésticas y familiares realizan las actividades de producción, distribución, circulación, financiamiento y consumo, para generar bienes y servicios para el autoconsumo, la obtención de ingresos para el consumo mediante la contratación directa de su fuerza de trabajo o la producción de bienes y servicios para su venta en el mercado; y así generar ingresos para la satisfacción inmediata de sus necesidades individuales y familiares⁴².

Otros siguen haciendo de la ES el acceso a la autonomía económica y financiera, desde la solidaridad, frente al desarrollismo y al Estado. Defienden la agro-biodiversidad, la Pachamama y otros aspectos como el reconocimiento de la economía del cuidado y de la eliminación de la violencia sexual, el acceso a procesos de participación política que implican otras formas organizativas que no tienen como finalidad el enriquecimiento ni el lucro personal, mantiene la horizontalidad en su funcionamiento, así los bienes hubieren crecido.

Queda el sentido de resistencia de la ES, propuesta por Coraggio y Quijano, cuando dicen que la ES contiene principios que cuestionan el orden social capitalista desde una nueva racionalidad, por lo tanto tienen la potencialidad de constituirse en SESS⁴³, que impulse una nueva manera de vivir. Articulando las distintas esferas de la vida social, entre ellas, la económica, pero no sólo esta última, «que conciben a los emprendimientos en una permanente tensión para reproducirse, entre patrones de reciprocidad y de mercado»⁴⁴

Desde el 2008, la categoría ES. El Estado, promueve categorías como crecimiento, productividad, eficiencia, tecnología, acceso a medios financieros, por medio de la oferta vía compra pública que favorece a sectores más grandes, antes que a pequeños y medianos productores, y de la ES. Ni el Estado ni la ES, logran hacer grandes cambios frente a: la concentración de la riqueza de agronegocios y banca privada, el desigual acceso a los medios de producción, la concentración de la financiarización en grandes bancos, la tecnología, la precarización del empleo, la asimetría de los mercados, la débil transferencia de conocimientos, falta de mecanismos justos de control y una regulación que no comprima a los pequeños productores solidarios.

Para el 2013, la mayoría de los actores de la ES, fundamentalmente les interesa preservar la metodología basada en la solidaridad, en la autogestión recíproca.

La relación ES – género: en la década de los ochenta y noventa, se incluía el enfoque de género dentro del Estado, para lograr que las mujeres, tuvieran un ingreso masivo y jerarquizado al mundo del trabajo y de la economía formal no fuera tan drástica. De ese paso surge la entrada de las mujeres a la generación de emprendimientos y finanzas populares. Las mujeres devienen desde la esfera reproductiva: trabajo doméstico y familiar, hacia el mercado de trabajo y el crecimiento de la presencia de las mujeres en la esfera financiera feminizada.

El patrón de acumulación capitalista, incluyó a las mujeres de la peor forma; ellas, aún viviendo esas formas de precarización lograron gestar formas asociativas comunitarias y solidarias que además eran capaces de incluir el género como otra lucha por la justicia. Dentro de la ES, se hablaba de género como una categoría que explicaba la violencia sexual y doméstica, así como se la conjunta para modificar la mirada economicista de la pobreza, y para reivindicar la economía del cuidado y la de-colonización como una problemática que atañe no solo a las mujeres y hombres indígenas, sino afroamericanos, mestizos, montubios.

Para el 2008, se reconoce el trabajo doméstico como trabajo productivo, incluyendo economía del cuidado en la Constitución y en la Ley de la EPS 2011.

Se dice que en la relación género y economía solidaria, nació una vertiente de la economía feminista ecuatoriana, entre los emprendimientos productivos, cajas de ahorro y créditos, canastas solidarias con inclusión de género y otras veces, reivindicando la categoría trabajo, se toma como fuente para los primeros estudios del uso del tiempo y carga global de trabajo. Dentro de la ES, la categoría género logra implantarse bajo esta dualidad, mujeres buscando el acceso al desarrollo y mujeres buscando el mejoramiento de las condiciones de vida sin mirar el desarrollo como finalidad.

No se debe olvidar que hay varias feministas gestoras de iniciativas económicas que habían puesto en cuestión los modelos de economía neoliberal, asumiendo la lucha de género como parte de la lucha económica, sin necesidad de hablar de economía feminista, pero que motivaban desde la ES ir hacia un desarrollo no capitalista, no machista y descolonizador y ahora están integrando el Buen Vivir en sus experiencias.

A finales del 2013, se ve un movimiento de mujeres que incluye la Economía Solidaria y la Soberanía Alimentaria como parte de sus exigencias, y un movimiento de economía solidaria que en un 95% está conformado por mujeres. Pero se ve un Estado no capaz de convertir estas experiencias en el sustrato de su propuesta.

Conclusiones

Entre el 2010 y el 2013, el gobierno ha girado hacia del neo desarrollismo con inclusión de la ES y el género al cambio de matriz productiva basada en los biocombustibles y la agroindustria.

Por fuera del Estado, la categoría género se ha modificado, es en tanto explica y cambia las relaciones sexo-género, y se ha ampliado, interrelacionándose con categorías como división sexual del trabajo, carga global y economía del cuidado, desde organizaciones populares y feministas diversas. Las mujeres populares y diversas, que sostiene la economía del cuidado para la vida, exigen la eliminación de todas las formas de violencia y de racismo en contra de las mujeres, que aun siendo las más pobres del país, se siguen oponiendo a las políticas neo-extractivistas del gobierno, en la lucha en contra del productivismo, por la descolonización del poder, en tanto la despatriarcalización de la sociedad y del Estado.

Para el 2013, la categoría género y otras categorías feministas han tenido su pico más alto de radicalización, se volvieron categorías críticas al desarrollismo de Correa. Así mismo el gobierno ha tenido que aceptar que sus avances son formales más que reales.

La ES, nuevamente se encuentra ante un campo dual, por un lado, Economías para la Subsistencia ahora ancladas bajo el dominio del Estado, promoviendo la inclusión productiva, volviéndose subsidiaria de los agro-negocios y la naciente agroindustria ecuatoriana; y por el otro lado, debilitados por el «progresismo», mujeres y campesinos, pequeños productores, continúan como un saber comunitario, basado en los conocimientos ancestrales que colocaban a la economía como un saber entre otros saberes (la economía no es solo un saber, también alude a la forma en que se satisfacen las necesidades), pero no como el saber único ni la finalidad, basado en la reciprocidad, la defensa de su autonomía frente al Estado y la lucha por el Buen Vivir.

Notas

¹ Quijano Aníbal, 1992, «Raza», «étnia» y «nación» en Mariategui: cuestiones abiertas, en JCM y Europa: la otra cara del descubrimiento. Lima: Amauta, p. 7.

² Maraño Boris, 2011, «La colonialidad del poder y la economía solidaria. Apuntes para la reflexión teórico-metodológica del Grupo de Trabajo Economía Solidaria» (Buenos Aires: CLACSO), p.20.

³ Gudynas Eduardo, 2011, Desarrollo, extractivismo y buen vivir Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa (comp.) Más Allá del Desarrollo. Quito, Ediciones Abya Yala, p. 23 – 35

⁴ Acosta Alberto, 2011, «Extractivismo y neoextractivismo: Dos caras de una misma maldición» (comp.) Más Allá del Desarrollo, Quito, Ediciones Abya Yala, p. 83 – 85

⁵ Gudynas y Acosta, han iniciado un proceso de renovación de la crítica al desarrollo, integran la crítica ambiental, como uno de sus componentes y avanzan hacia la crítica cultural, relacionando Modernidad y desarrollismo.

⁶ Secretaria Nacional de Planificación – Senplades, 2013, Transformación de la Matriz Productiva. Revolución Productiva a través del conocimiento y el talento humano. Folleto Informativo, Edlecuatorial, 1ª edición – Quito, 201 – 220 p.

⁷ Maraño Boris, 2011, «La colonialidad del poder y la economía solidaria. Apuntes para la reflexión teórico-metodológica del Grupo de Trabajo Economía Solidaria» (Buenos Aires: CLACSO), p.7.

⁸ *Ibidem*

⁹ Quijano Aníbal, 1992, «Raza», «étnia» y «nación» en Mariategui: cuestiones abiertas, en JCM y Europa: la otra cara del descubrimiento. Lima: Amauta, p. 210.

¹⁰ Se toma como una variante del desarrollo.

¹¹ Maraño Boris, 2011, «La colonialidad del poder y la economía solidaria. Apuntes para la reflexión teórico-metodológica del Grupo de Trabajo Economía Solidaria» (Buenos Aires: CLACSO).

¹² Ley Minera, aprobada en enero 2009.

¹³ La mayor parte del movimiento social anti-neoliberal no ingresó a Alianza País, pero anteriormente se aliaron para impulsar las reformas estructurales.

¹⁴ Buen Vivir en Kichwa, lengua indígena.

¹⁵ En septiembre 2013, se conforma El Tribunal Ético, luego de una conversación con varios afectados por la criminalización de la protesta, y hacen un informe contundente de Derechos Humanos en el Ecuador. Ver en URL: Disponible en la URL: <http://www.argenpress.info/2013/09/ecuador-tribunal-etico-por-la-justicia.html>, Consultado en septiembre 2013.

¹⁶ Boris Maraño es Coordinador del Grupo de Trabajo CLACSO acerca de la Colonialidad del Poder y la Economía Solidaria, a partir del año 2011.

¹⁷ Maraño Boris, 2011, «La colonialidad del poder y la economía solidaria. Apuntes para la reflexión teórico-metodológica del Grupo de Trabajo Economía Solidaria» (Buenos Aires: CLACSO), p. 22 – 23.

¹⁸ El 22 de marzo del 2012, marchas a favor del gobierno y la marcha plurinacional se ha hecho visibles. Aunque el poder del gobierno es muy fuerte. Los movimientos sociales, con una presencia del Movimiento Indígena dirigido por la CONAIE, han logrado, luego de una caminata de 12 días provocar el apoyo de gran parte de la ciudadanía.

¹⁹ El gobierno ecuatoriano en el 2013, decide abortar la Iniciativa Yasuní ITT de dejar el crudo bajo tierra en el Parque Nacional Yasuní, aduciendo la falta de apoyo internacional a la iniciativa. Ante esta situación sectores de la sociedad inician la recolección de firmas para convocar a la consulta popular.

²⁰ La Asamblea de Mujeres Populares y Diversas del Ecuador AMPDE, es una articulación de Diversas Organizaciones de Mujeres, el 8 de marzo del año 2010, manifestaron como uno de sus objetivos es la resistencia feministas contra del capitalismo y el patriarcado.

²¹ Maraño Boris, 2011, «La colonialidad del poder y la economía solidaria. Apuntes para la reflexión teórico-metodológica del Grupo de Trabajo Economía Solidaria» (Buenos Aires: CLACSO), p. 13.

³⁰ Ver: <http://www.youtube.com/watch?v=KtA6VUQD4Js> Consultado en diciembre 2013.

³¹ *Ibidem*.

³² Se puede ver en Instituto Nacional de Estadísticas y Censo INEC, estos son los datos de marzo 2012. http://www.inec.gob.ec/sitio_violencia/presentacion.pdf

³³ Kergoat, Daniel 1994 «Por una Sociología de las relaciones sociales, del análisis crítico de las categorías dominantes a una nueva conceptualización, Las Mujeres y el Trabajo: rupturas conceptuales» en Documento de Trabajo. Amsterdam: Instituto de Formación IIRE, p.18.

³⁴ Maraño Boris, 2011, «La colonialidad del poder y la economía solidaria. Apuntes para la reflexión teórico-metodológica del Grupo de Trabajo Economía Solidaria» (Buenos Aires: CLACSO), p. 39.

³⁵ Constitución 1998 y Constitución 2008, en materia de género son una continuidad. La economía del cuidado incluye: trabajo doméstico y afectivo-sexual, el trabajo de la naturaleza, el trabajo comunitario y actividades complementarias realizados por las mujeres mayoritariamente.

³⁶ Barret, Michele 1997 «La opresión de la Mujer hoy» en Documentos de Trabajo Amsterdam: Instituto de Formación IIRE, p. 1.

³⁷ Hernández Castillo Rosalva; Suárez Navaz, Aída Liliana, 2008, Descolonizando el Feminismo: teorías y Prácticas desde los márgenes, Northwestern University: Ediciones Cátedra, p. 6.

³⁸ Mackinnon A Catherine, 1995, Hacia un Teoría Feminista del Estado (Ediciones Cátedra, S.A.).

³⁹ Segato Rita, 2010, «Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial». Disponible en URL: http://www.glefas.org/glefas/files/pdf/genero_y_colonialidad_en_busca_de_claves_de_lectura_y_de_un_vocabulario_estrategico_descolonial__ritasegato.pdf

⁴⁰ Areps, 2011. Propuesta de planificación de la Economía Social y Solidaria del MIES – Ministerio de Economía Solidaria en Ecuador.

²² En América Latina se ha iniciado, desde distintas visiones, un proceso de reflexión de las alternativas a las propuestas desarrollistas de los gobiernos progresistas.

²³ Segato muestra el feminicidio como una expresión de la crisis de la Modernidad.

²⁴ Grosfoguel Ramón, 2006, La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global University of California, Berkeley, p.22.

²⁵ Joan W. Scott, a partir de 1986, en medio de la conflictividad que causó el análisis teórico decía: «la academia no estaba lista ni para el género ni para la teoría posestructuralista que me había servido para formular esas ideas. Influidas por la atención creciente a la sexualidad entre los activistas políticos y estudiosos, por la insistencia del filósofo francés Michel Foucault en que la sexualidad se produce en contextos históricos, y por la convicción de que la «revolución sexual». Ver en, <http://clionauta.wordpress.com/2009/01/09/joan-w-scott-el-genero-como-categoria-para-el-analisis-historico/>

²⁶ Scott Joan, 1996, El género: Una categoría útil para el análisis histórico. (Comp.) El género: la construcción cultural de la diferencia sexual. México, PUEG, p. 5

²⁷ Estaba más representado por mujeres mestizas de la pequeña burguesía y de clase media.

²⁸ Otras feministas que derivaron en el feminismo de la diferencia, feminismos culturalistas, la ecología feminista

²⁹ Ver: «Nunca antes en este recinto se han escuchado tantas intervenciones a favor del aborto por violación y la defensa de la vida de las mujeres. Nos gustaría pensar en un Estado que no hecha la mano en la vida de las mujeres» Paola Pabón. El jefe de estado dijo que jamás aprobaré la despenalización del aborto y si siguen estas traiciones y deslealtades yo presentaré mi renuncia al cargo. Rafael Correa. URL: <http://www.youtube.com/watch?v=6UAYqc6yrw4> Consultado en octubre 2013.

⁴¹ Marañón Boris, 2011, «La colonialidad del poder y la economía solidaria. Apuntes para la reflexión teórico-metodológica del Grupo de Trabajo Economía Solidaria» (Buenos Aires: CLACSO), p. 27.

⁴² Areps, 2011. Propuesta de planificación de la Economía Social y Solidaria del MIES – Ministerio de Economía Solidaria en Ecuador.

⁴³ Quijano Aníbal, 1992, «Raza», «étnia» y «nación» en Mariategui: cuestiones abiertas, en JCM y Europa: la otra cara del descubrimiento. Lima: Amauta, p. 134.

SESS–Sistema de Economía Social y Solidaria, como la perspectiva de una sociedad alternativa al capitalismo, enfrentando su complejidad: las relaciones de explotación, dominación y conflicto, en los cinco ámbitos decisivos de la existencia social: trabajo, sexo-género, autoridad colectiva, relación seres humanos y naturaleza

⁴⁴ Ibidem.

Bibliografía

ACOSTA Alberto, 2011

«*Extractivismo y neoextractivismo: Dos caras de una misma maldición*» (comp.) Más Allá del Desarrollo, Quito, Ediciones Abya Yala.

Agenda de la Revolución de la Economía Popular y Solidaria AREPS 2011 – 2013. Ministerio de Inclusión Económica y Social, Quito.

AGUINAGA, Margarita; LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia; SANTILLANA, Alejandra, 2011, *Pensar desde el feminismo: Críticas y alternativas al desarrollo* (comp.) Más Allá del Desarrollo, Quito, Ediciones Abya Yala.

AGUINAGA Margarita, FLORES Enith, DE LA TORRE Tania, CEDES, IEE, 2012, En la ruta del sistema financiero solidario. sistematización del encuentro nacional de cajas de ahorro– crédito y bancos comunitarios, en el marco de la Economía Social y Solidaria. Septiembre, s/p.

BARRET, Michele 1997, «La opresión de la Mujer hoy» en *Documentos de Trabajo*, Amsterdam, Instituto de Formación IIRE.

CARRIÓN Sánchez, Diego 2011 «La palabra en nuestra orilla. Estructura agraria y Modelo de acumulación rural en el Ecuador: información para el debate político» Documento de Trabajo, Quito, IEE–Instituto de Estudios Ecuatorianos.

COONTZ, Stephanie 1990

«Opresión Sexual y Opresión de Clase» en *Documento de Trabajo*, Amsterdam, Instituto de Formación IIRE.

CORAGGIO, José Luis 2011

«Economía Social y Solidaria, El trabajo antes que el capital», Quito, Ediciones Abya Yala.

GROSFUGUEL, Ramón 2006

La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global, University of California, Berkeley.

GUDYNAS, Eduardo 2011

Desarrollo, extractivismo y buen vivir Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa (comp.) Más Allá del Desarrollo, Ecuador. Ediciones Abya Yala.

HERNÁNDEZ Castillo, Rosalva;

SUÁREZ Navaz, AÍDA Liliana 2008 *Descolonizando el Feminismo: teorías y Prácticas desde los márgenes*, Northwestern University, Ediciones Cátedra.

KERGOAT, Daniel 1994

«Por una Sociología de las relaciones sociales, del análisis crítico de las categorías dominantes a una nueva conceptualización, Las Mujeres y el Trabajo: rupturas conceptuales» en *Documento de Trabajo*, Amsterdam, Instituto de Formación IIRE.

Ministerio de Agricultura, acuicultura y pesca MAGAP, 2013, El sector agropecuario, acuícola y pesquero en el cambio de la matriz productiva, agosto, s/p

MARAÑÓN, Boris 2011
«La colonialidad del poder y la economía solidaria. Apuntes para la reflexión teórico-metodológica del Grupo de Trabajo Economía Solidaria», Buenos Aires, CLACSO.

Plan Nacional de Buen Vivir 2011 – 2013, Ecuador, Secretaría Nacional de Planificación SENPLADES.

Plan Nacional del Buen Vivir, Senplades, 2013 – 2017, Primera edición, ISBN-978-9942-07-448-5

QUIJANO, Aníbal 2000
«Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina» en en E. Lander (comp.) *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, CLACSO.

MACKINNON, A Catherine 1995
Hacia un Teoría Feminista del Estado, Ediciones Cátedra, S.A..

Quijano, Aníbal 1992
«Raza», «étnia» y «nación» en Mariategui: cuestiones abiertas” en JCM y Europa: la otra cara del descubrimiento, Lima, Amauta.

RODAS, Raquel 2000
«Cien Años de feminismo en el Ecuador» en Revista la Tendencia. Ecuador, Ildis.

SCOTT, Joan 1996
El género: Una categoría útil para el análisis histórico. (Comp.) El género: la construcción cultural de la diferencia sexual, México, PUEG.

Biblioteca Virtual

Constitución de la República Ecuatoriana 1998 en <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Ecuador/ecuador98.html>.

Constitución del Ecuador 2008, en <http://www.efemerides.ec/1/cons/index.htm>.

ESPÍNO, Alma 2011
Economía feminista: enfoques y propuestas. Apuntes acerca del Desarrollo. Una Perspectiva Feminista (Argentina), Red de Género y Comercio www.generoycomercio.org

Instituto Nacional de Estadísticas y Censo INEC 2012. http://www.inec.gob.ec/sitio_violencia/presentacion.pdf.

Katz, Claudio 2009 – 2010, <http://katz.lahaine.org>

Ley Minera 2009, en http://www.mineriaecuador.com/Download/ley_mineriaec.pdf

Ley de Economía Popular y Solidaria 2011, en <http://es.scribd.com/doc/53252297/Ley-de-Economia-Popular-y-Solidaria>

SANCHÍS, Norma 2011 (comp.)
Aportes al Debate del Desarrollismo en América Latina, desde una perspectiva feminista (Buenos Aires: Red de Género y Comercio) en www.generoycomercio.org

Secretaría Nacional de Planificación – Senplades, 2013, *Transformación de la Matriz Productiva. Revolución Productiva a través del conocimiento y el talento humano*. Folleto Informativo, Edlecuatorial, 1a edición – Quito, 201 – 220 p.

SEGATO, Rita 2010

«Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial» en http://www.glefas.org/glefas/files/pdf/genero_y_colonialidad_en_busca_de_claves_de_lectura_y_de_un_vocabulario_estrategico_descolonial__ritasegato.pdf

Unda, Mario 2009 «Reflexiones después de las elecciones del 26 de abril. Hacia una segunda fase de la «revolución ciudadana» en *Informes Ecuador* (Observatorio de América Latina). En <http://www.clacso.org.ar/clacso/areas-de-trabajo/area-academica/osal/produccion-academica/analisis-de-coyuntura/ecuado>

Tribunal ético, Disponible en la URL: <http://www.argenpress.info/2013/09/ecuador-tribunal-etico-por-la-justicia.html>, Consultado en septiembre 2013.

Declaraciones de Asambleista Paola Pabón y de Rafael Correa, acerca de temas feministas:

URL: <http://www.youtube.com/watch?v=6UAYqc6yrw4> Consultado en octubre 2013.

URL: <http://www.youtube.com/watch?v=KtA6VUQD4Js> Consultado en diciembre 2013

Economia informal e experiências de crédito solidário popular na África lusófona

Joana Guedes

(Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL)

Rogério Roque Amaro

(Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL)

Notas biográficas

Joana Guedes é licenciada em Economia e mestre em Economia Social e Solidária pelo ISCTE-IUL, tendo a sua tese abordado o tema «O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e promotor do empowerment em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat». É actualmente doutoranda em Estudos Africanos no ISCTE-IUL, com o tema de investigação «a sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas».

Rogério Roque Amaro é licenciado em Economia, pelo ISEG, doutorado em «Analyse et Planification du Développement», pela Université des Sciences Sociales II de Grenoble (França), com equivalência ao grau de Doutor em Economia, em Portugal. Actualmente, é Professor Associado do Departamento de Economia Política, da Escola de Ciências Sociais e Humanas, do ISCTE-IUL. Lecciona nas disciplinas de Economia e Políticas de Desenvolvimento e Economia Social e Solidária (ambas da Licenciatura de Economia) e nos Mestrados em Estudos de Desenvolvimento e em Economia Social e Solidária (foi fundador de ambos). Pertence à RIPESS – Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (ramo Europa) e à RIUESS – Rede Inter-Universitária de Economia Social e Solidária. Colabora e apoia vários projectos e iniciativas de Desenvolvimento Comunitário e de Economia Solidária, tendo sido consultor da ONU e da OIT para Portugal e para vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de estabelecer e dar a conhecer, de forma breve, a relação existente entre a Economia Social e Solidária e os Estudos Africanos. Resulta de um ensaio realizado no âmbito do Doutoramento em Estudos Africanos do ISCTE-IUL. A ponte que se pretende estabelecer entre estas duas áreas de conhecimento, toma como referência o tema da tese de doutoramento, «A sustentabilidade das ONG concessionárias de microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas». Neste sentido, e com recurso a situações precisas, procura-se estabelecer uma ligação entre o papel e as características da economia informal na África subsariana e as modalidades de crédito solidário informal que se desenvolvem nessa região, sem descurar e evidenciando a importância que estas lógicas de entreatajuda e cooperação têm para a economia destas sociedades.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to briefly point out the relationship between Social and Solidarity Economy and African Studies. It is based on an essay written for the Doctorate on African Studies at ISCTE-IUL. The attempt to bridge these two fields of study stems from the Phd thesis of the first author, which focuses on «The Sustainability of Microcredit lending NGOs – theoretical and practical implications and articulations». It seeks to explore the role and characteristics of informal economy in subsaharian Africa and the modalities of informal credit systems that exist in the region, underlining the importance that these forms of mutual aid and cooperation bring to the economy of these societies.

Introdução

O presente artigo, que resulta de um ensaio realizado no âmbito do Doutoramento em Estudos Africanos do ISCTE-IUL, surge com o propósito de estabelecer e dar a conhecer, com a brevidade que lhe é conferida, a relação existente entre a Economia Social e Solidária e os Estudos Africanos. A ponte, que se pretende estabelecer, entre estas duas áreas de conhecimento, toma como referência o tema da tese de doutoramento, «A sustentabilidade das ONGs concessionárias de microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas». Neste sentido, e com recurso a situações precisas, procura-se estabelecer uma ligação entre o papel e as características da economia informal na África subsariana e as modalidades de crédito solidário informal que se desenvolvem nessa região, sem descorar e evidenciando a importância que estas lógicas de entreaajuda e cooperação têm para a economia destas sociedades.

Com este objetivo, ambiciona-se dar a conhecer a economia informal e o respetivo sistema financeiro informal da África subsariana, com recurso a alguns autores de referência na área, e as experiências de crédito solidário, assentes numa lógica de entreaajuda e cooperação, que por lá brotam como «remédio» às falhas da economia convencional.

Assim, o alinhamento deste artigo centra-se, primeiramente, em algumas reflexões sobre a economia informal na África Subsariana, onde será abordada a definição de economia informal, alguns fundamentos e bases socioculturais, o papel da economia informal face à ineficiência do Estado e do mercado, o papel desta economia perante a intervenção do Fundo Monetário Internacional nestes países de África e a crise atual e a relação entre a economia informal e formal.

Num outro ponto, procura-se apresentar um breve enquadramento dos sistemas financeiros informais existentes nesses países.

Numa perspetiva mais prática, são finalmente apresentadas as experiências de crédito solidário popular na África lusófona, mais precisamente, a *kixikila* em Angola, o *xitique* em Moçambique, a *totocaixa* em Cabo Verde e a *abota* na Guiné-Bissau.

Culmina, por fim, com algumas notas conclusivas.

2. Algumas reflexões sobre a economia informal na África subsariana

2.1. Definição

A consciencialização da importância da economia informal nos países em desenvolvimento remonta, segundo Hugon (1997), aos anos 70 do século XX.

Por esta altura, apesar do desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho, o nível de desemprego não cresceu como o aumento do êxodo rural faria prever. Os estudos, sobretudo da OIT¹, revelaram que existia um setor informal «mal estruturado e pouco conhecido» (Hugon, 1997:33) que absorvia os desempregados, na sua maioria migrantes, e permitia a circulação dos fluxos reais e monetários nas cidades. As organizações internacionais e alguns economistas tomam, por esta altura, consciência da existência de atividades, vistas por eles como, «marginais e secundárias» (Hugon, 1997:32) que podiam, de alguma forma, promover a reabsorção do desemprego, a luta contra a pobreza e a satisfação das necessidades essenciais dos indivíduos.

A partir dos anos 80 do século XX, começa a ser encarada como a solução para a crise económica e financeira vigente, por outras palavras, «uma resposta espontânea às distorções criadas pelo Estado e um setor de microempresas realizando uma alocação otimizada dos recursos e capazes de mobilizar a poupança interna» (Hugon, 1997:35).

Para as organizações internacionais, a economia informal mudou o seu foco da questão do desemprego e da pobreza para a emergência das microempresas e a alternativa que estas podem constituir face ao fracasso do setor público e privado. Neste contexto de instabilidade, a economia informal passou a ser considerada, por alguns, como o modelo alternativo de desenvolvimento.

Atualmente, e segundo a resolução da 90^a Conferência Internacional do Trabalho de 2002 da OIT (2005), a economia

informal refere-se a todas as atividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Mais concretamente, são atividades que não entram no âmbito de aplicação da legislação, ou seja, verificam-se um dos seguintes casos: os trabalhadores e as unidades operam à margem da lei; mesmo que operem no âmbito da lei, a legislação não lhes é aplicada, ou a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos. Excluí do seu domínio, todas as atividades ilícitas, delituosas e criminosas como tráfico de armas e droga ou contrabando.

Aplicando o conceito aos países da África subsariana, Silva (2010) identifica algumas características comuns das formas e práticas da economia informal nestes países:

- É constituída por um mercado legal, mas com práticas económicas consideradas ilegais ou semilegais;
- Os trabalhadores não têm vínculo legal;
- É uma forma de sobrevivência social;
- É composta por pequenas empresas ou atividades domésticas;
- É praticada, na sua maioria, por mulheres;
- Os rendimentos não são contabilizados.

Contudo, este é um conceito para o qual não existe uma definição nem um consenso universal. Para além de ser relativamente recente e, por isso, recorrente no seio do debate académico, o uso diferenciado de termos como «setor informal», «trabalho informal» e «economia informal» dificulta o alcance de uma definição consensual, bem como de uma unanimidade em relação à existência de uma teoria capaz de oferecer uma explicação global para estes fenômenos (Krein e Proni, 2010:10). Por exemplo, para Hugon (1997), o termo informal não é o mais apropriado, já que designa algo negativo e sem estrutura ou forma, o que não se verifica nas atividades características desta

economia, que são socialmente organizadas e estruturadas, ainda que fora da codificação e das regras oficiais e esperadas. Para a OIT (2005), embora «economia informal» seja uma expressão preferível a «setor informal», uma vez que os seus intervenientes provêm de diferentes setores, acaba por ser redutora na definição das zonas cinzentas e nas ligações que existem entre atividades formais e informais.

Aliando a falta de consenso à ambiguidade do termo, a economia informal é, muitas vezes, confundida com outros domínios da economia que em nada se relacionam, como a economia subterrânea, que integra atividades ilícitas desenvolvidas por agentes económicos registados e legalmente autorizados ou a economia ilegal que inclui as atividades que a lei criminaliza, postas em ação por agentes económicos também ilegais (Feliciano et al, 2007). Neste ensaio, à luz da definição apresentada pela OIT (2005), a economia informal é compreendida como o conjunto de atividades económicas que não são proibidas pela lei, mas que são postas em prática por agentes económicos que se encontram em situação de não conformidade com os diversos tipos de regulamentação que as enquadram (Feliciano et al, 2007). Ou seja, a informalidade não diz respeito às atividades desenvolvidas na economia informal, até porque estas são de carácter lícito, diz antes respeito aos agentes económicos que, por alguma razão, não preenchem todos os requisitos legais exigidos para desenvolver as atividades que praticam.

2.2. Fundamentos e bases socioculturais

Para além dos aspetos históricos descritos, as próprias características da economia africana intensificam e dinamizam a economia informal nestas sociedades.

A família, nos países da África subsariana, tem uma importância extrema, baseando-se numa lógica mais simbólica do que económica. Segundo Silva (2010) a inserção dos indivíduos em qualquer organização ou centro de decisões é

feita através dos círculos a que pertencem, pelo que a lógica do ganho económico acaba por se submeter a uma lógica de comportamentos e decisões sociais. Pode-se, assim, dizer que a família é o núcleo central das sociedades africanas, já que fornece a mão-de-obra e assegura a produção de subsistência. No contexto da economia informal, as mulheres têm um papel de destaque, cabendo-lhes todas as tarefas associadas à produção, alimentação e subsistência.

O fraco tecido empresarial destes países, desestruturado, com tecnologia pouco desenvolvida e sem condições de absorção dos recursos humanos disponíveis, promove a proliferação de empresas informais como resposta às constantes situações de crise e instabilidade socioeconómica, a que as empresas da economia formal não conseguem fazer face, bem como à satisfação das necessidades da sociedade. Da mesma forma, os Estados destes países não têm capacidade para assumir as suas funções, no que respeita à eficiência da segurança social e de um funcionalismo público competente e digno, deixando para a economia informal estas funções (*ibidem*).

2.3. Papel da economia informal face à ineficiência do Estado e do mercado

A economia informal absorve os trabalhadores que, de outra forma, não teriam trabalho nem rendimentos, especialmente, nos países em desenvolvimento, onde a mão-de-obra é numerosa e de rápida expansão. A sua maioria não a integra por opção, mas por necessidade absoluta, como em situações de desemprego, de subemprego e de pobreza. Segundo a OIT (2005), a principal razão por de trás da emergência de experiências de economia informal é a governação. Políticas macroeconómicas e sociais inadequadas ou mal implementadas, que não sejam suficientemente centradas no emprego e, que por isso, não promovam empregos suficientes na economia formal, abrem portas para que os desempregados façam face à sua situação através de atividades informais. Da mesma forma, a

pobreza condiciona o acesso ao trabalho digno e protegido, na medida em que rendimentos baixos ou inexistentes, aliados à ausência de políticas públicas, dificultam o investimento na educação que permitiria melhorar a empregabilidade e a produtividade em atividades de economia formal. A escassez de atividades remuneradas em meios rurais obriga os indivíduos a deslocarem-se em busca de emprego, tendo muitas vezes como única solução trabalhos informais. Discriminações baseadas em questões de sexo, idade, origem étnica ou incapacidades empurram estes grupos mais vulneráveis para a miséria, forçando-os a encontrar soluções em atividades informais para sobreviverem.

O acesso relativamente fácil, sobretudo para quem não tem muitas qualificações, meios técnicos ou financeiros, torna a economia informal uma fonte potencial de criação de empregos e de rendimentos, que permite satisfazer as necessidades dos mais pobres, oferecendo bens e serviços a preços baixos. Como muitos dos seus trabalhadores têm um sentido apurado do negócio, espírito criativo, dinamismo e capacidade de inovação, há a proliferação e a aquisição de qualificações no local de trabalho, o que, aliado à implementação de estratégias eficazes, pode tornar-se numa rampa de lançamento para um acesso gradual à economia formal.

Porém, estes trabalhadores, assalariados ou por conta própria, estão expostos a inúmeros riscos, necessitando de uma particular proteção social que, na verdade, é muito limitada ou praticamente inexistente. Além da cobertura social no sentido tradicional, estes trabalhadores estão privados de qualquer proteção na educação, na aquisição de competências, na formação, nos cuidados de saúde e nos apoios familiares, que, dada a sua vulnerabilidade, são particularmente importantes.

Contudo, a economia informal é o escape que garante a sobrevivência dos que, por uma ou outra razão, não conseguem integrar a economia formal, já que as suas atividades informais ou não oficiais permitem satisfazer as necessidades

fundamentais (alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde, lazer) que os sistemas formais não cobrem.

Nos países em desenvolvimento, como a maioria dos países da África subsariana, onde as economias são voláteis e os Estados frágeis e instáveis e, conseqüentemente, o poder governativo falha no controlo da situação económica, social e política, a economia informal tem uma grande importância e visibilidade. Para Amaral (2005), está provado que, nas áreas em desenvolvimento, como os Estados apresentam inúmeras dificuldades e o setor formal não consegue satisfazer as necessidades básicas da população (sobretudo a mais pobre), o informal surge como resposta, especialmente, na geração de emprego, capaz de criar oportunidades salariais e assegurar a sobrevivência de um elevado número da população ativa e seus dependentes. A economia informal «constitui, deste modo, um fenómeno estruturante e é inegável a sua importância estratégica» (Amaral, 2005:58) para economia africana a sul do Saara. Apesar de as análises socioeconómicas relativas ao emprego subestimarem o impacto da economia informal, por os seus trabalhadores não preencherem os critérios standards de empregados, o seu peso na economia urbana global destes países é consideravelmente superior à economia formal, assumindo um peso significativo nos indicadores económicos (*ibidem*).

2.4. Passado e presente: Fundo Monetário Internacional e crise atual

É após a descolonização dos países da África subsariana que a economia informal é vista como ganhando maior expressão e relevo em África (Silva, 2010). Nesta altura, estes países apostaram em modelos de desenvolvimento e crescimento económico que assentavam na substituição das importações pelas exportações e na intervenção do Estado na economia, à luz dos países europeus, o que provocou um conjunto de problemas sociais, económicos e políticos para os quais não estavam

preparados para dar resposta. A nível agrícola, assistiu-se a «um estrangulamento do modelo agroexportador baseado nos produtos tropicais» (Hugon, 1999:107), a uma estagnação dos mercados exportadores, limitados em microestados e, ainda à não reprodução de determinados ecossistemas, graças à adoção de um modelo agro-pastoril extensivo, obrigatório para a sustentabilidade do novo modelo económico escolhido (*ibidem*). Simultaneamente, houve uma urbanização acelerada, a deslocação de um grande número de trabalhadores do campo para a cidade, e um crescimento demográfico exponencial, superior ao crescimento económico. Estes aspetos, aliados à fragilidade e fragmentação, características das instituições públicas dos países africanos a sul do Saara, facilitaram a expansão e proliferação da economia informal, como resposta a estes problemas sociais, económicos e políticos.

Posteriormente, nos anos 80 do século XX, a crise económica levou à intervenção do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial nestes países, com políticas de estabilização que visavam a diminuição de desequilíbrios internos e externos e políticas de ajustamento estrutural que, com reformas impostas ao mercado e às instituições, pretendiam criar condições para um crescimento sustentado (Hugon, 1999). Estas políticas, de cariz liberal, previam uma abertura da economia doméstica ao mercado mundial e o conseqüente levantamento das restrições alfandegárias, o que acabou por dizimar a agricultura já que, neste sentido, as culturas de exportação eram sobrevalorizadas face às alimentares.

Progressivamente, as políticas de ajustamento foram prolongando o seu horizonte temporal e os domínios de atuação, integrando as estruturas. Contudo, os seus resultados ficaram aquém do esperado. Segundo Hugon (1999), porque algumas políticas são ineficazes. Por um lado, tendem a ser desviadas dos seus objetivos, por outro, as autoridades têm dificuldade em aceitá-las e encaram os empréstimos das instituições internacionais como receitas alternativas. Assim, estes

países modificaram os pressupostos e o caminho esperado das políticas impostas, fazendo emergir novas práticas, de um modo geral, distantes das expectativas iniciais.

Prevedendo uma progressiva integração das práticas informais no dito sistema formal, acabaram por redobrar os custos sociais já existentes nestes países, o que intensificou ainda mais a economia informal como alternativa à empregabilidade, à distribuição de rendimentos e consequente sobrevivência da maioria das populações, que os governos da África subsariana não conseguiam garantir (Silva, 2010). A intenção destas organizações internacionais acabarem com a economia informal como forma de solucionar parte dos problemas económicos, pelos quais estes países passavam, provocou o efeito adverso de surgirem ainda mais iniciativas informais como resposta de sobrevivência aos danos sociais que estes métodos acabaram por provocar.

Em particular, Aryeetey (1995) revela que em muitos destes países da África subsariana o setor das finanças informais, como associações de poupança e crédito, cooperativas de crédito ou agiotas profissionais, que integram a economia informal, tem, atualmente, maior expressão do que o setor das finanças formais. Curiosamente, o seu crescimento intensificou-se e ultrapassou o das finanças formais após a descolonização, o que deita por terra a ideia de que a economia informal surge aquando de políticas repressivas e consolida a de que esta economia e as suas atividades emergem sempre que o sistema formal que vigora não dá respostas às necessidades de todos os indivíduos.

Dada a sua importância para os países africanos a sul do Saara, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial integraram, recentemente, o sector informal na sua estratégia de desenvolvimento.

2.5. Relação entre economia informal e formal

A dimensão que a economia informal ocupa na economia global destes países em desenvolvimento, acaba por dificultar, se não mesmo impossibilitar, uma qualquer separação absoluta e estanque entre o que é economia informal e o que é economia formal. Para Amaral (2005), a redução da análise a uma simples dicotomia informal-formal, cai no erro de ignorar as relações de interdependência e mobilidade entre os dois mundos escamoteando a existência de elementos intermediários. Com a mesma linha de pensamento, Feliciano (2007), assume a existência de uma permanente interpenetração entre informal-formal, de tal forma que gera uma multiplicidade de situações, determinantes da diversidade e da heterogeneidade que caracterizam a economia informal.

Existem inúmeros casos que corroboram esta ideia de interdependência e completude entre a economia informal e a economia formal. Por exemplo, um vendedor ambulante necessita de produtos para vender, regra geral, produzidos em fábricas e importados por grandes empresas pertencentes à economia formal. Da mesma maneira, os pequenos produtores, precisam de matéria-prima proveniente da economia formal para produzir e, posteriormente escoar a sua produção para o mercado. Outro exemplo são os empregados domésticos, na sua generalidade em situação de não conformidade com a legislação, que trabalham para funcionários do Estado ou de empresas da economia formal, ou ainda, ex-colaboradores de empresas que abrem um negócio por conta própria após terem adquirido o *know-how*, capital e fornecimento de matérias-primas junto das mesmas. Embora estas atividades surjam, como já mencionado, em jeito de resposta às falhas que a economia formal apresenta, estes exemplos confirmam que a dependência entre ambas é indissociável e talvez até desejável.

Para Feliciano (2007), esta constante interpenetração entre a economia informal e a formal, aliada ao peso que a primeira tem vindo a ganhar nas sociedades africanas a sul do Saara,

implica uma série de efeitos correlacionados. Veja-se que as tarefas do Estado de controlar e regular as atividades económicas no seu todo são cada vez mais ambíguas, já que dificilmente se identifica exclusividade formal ou informal. Desta forma, o Estado acaba por se fragilizar e perder a sua capacidade de desenvolver e aprofundar mecanismos sustentáveis de desenvolvimento socioeconómico, mais precisamente, a sua capacidade de proteção social pública. Por outro lado, a falta de exigências de saberes e competências característica das atividades da economia informal, não garante as condições mínimas de «trabalho digno» na quase totalidade dos casos, acaba por ser «uma economia que assegura a sobrevivência de pobres, sem contudo lhes dar capacidade e instrumentos para a sua saída da pobreza» (Feliciano *et al*, 2007:16).

Ainda assim, em contextos de pobreza, a economia informal garante a sobrevivência para muitos pobres. Com um número reduzido ou nulo de ofertas de empregos na economia formal, com poucas qualificações e competências para competir no mercado de trabalho, as atividades da economia informal são a solução para estes indivíduos conseguirem garantir a sua sobrevivência e dos seus dependentes e evitar a criminalidade e a exclusão.

Teoricamente a relação informal-formal pode ajudar a problematizar outras formas alternativas futuras de economia, de Estado e de organização social. Em jeito de conclusão, deve ser encarada como fator de desenvolvimento económico, já que à medida que, estes pequenos empresários vão conseguindo aumentar os seus negócios, a tendência é a de se aproximarem das práticas das atividades formais. Assim sendo, a ideia que alguns autores defendem, como Aryeetey (1995), é a dos governos promoverem uma abordagem mais proactiva e de maior proximidade junto destas atividades, criando regulação de acordo com as suas necessidades e incentivando a aproximação à economia formal. Não sendo, necessariamente, esta uma obrigação ou a solução para todas as situações de informalidade.

3. Sistemas financeiros informais – breve enquadramento

Um dos maiores problemas dos países em desenvolvimento é a distribuição dos recursos, pelo que os mais desfavorecidos procuram criar esquemas, instituições e intermediários financeiros fora do setor formal para obterem rendimentos e assegurarem a sua sobrevivência (Ducados, 1998). É, então, pouco lógico falar de economia informal e não falar do sistema financeiro que dela faz parte, o sistema financeiro informal.

Acompanhando o crescimento e a afirmação da economia informal, os instrumentos do sistema financeiro informal têm ganho lugar de destaque no domínio económico e financeiro atual, sendo conceitos recorrentes no discurso social, embora nem sempre da forma mais digna ou corretamente associados às práticas desenvolvidas.

Importa, assim, começar por definir financiamentos alternativos e distingui-los de financiamentos complementares.

Fala-se em financiamentos alternativos, sempre que estes obedeçam a lógicas diferentes do financiamento tradicional, isto é, sempre que não se enquadrem nos pressupostos da economia de mercado ou da economia pública. Como o nome pressupõe, são uma alternativa aos financiamentos conhecidos e aceites na esfera da economia formal. Não configurando nem a lógica de mercado nem pública, e sendo um conceito relativamente recente, pode tomar como referência os princípios e valores da Economia Social² (Guedes, 2012:45):

- Princípio do predomínio do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse individual;
- O objetivo principal não é o lucro (ou a ausência dele), mas sim objetivos de solidariedade e cooperação;
- Primado da pessoa sobre o capital;
- Gestão democrática – «Um homem, um voto»;
- Autonomia face ao Estado.

Assim sendo, só as instituições de Economia Social e Solidária estão capacitadas para promover o sistema financeiro alternativo por serem as únicas que os integram e compreendem, efetivamente, no exercício da sua atividade. Desta forma, só é possível falar em financiamentos alternativos, quando estes integram os princípios e valores da Economia Social e Solidária e são promovidos pelas suas instituições.

Paralelamente, existem programas públicos e algumas estratégias de bancos comerciais que praticam financiamentos que podem, à primeira vista, parecer alternativos, mas na verdade são apenas uma componente de outras formas de financiamento normal, de que estes já dispõem usualmente. Nestes casos, como os valores e princípios da Economia Social e Solidária não substituem os da função pública nem os comerciais para o exercício destes financiamentos, não é possível falar em financiamentos alternativos. São, por outro lado, financiamentos complementares, ou seja, financiamentos que completam, daí o nome complementar, o leque de oferta de serviços que estas iniciativas já dispunham, mas que atraem mais consumidores e não alteram o seu objetivo final, o lucro.

Neste sentido, os financiamentos alternativos são uma alternativa aos financiamentos que existem no sistema financeiro formal, por serem em tudo diferentes na sua essência, enquanto os financiamentos complementares são apenas mais um tipo de serviço que as iniciativas privadas e públicas acrescentam aos que já dispõem para abranger e atrair o maior número de clientes possível, já que o seu objetivo é sempre o lucro.

Contudo, nem todos os financiamentos pertencentes ao sistema financeiro informal podem ser considerados alternativos. Conforme já referido, existem determinados pressupostos a serem cumpridos para que o financiamento em questão se enquadre na categoria de alternativo, o que nem sempre acontece. Existem, algumas iniciativas na esfera da economia informal (agiotas, bancos populares, sociedades de financiamento), cujo objetivo de atuação está consideravelmente mais próximo da

iniciativa pública e privada do que dos princípios e valores da Economia Social e Solidária. Uma vez que, nestas iniciativas, o objetivo do lucro se sobrepõe ao interesse comum e ao interesse geral, trata-se de financiamentos complementares, apesar de fazerem parte do sistema financeiro informal.

Assim, dentro do sistema financeiro informal podem existir financiamentos alternativos mas também complementares, dependendo dos princípios e valores pelos quais as iniciativas são regidas.

Tal como as atividades da economia informal surgem como resposta às falhas de integração da economia formal, também o sistema financeiro informal procura ultrapassar as lacunas na oferta do sistema financeiro formal. Normalmente as pessoas que recorrem a este tipo de financiamento estão limitadas ou não têm acesso às instituições financeiras formais. Este sistema, como apresenta exigências de seleção consideravelmente reduzidas e custos de transação baixos, permite aos excluídos dos sistemas oficiais o financiamento que dificilmente obteriam por outra via.

Nos países africanos a sul do Saara, existem várias formas de financiamentos informais com características distintas de país para país.

4. Experiências de crédito solidário popular na África lusófona

As associações rotativas de poupança e crédito, ROSCAs³, integram os sistemas de ajuda mútua que, por tradição, têm uma presença bastante significativa nos países africanos. Como o nome antecipa, são associações de poupança e crédito mútuo, de estrutura simples e informal, que assenta num grupo de indivíduos de número variável, podendo oscilar entre os 2 e os 100 elementos, segundo Low (1995). Os constituintes destas associações acordam informalmente, entre si, contribuir periodicamente com um determinado montante para um fundo comum, que será utilizado rotativamente, ou segundo regras mais elaboradas, por cada um deles. Regra geral, esta utilização pressupõe «uma taxa de juro nula ou bastante baixa, envolvendo um montante pecuniário pequeno e de curto-prazo» (Ducados, 1998:5).

O seu caráter simples, flexível e acessível facilita, por um lado, o começo e o término a qualquer momento, já que as ROSCAs dependem única e exclusivamente dos indivíduos que as constituem. Por outro lado, como têm o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus utilizadores e assentam na base da confiança mútua, a ordem da rotação pode ser alterada sempre que se revele fundamental.

Segundo Costa (2011), as pessoas tendem a associar-se com conhecidos de origem familiar, vizinhos ou colegas de trabalho, formando grupos homogêneos. Porém, estes grupos não são uma realidade exclusiva de contextos sociais mais desfavorecidos. Low (1995) defende que indivíduos de todas as classes sociais participam neles, não sendo uma realidade exclusiva dos mais pobres. Existe, assim, uma homogeneidade dentro dos grupos, mas heterogeneidade fora deles.

Para além das vantagens mais imediatas como o acesso mais fácil, mais rápido e com custos mais baixos que este tipo de financiamentos informais tem quando comparado com os conseguidos no setor formal, os indivíduos tendem a

associar-se nestes grupos porque a capacidade de poupança é significativamente superior à capacidade de poupança individual. «Os indivíduos que recebem o montante, antes do último, ficam numa posição melhor do que se poupassem sozinhos, uma vez que é mais rápido, e o último não perde nada» (Costa, 2011:20).

Por outro lado, como o crédito gerado pelas ROSCAs depende das poupanças dos seus membros, as quantias mobilizadas serão sempre reduzidas, impedindo investimentos maiores. Assentando o seu funcionamento na base da confiança mútua, alterações de valores socioculturais, sobretudo em ambientes de instabilidade social, podem pôr em causa a sobrevivência destas experiências de poupança e crédito informais. Da mesma forma, a variabilidade inerente à dimensão dos grupos aumenta consideravelmente o risco de incumprimento, conforme aumenta o número de membros.

4.1. Angola

Em Angola as ROSCAs são conhecidas pelo nome de *kixikila* e praticadas, essencialmente, por mulheres.

Segundo Ducados (1998) o funcionamento destas associações integradas no âmbito da economia informal é extremamente simples. A «mãe da *kixikila*» (Costa, 2011:23), uma mulher mais velha e com reconhecida capacidade de liderança, junta entre 5 a 10 mulheres que conhece e que têm algumas características comuns, como serem do mesmo bairro ou desempenharem a mesma atividade económica. Esta seleção tem por base a confiança mútua, pelo que todas estas mulheres têm que auferir um rendimento certo para poderem integrar o grupo. Constituída a *kixikila*, cada um dos seus elementos começa a contribuir monetariamente e de forma regular com um montante fixo que é recolhido pela líder e posteriormente distribuído por uma ordem pré-determinada e de acordo com a frequência das contribuições do grupo. A «mãe da *kixikila*», como líder destas iniciativas, tem a obrigação de as gerir e manter, pelo que, em

situações de incumprimento, pode participar com o seu próprio dinheiro, garantindo a continuidade do seu funcionamento, até porque a sua condição económica se destaca das demais. Quando este ciclo termina, pode ou não começar de novo.

A desfavorável situação económica de Angola obrigou, sobretudo, as mulheres a criarem e desenvolverem estratégias de luta pela sua própria sobrevivência e das suas famílias. Esta necessidade de encontrar soluções para contrariar a débil condição em que se encontravam resultou, em muitos casos, numa melhoria da situação financeira e, conseqüentemente, social destas mulheres, o que, para Ducados (1998), esteve na origem da formação destes grupos de apoio informal.

«A *kixikila* desempenhou e continua a desempenhar um assinalável papel para um conjunto de pessoas pobres que dali tiram o seu sustento» (Ducados, 1998:8). O retorno obtido com a *kixikila* permite que as mulheres reforcem as suas estratégias de sobrevivência, pois, sendo um complemento do orçamento, permite fazer face às despesas domésticas e de saúde, investir na educação dos filhos, incrementar os seus negócios e até estarem protegidas, em caso de roubo, por parte dos maridos.

Como só podem fazer parte da *kixikila* indivíduos com um rendimento certo, a única forma de crédito para os outros é a família ou amigos. Percebendo esta lacuna entre a oferta e a procura de financiamentos alternativos, na década de noventa, uma ONG Canadiana, a «Development Workshop», criou um modelo de crédito solidário, em grupo, com base na metodologia da *kixikila* e, por isso, apelidado de Kixicrédito. Este serviço de crédito, assente no princípio da solidariedade – quando um membro falha, todos pagam por isso –, e com a intenção de criar um serviço de microfinanças simples, fácil e rápido para os excluídos da *kixikila*, prosperou e manteve-se na sociedade angolana.

4.2. Moçambique

Em Moçambique, a utilização de recursos que pressupõem um reembolso, quer seja ele em espécie ou em dinheiro, é uma prática generalizada no mundo rural, como forma de equilibrar as economias familiares e fazer face à escassez, cíclica, de recursos.

Estas práticas vão desde as utilizadas tradicionalmente pelos camponeses – muitas delas sob a expressão de entreajuda em mão-de-obra ou em espécie –, aos projetos de desenvolvimento e das ONGs, e mais recentemente, até ao setor bancário formal.

Até à independência, em 1975, as experiências de crédito informal em Moçambique caracterizavam-se pela existência única de créditos tradicionais, assentes na entreajuda dentro da comunidade, ou seja, solidariedade entre indivíduos ou entre famílias (ACEP, 2000).

Dentro dos seus sistemas de agricultura de subsistência, onde a mão-de-obra e os alimentos escasseavam, os camponeses foram desenvolvendo formas de cooperação e entreajuda, assentes em práticas de financiamento mútuo orientadas para a produção agrícola e criação de animais, para ultrapassarem as dificuldades e reforçar a sua capacidade produtiva, aumentar o acesso aos alimentos e capitalizar ativos (*ibidem*).

Estas práticas, dependendo das regiões e etnias, foram ganhando designações diferentes, não descurando os seus objetivos e características. As que dominam as opções dos camponeses estão relacionadas com o recurso a mão-de-obra para certas operações culturais agrícolas, muito exigentes em trabalho, e que têm de ser executadas em curtos períodos do ano. Esta mão-de-obra pode ser remunerada em alimentos e neste caso fala-se em *kurthimela* ou *thothotho*, dependendo da região, ou pode não ser, designando-se *ntimo* ou *tsima*.

Outra experiência é o crédito em espécie, associado à criação animal, que acontece quando uma família ou um camponês entrega a outra os seus animais domésticos para criação, recebendo este último parte dos animais procriados durante esse período, como recompensa.

O crédito monetário, ou a expressão moçambicana das ROSCAs, é o *xitique*. Á semelhança da *kixikila*, um número variável de amigos, familiares ou colegas de trabalho juntam-se num grupo e definem entre si o montante, com o qual vão contribuir para o fundo comum, e a periodicidade com que os encontros de prestação de contas irão ocorrer.

Ao contrário do que acontece em Angola, não há evidência de existir um líder do grupo, pelo que estes encontros servem para que cada elemento do grupo faça o seu contributo e seja feita a distribuição rotativa pela ordem previamente definida. Assim, o sucesso do *xitique* depende da confiança entre os elementos que o constituem e do compromisso que assumem, caso contrário, facilmente, o seu funcionamento é posto em causa e o *xitique* acaba.

Sempre que se revele necessário, principalmente em situações especiais como doença, morte, casamento, a ordem da repartição da poupança conseguida pode ser alterada, já que o objetivo desta associação é o de satisfazer da melhor forma possível as necessidades dos seus elementos.

Tal como na *kixikila*, também estas associações são constituídas, sobretudo, por mulheres, embora se encontrem, esporadicamente, elementos masculinos, «mas estes quase nunca estão presentes nos encontros. É um espaço de convívio claramente feminino» (Trindade, 2001:6). Para além da já referida função de recolha e distribuição destes encontros, Trindade (2001) destaca também a confraternização. Em alguns casos os membros vivem distantes uns dos outros e não têm disponibilidade para se encontrarem regularmente, sendo os encontros uma obrigação para que tal aconteça. Para além disso, são vistos como um momento onde as mulheres se sentem à vontade para falar, aconselhar, beber, comer, fugir da rotina do seu dia-a-dia, sem a presença dos homens ou de outras pessoas que, de alguma forma, as intimidem.

A guerra civil acabou por destruir a agricultura e, consequentemente, pôr em causa os fundamentos destas formas de

crédito, reduzindo-as à sua expressão mais elementar. Todavia, com o processo de liberalização económica em 1986 e com o fim da guerra, assistiu-se à retoma destas práticas, ao mesmo tempo que surgiram novos mecanismos de crédito introduzidos pelas ONGs e pelos projetos de desenvolvimento. Estes têm tido um especial foco na concessão de microcréditos, nas zonas periurbanas das grandes cidades do interior, para as atividades comerciais suprimindo o investimento feito na agricultura das zonas rurais pelas experiências de crédito informal anteriores.

As características dos clientes destes microcréditos, que podem ser monetários ou em espécie, divergem de província para província, mas de uma forma geral pode-se afirmar que os principais beneficiários são mulheres, pequenas vendedoras dos mercados urbanos, que comercializam diferentes mercadorias. A razão para tal domínio recai no papel que desempenham nas atividades económicas, e pela responsabilidade associada ao cumprimento das obrigações contratuais.

Atualmente, estes créditos têm sido orientados para atividades não agrícolas, geradoras de rendimentos complementares, comércio e atividades de produção artesanal e transformação. Há preferência por empréstimos para atividades que gerem rapidamente receitas e que requeiram montantes mais baixos, garantindo uma circulação de capital mais rápida que as outras atividades, o que acaba por penalizar os camponeses.

A maior parte das operações de microcrédito são desenvolvidas pelas ONGs no quadro dos seus projetos de intervenção comunitária. E, embora também concedam empréstimos individualmente, preferem que estes sejam em grupo, pelo maior envolvimento na gestão e atribuição de fundos e pela pressão exercida entre os pares para o cumprimento das obrigações contratuais (ACEP, 2000).

4.3. Cabo Verde

Cabo Verde é, por excelência, um país onde a solidariedade e a ajuda mútua sempre existiram para resolverem os problemas do dia-a-dia dos seus habitantes, relacionados com trabalhos agrícolas, casamentos, batizados ou mortes. Estes mecanismos informais de solidariedade, nem sempre monetários, tiveram um papel fulcral na sobrevivência económica, social e cultural das comunidades deste país (Guedes, 2012:75). São exemplo: as práticas de *djunta mon*, ajuda mútua durante a época dos trabalhos agrícolas; a *abota* que consistia em marcar presença e ajudar em casamentos, batizados, festas tradicionais e morte; a festa popular da *tabanca* organizada pelos pobres e pela igreja através da ação católica desde a época colonial; e, com caráter mais formal, as associações funerárias *botu* e *mitim* e, dentro da lógica das ROSCAs, as associações de poupança e crédito rurais, as *totocaixa* (*ibidem*).

A perceção de uma dimensão mais informal das práticas da *djunta mon*, da *abota* e da *tabanca*, quando comparadas com as associações funerárias e a *totocaixa*, assenta no facto das primeiras, à exceção da *tabanca*, não terem um carácter monetário. Senão veja-se, a *djunta mon* é um trabalho cooperativo de cultivo dos terrenos de sequeiro que dependem do curto período das chuvas. É, por outras palavras, um sistema de contraprestação de serviços, na medida em que, um trabalhador convida outro para o ajudar a trabalhar para si nas suas terras e, em troca, retribui trabalhando também nas terras deste (Évora, 2009:4). A *abota* baseia-se num sistema de quotização ocasional de produtos para um fundo usado em épocas de festejos como casamentos, batizados, mortes e festas tradicionais. É um sistema de criação de fundos futuros em géneros, por meio de mecanismos de financiamento ou de micropoupança em géneros (Gama, 2004:104). A *tabanca* pode ser vista como um conjunto de micropoupanças coletivas, obtido junto dos mais pobres, e que é usado numa festa tradicional religiosa coletiva. Os seus filiados, têm que cumprir as regras do santo da respetiva *tabanca* e o pagamento das quotas permite a participação nas

festas do padroeiro, dá direito à missa de sufrágio e ao socorro dos outros membros em caso de necessidade.

Já as associações funerárias *botu* e *mitim* permitiam aos pobres, através do pagamento de quotas durante a vida, criarem um fundo monetário, que lhes asseguraria um enterro digno, de acordo com os requisitos culturais. O propósito destas associações era a solidariedade para com os seus membros em caso de morte, já que a partir desse momento, financiavam as despesas de funerais e auxiliavam, sobretudo em géneros, cerimónias como casamentos, batizados e festas tradicionais. Seguindo uma lógica de micropoupança, promoviam o hábito de poupança e de solidariedade dos seus membros.

Com base na metodologia seguida pelas ROSCAs, a *totocaixa* é constituída por um grupo de indivíduos que se reúne livremente, geralmente, oriundos do local de trabalho e que combina entre si a periodicidade e o montante monetário com que cada um contribui para o fundo comum. Numa determinada data, estabelecida por sorteio, qualquer um dos membros pode receber a quantia equivalente ao valor até então poupado (Pina, 2007:15). Sendo esta iniciativa uma micropoupança do tipo do microcrédito, alguns entendidos no assunto, como o presidente do CITI-Habitat Elísio Rodrigues, defendem que este é o primórdio do microcrédito em Cabo Verde (Guedes, 2012:78).

4.4. Guiné-Bissau

Segundo o estudo elaborado pela ACEP no ano 2000 sobre o associativismo e o microcrédito como instrumentos de luta contra a pobreza e promoção do bem-estar rural, o peso do microfinanciamento, quer seja ele tradicional ou mais moderno, enquanto estratégia de sobrevivência da população rural da Guiné-Bissau, é indiscutível. Veja-se pela existência de um sistema de microcrédito na época colonial ministrado pelos comerciantes e com o aval da administração colonial. Este sistema, considerado moderno e formal à época, funcionou em paralelo com o sistema tradicional, que se caracterizava por ter como valores-base a solidariedade e a entreatajuda. A prática

deste tipo de crédito da época colonial acabou por ser substituída por um sistema mais moderno impulsionado por diferentes instituições de apoio, embora o tradicional permaneça, ainda hoje, «sólido, consistente, adaptado à evolução das comunidades rurais e a desempenhar um papel de relevo na vida económica e sociocultural no meio rural» (ACEP, 2000:106).

O microfinanciamento tradicional e rural da Guiné-Bissau esteve sempre associado ao conceito de poupança. Regra geral, esta é feita em produtos, dependendo de etnia para etnia mas, e com cada vez mais expressão, também em dinheiro, proveniente da comercialização de produtos e de migrações temporárias. Do ponto de vista da pertença, pode ser: familiar, quando todo o produto se destina ao consumo corrente da família; coletiva, quando surge no seio de grupos normalmente de jovens, mobilizados para a realização de atividades económicas que exigem muita mão-de-obra; e individual, quando são pessoas em nome individual a realizá-las.

A gestão e a aplicação destas poupanças estão dependentes das motivações das etnias mas, unânime e tradicionalmente, o principal destino era a realização de grandes festas que marcavam a identidade coletiva, ainda que antes desta realização, parte fosse destinada a empréstimos ou a socorrer membros do grupo. Atualmente, para além das atividades socioculturais (festas, atividades desportivas, apoio à saúde, cerimónias fúnebres e solidariedade em situações de calamidade), as poupanças começam a ser canalizadas, de forma mais expressiva, para atividades económicas ou geradoras de emprego, como os créditos para diversas atividades, a realização de campos agrícolas e para a emigração.

Conclui-se que a poupança é, assim, o sistema-base do microfinanciamento tradicional, quer sob a forma de microcrédito, quer sob a forma de «financiamento sociopolítico e cultural» (ACEP, 2000:107). Ao mesmo tempo, o seu papel no esforço da coesão e preservação da comunidade, determinado pelo desconhecimento, e conseqüente desconfiança, do sistema económico formal, considerado inadapitado à lógica tradicional, é enaltecido.

No sistema tradicional de poupança e microfinanciamento, existe a prática de quotização rotativa, que pode ser, como já mencionado, em dinheiro, mão-de-obra ou produtos, dependendo das circunstâncias. Seguindo a lógica das ROSCAs, é feita por grupos e com o propósito de financiar uma atividade concreta, seja ela de índole religiosa, cultural, recreativa e até económica, sempre numa perspetiva de entreatajuda.

O nome dado na Guiné-Bissau a estas experiências de microcréditos rotativos é abota e assenta na criação de um grupo, em que cada membro contribui periodicamente para um fundo comum, que é, posteriormente e de forma rotativa, utilizado por cada um dos seus membros. O destino que é dado ao fundo assume diversas formas, indo desde obrigações sociais, como cerimónias fúnebres, a financiamento de atividades económicas, melhoria de habitação e pagamento de despesas escolares ou de saúde. A abota pode realizar-se, também, pontualmente para dar resposta a situações de urgência no seio de uma família.

Segundo a ACEP⁴ (2000), a prática tradicional de microcrédito pressupõe um conjunto de componentes: o empréstimo; concessão algo, na base de um contrato que estabelece a relação de devedor e credor; estabelecimento de dívida; entrega de algo na esperança de receber em contrapartida; e ajuda o outro, impedindo que recorra a estranhos à comunidade, mas com sentido de reembolso. Desta forma, a ideia de obrigatoriedade associada à concessão de crédito existe e é assumida em todas as comunidades da Guiné-Bissau.

Atualmente, este sistema de microfinanciamento caracteriza-se, por um lado, pela existência de uma lógica tradicional com raízes profundas na vida sociocultural das comunidades e, por outro, pela existência de uma lógica moderno, que visa ser capaz de dar resposta às necessidades de desenvolvimento local. A grande diferença entre estes dois subsistemas do sistema atual de microfinanciamento é que o primeiro é apropriado e gerido de forma independente pela própria comunidade e, o segundo é concebido e gerido pelas instituições de apoio, sobretudo ONGs.

Notas conclusivas

A economia informal desempenha um papel fundamental em África, em geral. Estes países caracterizam-se, por vezes, por governações frágeis e instáveis, com pouca capacidade para desempenharem as suas funções básicas, tanto no domínio económico como social ou cultural. São também muitas vezes economias voláteis, onde a iniciativa privada fica muito aquém do desejável, no que toca à absorção dos recursos humanos locais e à produção dos bens e serviços essenciais às populações.

Para além desta debilidade governamental e do incipiente tecido empresarial privado, os próprios valores socioculturais destes países, de base familiar, assentes na lógica de entreajuda e cooperação, fomentam a proliferação da economia informal, como resposta à satisfação das necessidades dos indivíduos que o Estado e que o mercado não cobrem. Pode-se afirmar, então, que a economia informal é um meio de sobrevivência para aqueles que, por uma ou outra razão, não conseguem integrar a economia formal e, que por isso, não têm outra forma de satisfazer as suas necessidades fundamentais se não recorrerem a esse tipo de atividades que, além do mais, como já se referiu, assentam em bases socioculturais profundas.

Se, por um lado, a economia informal sustenta a economia destes países, por outro, são os sistemas financeiros informais que alimentam e mantêm viva a economia informal, já que constituem uma fonte de empregos, na medida em que facilitam e promovem os pequenos empresários, e de recursos de sobrevivência.

Existe uma grande diversidade de sistemas financeiros informais, monetários, em espécie, coletivos, individuais, mutualistas, lucrativos, mas todos eles têm aspetos comuns que os tornam, a todos eles, parte integrante destas lógicas não convencionais. Porém, nem todos os sistemas financeiros informais são financiamentos alternativos. Para tal, é necessário que se preencham alguns requisitos, nomeadamente, que integrem os princípios e valores da Economia Social e Solidária, anteriormente enunciados, e que sejam promovidos pelas respetivas instituições.

Os sistemas financeiros informais aqui apresentados, sob a forma de poupança e crédito popular informal, assentes na lógica

das ROSCAs – a *kixikila* em Angola, o *xitique* em Moçambique, a *totocaixa* em Cabo Verde e a *abota* na Guiné-Bissau –, são exemplo de financiamentos alternativos, sempre que os princípios e valores da Economia Social e Solidária sejam respeitados. Alguns destes sistemas de poupança e crédito rotativo são impulsionados por grupos populares informais de entreajuda e não pelas instituições formais, como as ONGs, ainda assim, é possível falar em financiamentos alternativos, pois grande parte destes grupos, ainda que sem conhecimento, afastando-se da esfera pública e da iniciativa privada, dada a insegurança que lhes transmitem, acabam por pôr em prática os princípios e valores da Economia Social e Solidária nos seus fundos.

À medida que foram sendo apresentados os sistemas de poupança e créditos rotativos nos diferentes países da África lusófona, tornou-se evidente o forte papel desempenhado pelas mulheres na sua promoção e proliferação, não só desde a sua génese mas, em alguns casos, até aos dias de hoje.

Atualmente, ao contrário do que se assistia há alguns anos atrás, o número de homens a participar nestas lógicas de entreajuda é bastante considerável. Contudo, na maioria dos casos, foram as mulheres que desenvolveram estes esquemas e «instituições» na tentativa de encontrarem forma de contornar as dificuldades com que se deparavam, num país onde os recursos não chegavam aos mais pobres, e garantirem a sua sobrevivência e das suas famílias. Este impulso deve-se ao seu papel na família. Por oposição àquilo que a ideologia tradicional ocidental quer fazer crer, nestes países africanos, as mulheres são os pilares fundamentais no seio das famílias. Cabe-lhes assegurar a produção ou os recursos de subsistência e todas as tarefas domésticas produtivas e reprodutivas, desde a alimentação de toda a família ao funcionamento básico de toda a casa.

Com a modernização e até ocidentalização de alguns países e cidades africanas, esta responsabilização começa a ser partilhada também com o homem e este participa cada vez mais ativamente nestes sistemas financeiros informais, porém a mulher continua a ser a figura central nas famílias africanas.

Bibliografia

ACEP (2000),
O associativismo e o micro-crédito na luta contra a pobreza pela promoção do bem-estar rural: estudos de casos em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Amaral, Ilídio do (2005),
«A importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsariana», *Finisterra*, XL, 79, pp. 53-72.

Aryeety, Ernest (1995),
«The informal financial sector», em Matthew Martin e Gilian Ngola (orgs.), *Economic Research and Policy Making in Sub-Saharan Africa*, Nairobi, African Economic Research Consortium–AERC.

Costa, Paulo César da (2011),
Kixikila e o desenvolvimento local em Angola, Tese de Mestrado na Área de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE-IUL.

Dava, Gabriel, et al (1996-97),
«Mecanismos de Ajuda Mútua e Redes Informais de Protecção Social: Estudo de Caso das Províncias de Gaza e Nam-pula e a Cidade de Maputo», *Pobreza e bem-estar em Moçambique*, capítulo 6, pp. 316-370.

Ducados, Henda Lucia e Manuel Ennes Ferreira (1998),
O financiamento informal e as estratégias de sobrevivência económica das mulheres em Angola: a Kixikila no município de Sambizanga (Luanda), Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.

Évora, Iolanda (2009),
Djunta-mon em três tempos: pós-independência, imigração e transnacionalismo. Aspectos da experiência associativa cabo-verdiana, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.

Feliciano, José Fialho et al (2007) (orgs.),
Protecção social na Economia Informal nos PALOP: análise qualitativa e implicações para a redução da exclusão social e da pobreza, Lisboa, Centro de Estudos Africanos.

Gama, Cláudia Raquel dos Santos (2004),
Microcrédito: Um instrumento de luta contra a pobreza na cidade da Praia, Tese de Mestrado na Área de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.

Guedes, Joana (2012),
O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social e promotor do empowerment em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat, Tese de Mestrado na Área de Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE-IUL.

Hugon, Philippe (1997),
«O sector informal: balanço de 25 anos de trabalho», *Ensaio FEE*, vol. 18, n.º 2, pp. 32-63.

Hugon, Philippe (1999),
A economia de África, Vulgata, Lisboa.

Krein, José Dari e Marcelo Weishaupt Proni (2010),
Economia informal: aspetos conceituais e teóricos, Brasil, Escritório da OIT.

Macitela, Cidália Albertina Alexandre (2007),
O contributo do microcrédito para a promoção de desenvolvimento nas comunidades rurais no distrito de Cuamba, Tese de Mestrado na Área de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.

OIT (2005),
A OIT e a Economia Informal, Lisboa, Escritório da OIT.

Pina, Rita Maria Mendes de (2007),
«Associativismo e desenvolvimento local em Cabo Verde: notas sobre alguns percursos de revitalização rural», *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, III.

Pinto de Abreu, António (2007),
«Sector informal, microfinanças e empresariado nacional em Moçambique», *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 11-12, dezembro-junio, pp. 39-54.

Silva, Omarildo da (2010),
O impacto da economia informal no processo de desenvolvimento na África Subsariana, Tese de Mestrado na Área de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, ISEG.

Sousa, Florival Raimundo de (2009),
«Redes sociais e entreajuda: uma análise sobre a economia informal luandense», *Revista Augustus*, vol.14, n.º 27, pp. 11-20.

Notas

¹ Organização Internacional do Trabalho

² Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Seminário I: Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas, lecionada pelo professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 04.10.2010.

³ Rotating Savings and Credit Association

⁴ Associação para a Cooperação Entre os Povos

Artigos

Os artigos não devem ultrapassar os 50 000 caracteres, incluindo notas e bibliografia. As divisões internas do texto deverão ser acompanhadas de subtítulos. Os textos devem ser impressos de um só lado de folhas A4, com margens amplas, a espaço e meio. Quando necessários, os quadros e tabelas são admitidos, desde que reduzidos ao mínimo possível.

Os gráficos, caso existam, têm que ser fornecidos em suporte informático separado, um para cada gráfico, em formato Excel (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh). Os manuscritos deverão ser enviados obrigatoriamente, no programa Microsoft Word (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh), para:

Ass. Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico

Rua D. Maria José Borges, 137-R/C

9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

As citações devem aparecer entre aspas baixas (« e ») ou, quando maiores que três linhas, indentadas e também entre aspas baixas. Num ou noutro caso, terão que ser devidamente referenciadas em nota. As notas, deverão ser, obrigatoriamente colocadas no final do artigo e nunca em rodapé. Todas as obras citadas ou referenciadas devem estar compiladas no final do artigo, por ordem alfabética do apelido dos autores, obedecendo ao seguinte padrão:

Jeanne Marie PENVENNE, 1995. *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962.* Johannesburg Witwatersrand University Press.

Nos artigos ou contribuições para obras colectivas, o título do artigo ou contribuição deve vir entre aspas baixas, seguido da indicação em itálico da revista ou título da obra colectiva, da indicação do volume e número da revista –ou local de edição e editora da obra–, e das páginas correspondentes ao artigo ou contribuição citada:

Alan K. SMITH, 1973. «The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo de não mais de 1 000 caracteres, sempre que possível também em inglês.

Recensões

Devem ter menos de 5 000 caracteres e seguir as normas acima discriminadas. A obra recenseada deve ser identificada pelo seu autor, data de edição, título, local de edição, editora, número de páginas e ilustrações (caso existam).

Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem. Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem.

Articles

Articles are limited to 50 000 characters, including notes and bibliography. Internal divisions of the text must carry subtitles. Texts should be printed in one-sided A4 paper, with large margins, and separations of 1,5 spaces between each line.

If tables and boxes are considered necessary, they should occupy as little space as possible. Graphic charts must be delivered in separated computer, one for each chart, in Excel (Windows or Macintosh) document to:

Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico

Rua D. Maria José Borges, 137-R/C

9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

Quotations should appear between low commas (« and ») or, when longer than three lines, indented (also between low commas). In either case, they must be referred to in corresponding endnotes (and not in footnotes). All cited or referenced books should be listed in the end of the article, by author's surname in alphabetical order, according to the following pattern:

Jeanne Marie PENVENNE, 1995. *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962.* Johannesburg Witwatersrand University Press.

In the case of articles or contributions in collective books, the title must be mentioned between low commas, followed by the name of the journal or the collective book, in italic; and indicating the volume and number of the journal, or the place and publisher of the book, as well as the corresponding pages of mentioned article or contribution:

Alan K. SMITH, 1973. «The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

The articles must be preceded by a short abstract of 1 000 characters or shorter, in English.

Reviews

Reviews should have 5 000 characters or less and follow the rules indicated above for articles. The reviewer must necessarily identify the reviewed work by author, date, title, place, publisher, number of pages, and illustrations (if included).

The contents of the published articles and reviews are of their author's full responsibility.



Aceesa

**Associação Centro de Estudos
de Economia Solidária do Atlântico**

Rua D. Maria José Borges, 137
R/C – Esq. 9500-466 Fajã de Baixo
Ponta Delgada – São Miguel – Açores – Portugal

T +351 296 281 554

F +351 296 281 542

ceesageral@gmail.com

www.aceesa-atlantico.org

Vendas online

Permuta de Revistas

Solicita-se permuta

Se solicita el intercambio con otras revistas

Exchange desired

Nous prions echange